

RELATÓRIO
E CONTAS

2015



JOGOS
SANTACASA

RELATÓRIO
E CONTAS
2015

HISTÓRIA
SOLIDARIEDADE
compromisso
INTEGRIDADE
SEGURANÇA
RESPONSABILIDADE



RELATÓRIO E CONTAS 2015



NOTA INICIAL DO PROVEDOR DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LISBOA

Recordar 2015 é colocar em perspetiva um ano que foi especialmente exigente para o Departamento de Jogos da Santa Casa. Na verdade, com a nova Lei do Jogo e o alargamento do portefólio dos Jogos Santa Casa, através do lançamento das apostas desportivas à cota de base territorial, nomeadamente o PLACARD, este foi um ano de importantes desafios.

Com a tónica do trabalho assente na ideia de equilíbrio em todas as suas vertentes, particularmente no respeito pelo jogo responsável, em que procuramos desempenhar um importante papel na promoção de hábitos de jogo moderados e na prevenção do jogo problemático na sociedade portuguesa.

O que alcançámos em 2015 proporciona fundadas razões para nos sentirmos satisfeitos com os excelentes resultados, mas interiorizando a noção de equilíbrio em todos os domínios.

O Departamento de Jogos da Santa Casa, com a responsabilidade de gerir os jogos sociais do Estado, não procura incutir jogo no mercado até este ser absorvido. É um equilíbrio que procuramos ter de acesso ao jogo num ambiente controlado e seguro.

O fim último do resultado do Jogo são os diversos beneficiários que, de forma direta ou indireta, usufruem de mais rendimentos.

Os Jogos Santa Casa permitem hoje ser uma considerável fonte de financiamento do Estado e da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (SCML), em prol da sua ação em múltiplas vertentes como a Saúde, a Ação Social, a Cultura, o Empreendedorismo, o Património, entre outras.

Não é displicente afirmar que os Jogos Sociais são hoje uma fonte de receitas que permitem acudir um maior número de pessoas.

Nesta perspetiva sobre o exercício de 2015 deixo uma palavra ao Dr. Fernando Paes Afonso, Administrador Executivo do Departamento de Jogos durante o referido ano, que cessou funções em 2016. No seu primeiro mandato na SCML foi responsável pelo desenvolvimento do projeto lançado a nível europeu do Euromilhões. Neste mandato, fruto, também, da continuidade de um trabalho de muitos anos, conseguiu-se, desde o primeiro ano de funções da Mesa, um progressivo e robusto aumento dos resultados das vendas dos Jogos. E, consequentemente, um aumento dos Resultados Líquidos distribuídos pelos Beneficiários.

Os resultados alcançados devem deixar-nos satisfeitos, no entanto, importa estar atento às novas dinâmicas e realidades da nossa sociedade, nomeadamente a nova versão da Lei do Jogo, com a legislação sobre o mercado *online* e o surgimento de novos operadores privados. São desafios que devemos ter bem presentes.

Termino com uma palavra de agradecimento e reconhecimento, em meu nome e em nome de toda a Mesa da SCML, aos nossos colaboradores do Departamento de Jogos, pelo empenho, profissionalismo e entusiasmo com que enfrentaram e enfrentam todos os desafios ao longo do ano. E em nome do Departamento de Jogos agradecer a confiança que os apostadores depositaram em nós.

É por Boas Causas que a SCML trabalha todos os dias e usa o lucro dos Jogos Sociais.



Provedor da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa

Pedro Miguel de Santana Lopes



ÍNDICE

NOTA INICIAL DO PROVEDOR DA SANTA CASA
DA MISERICÓRDIA DE LISBOA.....6

ÍNDICE.....8

1. O DEPARTAMENTO DE JOGOS DA SANTA CASA
DA MISERICÓRDIA DE LISBOA.....13

1.1. Missão, Visão e Valores.....14

1.2. Órgãos do Departamento de Jogos.....18

1.3. Portefólio de Jogos.....20

1.4. Cronologia.....26

1.5. Partes Interessadas.....28

2. OS JOGOS SANTA CASA EM NÚMEROS.....33

2.1. Números-Chave.....34

2.2. As Vendas dos Jogos Sociais do Estado.....36

2.3. A Salvaguarda do Património das Famílias40

2.4. Os Valores Devolvidos à Sociedade.....42

2.4.1. Boas Causas.....44

2.4.2. Retorno Social.....58

2.4.3. Coesão Social.....58

2.4.4. Retorno Total.....60

3. GRANDES MARCOS PARA GRANDES RESULTADOS.....65

3.1. Mudança de Instalações: Preparação da Organização
para um Novo Contexto.....66

3.2. Alargamento da Rede de Mediadores.....70

3.3. Lançamento do Novo Jogo Social do Estado: o Placard72

3.4. Reforço da Gestão da Segurança e do Risco do Negócio.....76

3.4.1. Iniciativas no Âmbito do Combate à Manipulação
de Resultados Desportivos.....78

3.4.2. O Sistema de Gestão da Segurança e da Informação
foi Recertificado.....79

3.4.3. Novas Competências Contratuais.....80

3.4.4. O Processo de Gestão de Reclamações.....81

3.5. Os Jogos Sociais do Estado Mais Próximos dos Portugueses.....82

3.6. JSC Uma Referência Internacional.....94

4. O JOGO RESPONSÁVEL: FOCO NA MELHORIA CONTÍNUA.....97

5. CONTEXTO DE MERCADO E RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO.....103

5.1. Enquadramento Socioeconómico e Mercado do Jogo a Dinheiro.....104

5.2. Análise de Exploração.....108

6. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....121

6.1. Balanço.....122

6.2. Demonstração dos Resultados por Naturezas.....124

6.3. Demonstração das Alterações no Capital Próprio.....126

6.4. Demonstração dos Fluxos de Caixa.....128

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....130

1. Introdução.....131

2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras.....132

3. Principais Políticas Contabilísticas.....133

4. Fluxos de Caixa.....150

5. Políticas Contabilísticas, Alterações Nas Estimativas Contabilísticas e Erros.....151

6. Ativos Fixos Tangíveis.....152

7. Ativos Intangíveis.....154

8. Participações Financeiras - Outros Métodos.....155

9. Outros Ativos Financeiros.....155

10. Inventários.....162

11. Mediadores.....163

12. Estado e Outros Entes Públicos.....164

13. Outras Contas a Receber.....165

14. Diferimentos – Gastos a Reconhecer.....167

15. Fundo Social.....167

16. Resultados.....167

17. Outras Variações no Capital Próprio.....170

18. Provisões.....172

19. Responsabilidades por Benefícios Pós-Emprego e Outros.....173

20. Prémios a Pagar.....176

21. Fornecedores.....177

22. Outras Contas a Pagar.....179

23. Diferimentos – Rendimentos a Reconhecer.....181

24. Rédito.....182

25. Subsídios à Exploração.....185

26. Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas.....185

27. Fornecimentos e Serviços Externos.....186

28. Gastos Com o Pessoal.....186

29. Juros e Rendimentos Similares Obtidos.....187

30. Outros Rendimentos e Ganhos.....187

31. Outros Gastos e Perdas.....187

32. Juros e Gastos Similares Suportados.....188

33. Compromissos.....188

34. Matérias Ambientais.....188

35. Partes Relacionadas.....188



1

O DEPARTAMENTO DE JOGOS DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LISBOA

HISTÓRIA
SOLIDARIEDADE
compromisso
INTEGRIDADE
SEGURANÇA
RESPONSABILIDADE

1.1 MISSÃO, VISÃO E VALORES

O Departamento de Jogos é um departamento estatutário da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (SCML) que tem por objetivo assegurar a exploração dos jogos sociais do Estado, através da marca Jogos Santa Casa, em nome e por conta do Estado, em regime de exclusividade para todo o território nacional, bem como proceder à distribuição dos respetivos resultados líquidos aos beneficiários, nos termos da legislação aplicável. O Departamento de Jogos (DJSCML) dispõe de orçamento e contas próprias, anexos ao orçamento e contas da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa.

MISSÃO

A Missão do Departamento de Jogos da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa é criar as condições necessárias para canalizar a procura de jogo a dinheiro para a oferta de jogos sociais do Estado, no quadro das orientações definidas pelo próprio Estado, por forma a assegurar a proteção da ordem pública, a preservação do património das famílias e a prevenção do jogo excessivo.

Enquanto entidade que explora os jogos sociais em nome e por conta do Estado, e tendo a sua atividade fortemente regulada pelo próprio Estado, o Departamento de Jogos é um operador responsável por excelência, desempenhando um papel fulcral na promoção de hábitos de jogo moderados e na prevenção do jogo problemático. Disponibilizando aos seus apostadores uma oferta moderada de jogos, acessível a todas as pessoas, com baixos valores de aposta, mecânicas simples e diversos níveis de prémios, o Departamento de Jogos garante uma oferta atrativa que, simultaneamente, promove hábitos de jogo responsável.

VISÃO

Depois da regulação do jogo a dinheiro em Portugal, do desafio logístico e técnico que representou a mudança de instalações do Departamento de Jogos para a emblemática artéria lisboeta, Avenida da Liberdade, a renovação completa do armazém do Prior Velho, até ao lançamento do primeiro jogo de apostas desportivas à cota de base territorial, é com um grande otimismo que os Jogos Santa Casa reforçam a sua ambição de continuar a marcar a diferença junto dos portugueses, fazendo, cada vez mais, parte integrante do seu dia a dia, sejam eles os apostadores – que, contemplados com muitos e bons prémios, veem os seus sonhos ser concretizados –, as entidades beneficiárias – que, com as verbas que lhes são destinadas por lei, mantêm a prossecução do seu trabalho e o seu papel na sociedade –, ou até mesmo os demais *stakeholders*, com quem são estabelecidas relações de parceria e de confiança.

A sólida dimensão e notoriedade que o DJSCML atingiu em Portugal permite, assim, continuar a ambicionar um crescimento dos resultados dos jogos sociais que, por consequência, possibilita um retorno financeiro ainda maior à sociedade portuguesa. À medida que se aproxima de um total de 5000 mediadores dispersos por Portugal Continental e Ilhas, é também propósito do DJSCML tirar o máximo partido destes pontos de venda.

O sucesso dos Jogos Santa Casa assenta também, em boa medida, no alcance das metas traçadas, aliado a uma vincada capacidade de inovar, estudar e antecipar desafios com a atitude de quem quer fazer mais e melhor. Mas reside, igualmente, na serenidade com que enfrentamos os desafios que, periodicamente, nos são colocados de modo mais ou menos assumido, por aqueles que pretendem mudar o modelo de exploração dos jogos entregues à nossa responsabilidade.

Efetivamente, apenas com todos juntos – colaboradores, apostadores, mediadores, beneficiários, fornecedores e parceiros/patrocinados – será possível consolidar o sucesso de uma marca – Jogos Santa Casa – que, embora relativamente jovem, representa, acima de tudo, uma instituição histórica e plenamente reconhecida pelos portugueses – a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa –, pelo meritório trabalho realizado junto da nossa sociedade.

O grande desafio é, portanto, continuar a alcançar excelentes resultados, por forma a garantir o cumprimento desta missão estatutária de apoio às Boas Causas.

ESTA É A APOSTA DO DEPARTAMENTO DE JOGOS DA SCML!

VALORES



1.2 ÓRGÃOS DO DEPARTAMENTO DE JOGOS

SÃO ÓRGÃOS DO DEPARTAMENTO DE JOGOS
O ADMINISTRADOR EXECUTIVO, O JÚRI DOS CONCURSOS,
O JÚRI DAS EXTRAÇÕES E O JÚRI DAS RECLAMAÇÕES.



1.3 PORTEFÓLIO DE JOGOS



A **Lotaria Clássica** é uma das modalidades da Lotaria Nacional. Criada por Carta Régia a 18 de novembro de 1783 e anteriormente designada “Lotaria Nacional Portuguesa”, foi o primeiro jogo da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, tendo a sua primeira extração sido realizada a 1 de setembro de 1784. Explorada sob a forma de emissões de bilhetes numerados, físicos e desmaterializados, para participação em sorteios de números, denominados extrações, a Lotaria Clássica obedece ainda a um plano de prémios previamente definido que determina as categorias, quantidades e valores dos prémios a atribuir face à emissão total de bilhetes. Cada extração, e respetivas séries de bilhetes e frações, está associada a épocas especiais, comemorações ou outros eventos festivos, dependendo o preço da fração do tipo de extração: Ordinárias – 5 euros; Especiais – 10 euros; Extraordinárias – 15 euros. O valor do prémio na fração corresponde a 1/5 do valor atribuído ao bilhete. O maior primeiro prémio desta Lotaria atingiu, até hoje, os 12,5 milhões de euros, correspondente ao prémio total das dez séries, na Lotaria do Natal.

O sorteio da Lotaria Clássica acontece semanalmente, à segunda-feira.



A **Lotaria Popular** é outra das modalidades da Lotaria Nacional. Tal como a Clássica, também a Lotaria Popular se insere na categoria das lotarias onde cada sorteio corresponde à emissão de bilhetes numerados, para participação em sorteios de números ou extrações. O plano de prémios é previamente definido, determinando as categorias, quantidades e valores dos prémios a atribuir face à emissão total de bilhetes. Os preços da fração da Lotaria Popular também variam consoante o tipo de extrações: Ordinárias – 2 euros; Especiais – 3 euros; e Extraordinárias – 5 euros. O maior primeiro prémio desta Lotaria atingiu, à data, os 150 mil euros, correspondente ao prémio total das seis séries.

A primeira extração da Lotaria Popular aconteceu a 10 de março de 1987, estando o seu lançamento relacionado com a necessidade de disponibilizar uma oferta de jogo mais acessível e de combater a proliferação do jogo ilegal, onde se incluem as rifas.

O sorteio da Lotaria Popular realiza-se semanalmente, à quinta-feira.



A **Lotaria Instantânea** foi lançada a 31 de julho de 1995, na rede física, com o objetivo de financiar políticas sociais do Estado na área da ação social, designadamente o apoio a crianças e jovens carenciados. Em março de 2010, este jogo assumiu uma nova identidade comercial, com a marca "**Raspadinha**", tal como já era conhecida pelos apostadores. No dia 1 de julho de 2013, este jogo foi igualmente lançado no canal *online*, em www.jogossantacasa.pt, com o objetivo de alargar a oferta dos jogos sociais já existentes na rede física também ao Portal Jogos Santa Casa.

A Raspadinha insere-se na categoria das lotarias, obedecendo cada um dos seus jogos a um plano de prémios previamente definido, constante do verso do respetivo bilhete, que define as categorias, quantidades e valores de prémios a atribuir, face à emissão total de bilhetes. Caracteriza-se ainda pela exploração da emissão de jogos independentes (autónomos) entre si, com temas, mecânicas e planos de prémios distintos, vendidos através de bilhetes em que a atribuição do prémio é conhecida de imediato por ação do apostador. Na Raspadinha existem várias categorias de prémios, que permitem ganhar desde o valor mínimo de um bilhete (0,50 euros, no canal *online*, ou 1 euro, na rede física) até um máximo de 500 000 euros, dependendo do plano de prémios do jogo, sendo também possível ganhar prémios faseados mensalmente no tempo, como acontece nos jogos da família "Pé-de-Meia", com valores máximos de prémios que variam entre 1800 euros a 504 000 euros.



O **Totobola** foi o primeiro jogo de apostas desportivas mútuas lançado em Portugal, baseado nos *concursos de prognósticos ou apostas mútuas sobre resultados de competições desportivas*. O primeiro concurso do Totobola teve lugar no dia 24 de setembro de 1961. Criado, inicialmente, para financiar a construção e manutenção do primeiro centro de reabilitação em Portugal – o Centro de Medicina de Reabilitação de Alcoitão, os resultados líquidos deste jogo social são, atualmente, repartidos por outras entidades, após alteração da Lei, em março de 1985.

O atual modelo do Totobola assenta numa grelha com 13 jogos base, em que os apostadores prognosticam o resultado de vitória da equipa visitada ("1"), o empate ("X") ou a derrota da mesma ("2"), e ainda o acerto do jogo "Super 14", em que se prognostica o número de golos marcados por cada uma das duas equipas em jogo ("O", "1" ou "M" – de mais golos). Com um montante mínimo de aposta de 0,80 euros, a chave de resultados completa do Totobola é, habitualmente, conhecida aos domingos à noite (concursos normais) ou, no caso dos concursos extraordinários, ao domingo (extra domingo), à terça, à quarta ou quinta-feira à noite (extra quinta), dependendo das competições desportivas a que pertencem os jogos do elenco do concurso em questão.



O **Totoloto** foi o segundo jogo de apostas mútuas lançado em Portugal, cujo primeiro concurso se realizou no dia 31 de março de 1985.

Do tipo loto, em que os participantes prognosticam resultados de sorteios de números para obter o direito a prémios em dinheiro, o atual sistema de apostas do Totoloto consiste no acerto de 5 números em 49 possíveis na grelha de "Números", combinado ainda com o acerto de 1 número em 13 possíveis na segunda grelha, do "Número da Sorte". Com um montante base de aposta de 0,90 euros, garante, atualmente, um primeiro prémio mínimo de 1.000.000 euros. Hoje em dia, os sorteios do Totoloto têm lugar duas vezes por semana, à quarta-feira e ao sábado.



O primeiro sorteio do **Euromilhões** realizou-se no dia 13 de fevereiro de 2004 em Paris, sendo o grupo de países organizadores constituído por Espanha, França e Reino Unido. Em Portugal, o primeiro sorteio do Euromilhões realizou-se no dia 8 de outubro de 2004, data em que mais cinco países se juntaram ao grupo inicial: Irlanda, Áustria, Bélgica, Suíça e Luxemburgo.

O Euromilhões consiste num concurso de apostas mútuas da categoria dos lotos, no qual os apostadores prognosticam o resultado sobre o acerto de 5 números em 50 possíveis, da grelha de “Números”, combinado com o acerto de 2 números/estrelas em 11 possíveis, da grelha das “Estrelas”. Com um montante base de aposta de 2 euros, 50% desse valor reverte diretamente para prémios. Atualmente, o Euromilhões garante um primeiro prémio no valor de 15 milhões de euros, podendo atingir um Jackpot máximo de 190 milhões de euros.

Os sorteios do Euromilhões têm lugar duas vezes por semana, à terça-feira e à sexta-feira.



O **Joker** consiste num jogo adicional de apostas mútuas sobre o sorteio de 7 algarismos (de 0 a 9.999.999) e cuja ordem de extração determina um número único que corresponde ao primeiro prémio. É designado um jogo *add-on* por implicar a participação obrigatória em jogos principais, nomeadamente no Totobola, Totoloto e Euromilhões. O primeiro sorteio deste jogo realizou-se a 1 janeiro de 1994, tendo agora lugar aos domingos. Com um preço por aposta de 1 euro, o Joker garante, atualmente, um primeiro prémio no valor mínimo de 500 mil euros.



O **PLACARD** é, desde 9 de setembro de 2015, o mais recente jogo social do Estado.

Trata-se de um jogo de apostas desportivas à cota de base territorial, explorado pelo Departamento de Jogos em regime de direitos exclusivos para todo o território nacional, que testa o conhecimento dos apostadores em três modalidades desportivas disponíveis (futebol, ténis e basquetebol), nas diferentes competições e eventos desportivos. Neste jogo, o apostador pode fazer apostas simples, combinadas e múltiplas, com diferentes prognósticos para cada evento desportivo. A cada prognóstico está associada uma cota que, multiplicada pelo valor da aposta, determina os ganhos possíveis (prémio). Com um montante base de aposta por bilhete entre 1 euro (aposta simples) e 1000 euros (aposta múltipla), o prémio a atribuir varia em função do tipo de aposta, caso os prognósticos selecionados se concretizem, até um ganho máximo possível, estabelecido por regulamento, de 100 mil euros.

1.4 CRONOLOGIA

Nasce a Lotaria Nacional. Foi criada por Carta Régia a 18 de novembro de 1783, outorgada pela rainha D. Maria I, a quem a «Mesa da Santa Casa da Misericórdia e Hospitais Reais de Enfermos “requereu” a graça de conceder-lhe a faculdade de fazer uma lotaria anual para acorrer com os lucros dela às urgentes necessidades dos ditos dois Hospitais».		É lançado o 1.º jogo de apostas mútuas desportivas em Portugal: o Totobola.		Nasce o Totoloto. O 1.º concurso foi realizado no dia 30 de março e teve transmissão em direto na RTP.		Criação do Departamento de Jogos da SCML. Pelo Decreto-Lei n.º 322/91 de 26 de agosto, compete-lhe gerir, em nome do Estado “a exploração de lotarias, apostas mútuas e quaisquer outros jogos que, a qualquer título, sejam cometidos à Misericórdia de Lisboa e, bem assim, controlar e fiscalizar o integral cumprimento das disposições legais que os regulamentam”.		Surge a Lotaria Instantânea, conhecida por “Raspadinha”.		É introduzido o sistema de registo de apostas em tempo real, na rede de mediadores, denominado <i>online</i> ; Início do <i>Contact Center</i> 11 de julho de 2011.		É criada a marca comercial Raspadinha.		Lançamento da campanha de marca Jogos Santa Casa, intitulada “Há mais em jogo”.		Inserido no projeto de modernização da exploração dos jogos sociais do Estado, ficou completo o processo de renovação dos terminais de jogo, existentes na rede de mediadores; É inaugurado o novo armazém de logística.	
❁		❁		❁		❁		❁		❁		❁		❁		❁	
1783		1784		1961		1984		1985		1987		1991		1994		1995	
❁		❁		❁		❁		❁		❁		❁		❁		❁	
1.ª extração da Lotaria Nacional. Com um primeiro prémio de 12 mil réis, iniciou-se, no dia 1 de setembro, o processo de apuramento dos números premiados, que se prolongou por 34 dias.		Inauguração do Edifício Totobola, na Rua das Taipas.		A 10 de março foi realizada a primeira extração da Lotaria Popular.		No dia 1 de janeiro foi lançado o Joker, jogo adicional de apostas mútuas diretamente associado às apostas do Totoloto ou do Totobola.		Abril 2004: O Departamento de Jogos adota uma nova marca e identidade visual: Jogos Santa Casa. Agosto 2004: O DJ passa a ser uma das primeiras lotarias, a nível mundial, a ser certificada no âmbito do Sistema de Segurança e Gestão de Informação, certificado de acordo com as Normas de Controlo de Segurança da <i>World Lottery Association</i> . Outubro 2004: No dia 6 foi disponibilizado um novo canal de comunicação e de apostas: o Portal Jogos Santa Casa em www.jogossantacasa.pt . No dia 8 de outubro, realizou-se o primeiro sorteio do Euromilhões em Portugal, com a seguinte chave sorteada: 1, 10, 12, 16, 48 + 2 e 6.		Introdução dos 2.ºs sorteios semanais do Euromilhões (às 3.ªs feiras) e do Totoloto (às 4.ªs feiras).		Disponibilização da Raspadinha no Portal Jogos Santa Casa.		Inauguração da Nova Sede do Departamento de Jogos da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, na Avenida da Liberdade, n.º 194; Lançamento do novo jogo de apostas desportivas à cota, de base territorial, dos JSC: o Placard.			

26

27

1.5 PARTES INTERESSADAS



Os portugueses que apostam nos Jogos Santa Casa constituem a energia impulsora da missão do DJSCML. É para eles que desenvolvemos a nossa atividade da forma mais criteriosa e íntegra possível, assumindo o compromisso da idoneidade e da confiança perante todos.

Os apostadores dos Jogos Santa Casa estão distribuídos de forma regular pelas diferentes faixas etárias (divididos entre diferentes escalões, desde os maiores de 18 aos maiores de 65 anos), com uma prevalência muito ligeira do segmento 35/44 anos. Divididos de forma igualitária entre o género masculino e feminino, cerca de 33% dos nossos apostadores são provenientes da região da Grande Lisboa, à qual se segue o litoral norte do país, de onde provêm 18% dos apostadores.

O DJSCML desempenha um papel fulcral na promoção de hábitos de jogo moderados e na prevenção do jogo problemático, por forma a assegurar a proteção da ordem pública e a preservação do património das famílias. Para assumir tal compromisso, é fundamental o papel que a rede de mediadores dos jogos sociais do Estado, a quem o DJSCML atribui autorização administrativa para o exercício da atividade de mediação, presta nos serviços de assistência aos apostadores na celebração do contrato de jogo.



Esta rede, constituída por 4818 mediadores, está distribuída por todo o território nacional e ilhas, e está concentrada, sobretudo, em duas diferentes atividades económicas: a restauração e as papelarias/tabacarias.



Os 317 colaboradores do DJSCML desempenham, diariamente, as suas funções no sentido do escrupuloso cumprimento da missão que foi incumbida pelo Estado ao DJSCML, pautando a sua atuação pelo rigor e responsabilidade que a crescente complexidade que envolve o mercado do jogo a dinheiro e do respetivo negócio exigem.

beneficiários

Os beneficiários dos jogos sociais do Estado são entidades públicas que desenvolvem a sua atividade em áreas como a promoção da saúde e a prevenção da doença e da incapacidade, programas de combate à pobreza e exclusão social, proteção civil, segurança social, cultura, policiamento de espetáculos desportivos, desporto escolar ou turismo social e sénior. Com efeito, a totalidade dos resultados líquidos dos jogos sociais do Estado é integralmente aplicada no

financiamento das políticas sociais do Estado, de acordo com a lista de beneficiários prevista no Decreto-Lei n.º 56/2006, de 15 de março, posteriormente alterado pelo Decreto-Lei n.º 44/2011, de 24 de março, e pelo Decreto-Lei n.º 106/2011, de 21 de outubro.

estado

O jogo a dinheiro é uma competência reservada do Estado que tem justificado, histórica e consistentemente, as restrições impostas às atividades de jogo a dinheiro com a prossecução de objetivos de ordem pública e por razões imperiosas de interesse geral, tais como a proteção dos consumidores, designadamente dos grupos mais vulneráveis, e do combate à

criminalidade. Nesse sentido, entendeu o Estado atribuir, em regime de direitos exclusivos, a exploração dos jogos sociais à Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, através do seu Departamento de Jogos, como reconhecimento da capacidade, integridade e idoneidade desta Instituição para desenvolver esta atividade em seu nome e por sua conta.

Instituição com 517 anos de História a quem o Estado atribuiu, em regime de exclusividade para o território nacional, a exploração dos jogos sociais, missão que é desenvolvida através do seu Departamento de Jogos. A Misericórdia de Lisboa é parte integrante da lista dos beneficiários das receitas dos jogos sociais do Estado, revertendo ainda a favor da sua reconhecida Ação Social o valor dos prémios caducados do Euromilhões, da Lotaria Nacional (Lotaria Clássica e Lotaria Popular) e do PLACARD.

santa casa da misericórdia de lisboa

fornecedores

É ao abrigo da Lei da Contratação Pública que os parceiros externos, fornecedores de bens e de serviços ao Departamento de Jogos, são selecionados, encontrando-se, na sua totalidade, contratualmente vinculados ao cumprimento dos requisitos normativos de acordo com os sistemas de certificação do DJSCML, nomeadamente o Sistema de Gestão da Segurança e da Informação.

A atividade do DJSCML é regulada pelo Governo, cabendo ao membro do Governo que superintende a área da Segurança Social a tutela da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa.

entidades reguladoras

lotarias congêneres

A relação de grande proximidade que a denominada “Lotaria Portuguesa” mantém com um significativo número de lotarias congêneres, oriundas dos vários continentes, é pautada pela partilha de conhecimento e da adoção das melhores práticas do mercado, sendo o DJSCML referenciado como um exemplo de boas práticas no mercado das lotarias.

EL (*European State Lotteries and Toto Association*)

- Sediada em Lausanne, na Suíça, é a organização de lotarias de Estado que reúne instituições, com e sem fins lucrativos, que operam em nome do Estado. A Santa Casa da Misericórdia de Lisboa é membro da EL desde a data da sua criação, em 1983.

CIBELAE (*Corporación Iberoamericana de Loterías*

y Apuestas de Estado) – constituída em 1988 com o objetivo de promover o contacto e a troca de experiências que possam ser úteis para a gestão e comercialização dos jogos entre as Lotarias de Estado dos países ibero-americanos. A Santa Casa da Misericórdia de Lisboa participa ativamente neste fórum desde 1993.

WLA (*World Lottery Association*) – foi criada em 1999 e é uma associação que reúne Lotarias de Estado provenientes de mais de 80 países, com o objetivo de promover e defender os interesses deste setor. A Misericórdia de Lisboa é membro desta associação desde a data de criação da mesma, em 1999.

associações de lotarias



2

OS JOGOS SANTA CASA EM NÚMEROS

HISTÓRIA
SOLIDARIEDADE
compromisso
INTEGRIDADE
SEGURANÇA
RESPONSABILIDADE

2.1 NÚMEROS-CHAVE

2015	
VENDAS BRUTAS (MILHÕES DE EUROS)	2.240
VENDAS BRUTAS PER CAPITA (EUROS)	217
N.º DE REGISTOS DE APOSTAS (MILHÕES)*	913
VALOR TOTAL DE PRÉMIOS ATRIBUÍDOS (MILHÕES DE EUROS)	1.296
QUANTIDADE DE PRÉMIOS PAGOS (MILHÕES)	185
N.º DE PONTOS DE VENDA	4.818
POPULAÇÃO RESIDENTE POR PONTO DE VENDA	2.144
NÚMERO DE UTILIZADORES REGISTADOS NO PORTAL JSC (MIL)	653
UTILIZADORES REGISTADOS NO PORTAL JSC EM PERCENTAGEM DA POPULAÇÃO RESIDENTE	6,5%
RESULTADO DISTRIBUÍDO AOS BENEFICIÁRIOS (MILHÕES DE EUROS)	602
FINANCIAMENTO DE BOAS CAUSAS (MILHÕES DE EUROS)	608
RETORNO SOCIAL (MILHÕES DE EUROS)	786
COESÃO SOCIAL (MILHÕES DE EUROS)	960
RETORNO TOTAL (MILHÕES DE EUROS)	2174

* registos Apostas Mútuas + frações Lotaria Nacional + bilhetes Lotaria Instantânea
+ registo Apostas Desportivas à Cota de Base Territorial

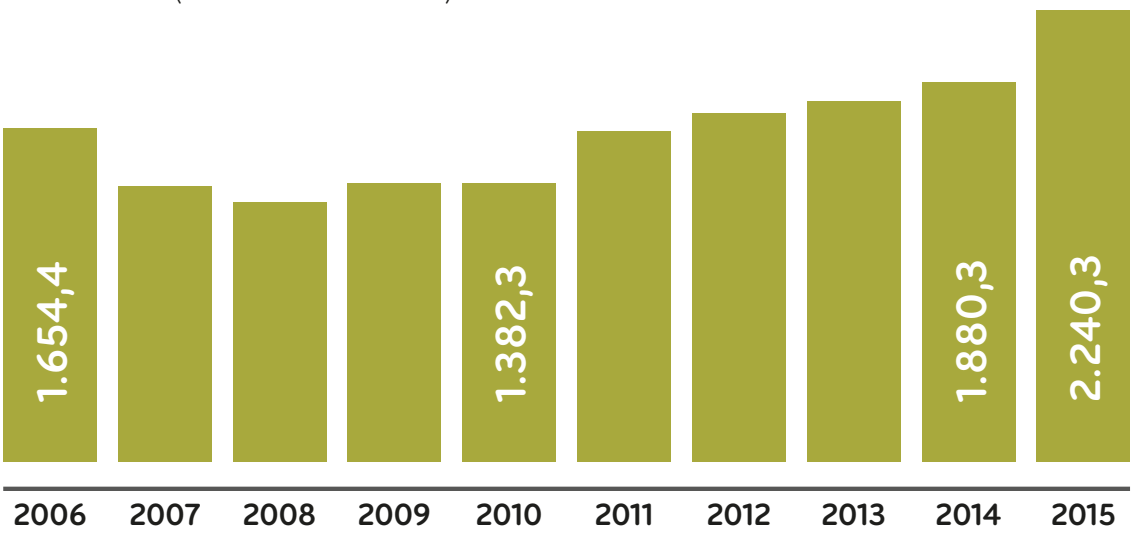
2.2 AS VENDAS DOS JOGOS SOCIAIS DO ESTADO

O último ano fica marcado pelo facto de, pela primeira vez, as vendas dos jogos sociais do Estado terem ultrapassado os dois mil milhões de euros, tendo atingido o montante de 2240,3 milhões de euros, o que revela mais um ano de sucesso na implementação da estratégia de captação da procura para o jogo legal, assente num progressivo alargamento da base de apostadores. Relativamente a 2014, as vendas brutas cresceram 19,1%, mais 360 milhões de euros, e o número de registos de apostas passou de 765 milhões para 913 milhões.

No último ano foram três os principais vetores em que se baseou esta estratégia: lançamento de um novo jogo – o PLACARD –, expansão da rede comercial de mediadores dos JSC e diversificação da oferta. Com estas medidas foi possível a angariação de um novo público, a cobertura geográfica integral do País, chegando a locais onde a procura de jogo ainda não era satisfeita, e a disponibilização de um conjunto de produtos mais adequado às preferências manifestadas pelos apostadores.

O ano de 2015 constituiu, assim, um importante marco num percurso de crescimento dos JSC, particularmente notável nos últimos anos, sobretudo se tivermos em consideração as condições de mercado enfrentadas, caracterizadas por uma acentuada adversidade do ponto de vista económico.

GRÁFICO 1: EVOLUÇÃO DAS VENDAS BRUTAS JSC NOS ÚLTIMOS 10 ANOS (MILHÕES DE EUROS)



Os JSC têm sabido contrariar a evolução da economia portuguesa e do mercado do jogo que é globalmente pró-cíclico, tendo vindo a apresentar uma evolução positiva contínua desde 2009.

Entre outros fatores, esta evolução é fruto da capacidade de adaptação que os JSC têm demonstrado, ao acompanharem um novo, e significativamente diferente, perfil de procura que se tem vindo a afirmar e que se traduz numa forte valorização dos aspetos lúdicos e de entretenimento proporcionados pelos jogos, para além do fator prémio.

O maior crescimento de vendas deu-se, assim, na Lotaria Instantânea, que aumentou 55%

em relação ao ano passado. Embora com uma expressão não comparável em volume de vendas, são igualmente de assinalar as variações positivas que ocorreram no Totobola, no Totoloto e na Lotaria Clássica que vieram inverter a tendência de decréscimo registada nos últimos anos, tendo, para tal, contribuído as acumulações excecionais de *jackpots* que ocorreram neste último ano, um conjunto eficaz de campanhas de comunicação e as melhorias introduzidas na colocação de jogo nos pontos de venda.

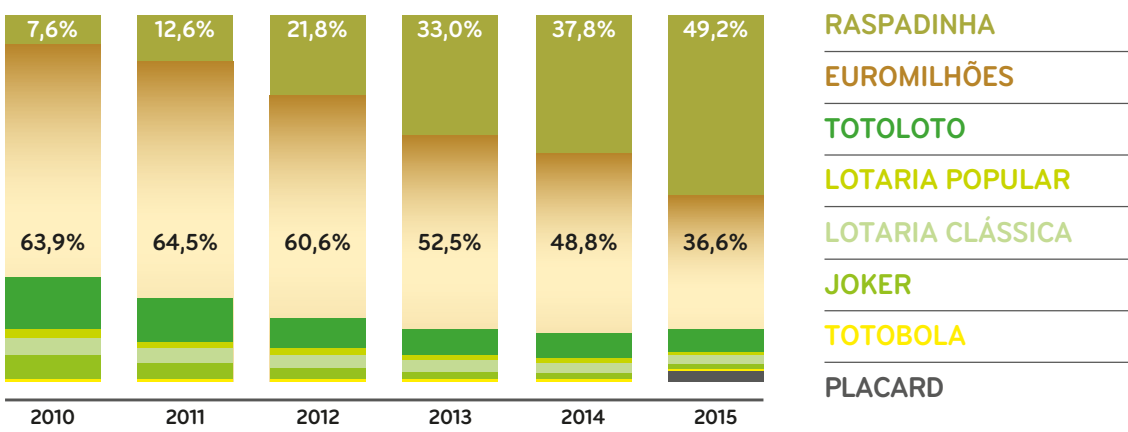
O crescimento das vendas destes jogos e o volume de vendas atingido pelas apostas desportivas à cota de base territorial, em apenas quatro meses de exploração, permitiu compensar as quedas de vendas registadas pelo Euromilhões, Joker e Lotaria Popular, não se tendo invertido a tendência de descida destes jogos.

TABELA 1: VENDAS BRUTAS POR JOGO: 2015 E EVOLUÇÃO FACE A 2014 (MILHÕES DE EUROS; %)

	VENDAS BRUTAS 2015	VARIAÇÃO 2014/2015
TOTAL	2.240,3	19,1%
Totobola	11,3	10,8%
Totoloto	129,0	2,3%
Joker	35,6	-9,5%
Euromilhões	820,5	-10,5%
Lotaria Clássica	51,8	1,5%
Lotaria Popular	25,1	-2,6%
Raspadinha	1.101,5	55,0%
Placard	65,4	-

As alterações introduzidas no portefólio de jogos dos JSC têm efeitos significativos na evolução da sua estrutura de vendas, tendo tido um impacto de particular incidência em 2015. Se até há poucos anos o Euromilhões era, destacadamente, o jogo mais procurado, atualmente a escolha dos apostadores recai maioritariamente na Lotaria Instantânea, jogo que, ao longo do último ano, chegou a ultrapassar 50% do total de vendas. De facto, recuando a 2010, estes jogos representavam, respetivamente, 63,9% e 7,6% do total vendido. Em 2014 o seu peso relativo foi de 48,8% e 37,8% e em 2015 inverteu-se esta relação, tendo as vendas do Euromilhões representado apenas 36,6% enquanto o jogo mais conhecido por Raspadinha representou 49,2% do total de vendas dos jogos sociais do Estado.

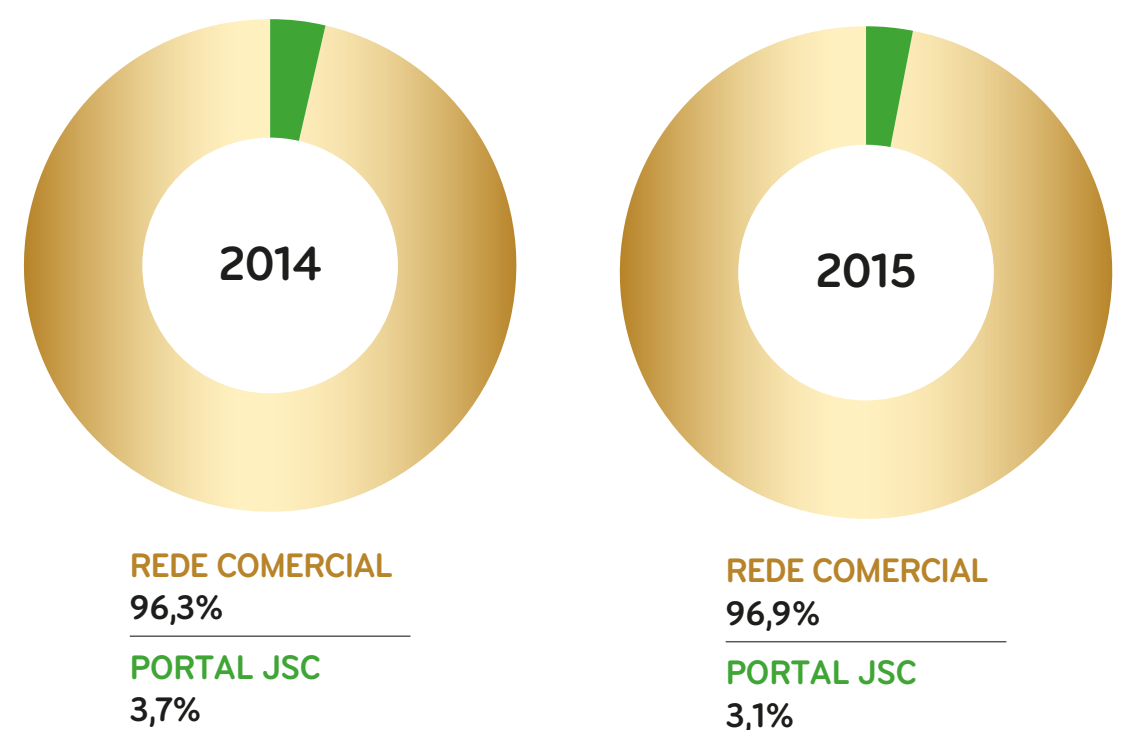
GRÁFICO 2: ESTRUTURA DE VENDAS JSC: 2010 – 2015 (%)



O crescente predomínio da Lotaria Instantânea desacelerou com o lançamento das apostas desportivas à cota de base territorial que, desde o seu arranque em setembro e até ao final do ano, conquistou um expressivo número de apostadores, representando 10,3% das vendas realizadas no mês de dezembro.

Por sua vez, o lançamento deste jogo com disponibilização apenas na rede física e o facto de a procura da Lotaria Instantânea se dirigir, quase na totalidade, à oferta física, foram fatores que tiveram algum impacto na distribuição das vendas brutas por canal, tendo-se reduzido ligeiramente o peso das vendas através do Portal Jogos Santa Casa. Estas permaneceram em 3,7% do total do volume de negócios realizado entre 2012 até 2014, tendo passado a representar 3,1% em 2015.

GRÁFICO 3: DISTRIBUIÇÃO DAS VENDAS BRUTAS POR CANAL DE VENDA: 2014 – 2015 (%)



2.3 A SALVAGUARDA DO PATRIMÓNIO DAS FAMÍLIAS

É parte integrante do cumprimento da missão do Departamento de Jogos na exploração dos jogos sociais a preservação do património das famílias, bem como a prevenção do jogo excessivo, e a forma como tem sido levada a cabo a expansão do negócio tem permitido compatibilizar estas preocupações com a trajetória de visível crescimento de vendas.

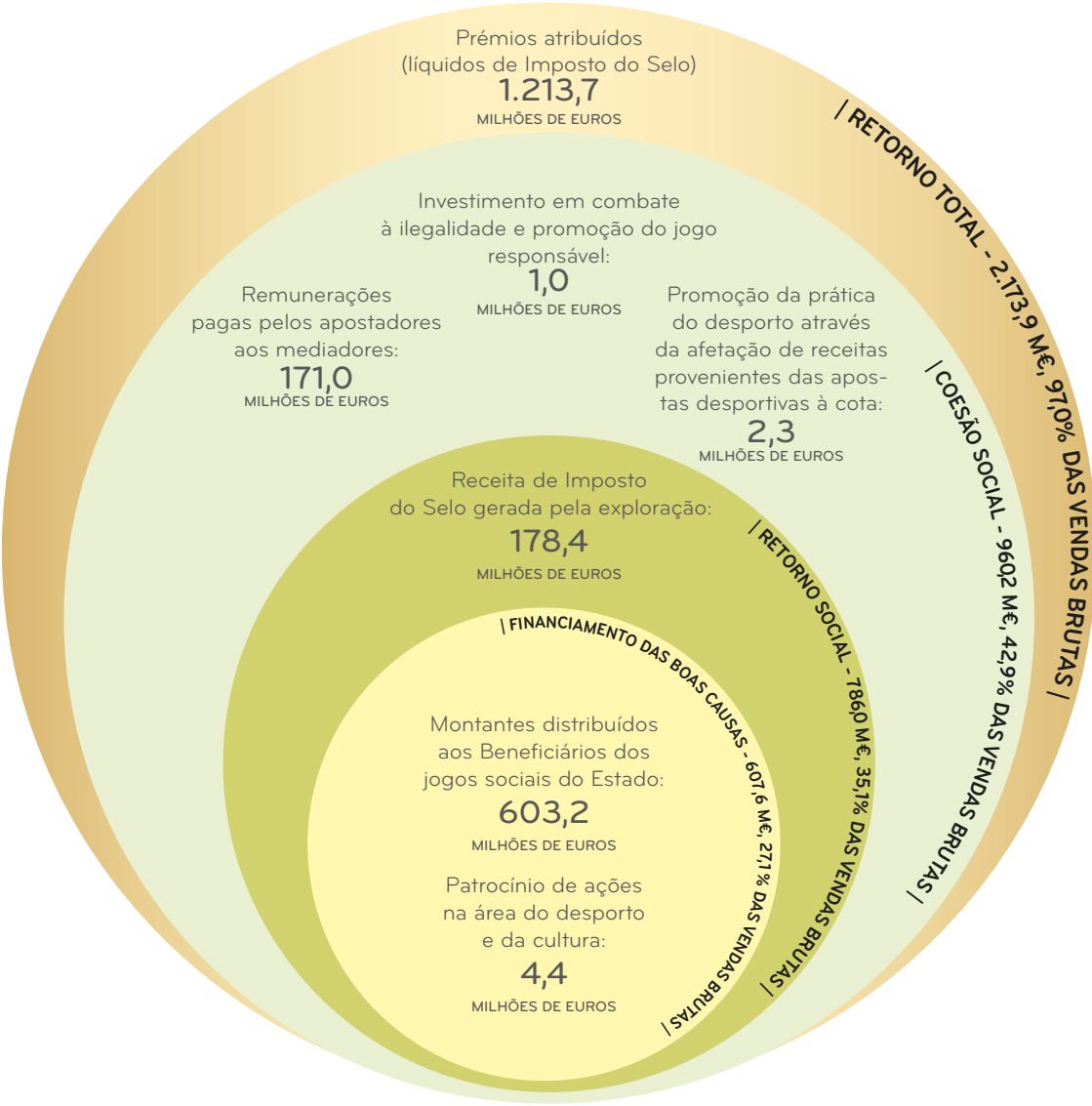
De tal forma que a dimensão atingida no crescimento das vendas brutas não tem qualquer correspondência com o que se observa por parte do crescimento da despesa das famílias em jogo.

Atente-se, desde logo, o facto de, atualmente, os jogos em que é destinada uma maior percentagem de vendas para atribuição de prémios serem responsáveis por mais de metade do volume de negócios dos JSC.

Na verdade, comparada com o aumento de 19,1% das vendas brutas, a despesa líquida das famílias em jogos sociais, medida pelo valor gasto em apostas deduzido do valor recebido em prémios líquidos de imposto do selo sobre prémios, cresceu apenas 7,0% entre 2014 e 2015, o que em valor representa 61,0 milhões de euros.

Por sua vez, este acréscimo é justificado, quase na íntegra, pelo efeito de uma base de apostadores mais alargada, por via, por um lado, da captação de novos apostadores com o lançamento das apostas desportivas à cota de base territorial e com a diversificação de jogos de Lotaria Instantânea e, por outro, da expansão da rede física. Estima-se que apenas uma parcela residual deste aumento de despesa em jogo seja consequência do aumento individual do valor despendido pelos apostadores.

2.4 OS VALORES DEVOLVIDOS À SOCIEDADE



EM 2015, O DINHEIRO DEVOLVIDO À SOCIEDADE REPRESENTOU 97% DAS RECEITAS OBTIDAS NAS VENDAS DE JOGO, O QUE TOTALIZOU 2.173,9 MILHÕES DE EUROS.

A exploração dos jogos sociais do Estado gerou, desta forma, mais 355,6 milhões de euros em 2015 do que em 2014, o que corresponde à quase totalidade do aumento registado nas vendas brutas.

A Sociedade beneficia do dinheiro devolvido pelos JSC sob a forma de prémios, remunerações dos mediadores pagas pelos apostadores, imposto do selo, resultados distribuídos, deduções legais sobre as vendas brutas, patrocínios e investimento em promoção da legalidade e de jogo responsável.

Este retorno é estratificado de acordo com as finalidades a que diretamente se destinam os montantes gerados e (re)distribuídos. Em resumo, pode afirmar-se que, em 2015, por cada euro efetivamente despendido pelas famílias portuguesas nos Jogos Santa Casa, 94 cêntimos foram redistribuídos, destinando-se fundamentalmente ao reforço da coesão social em Portugal.

2.4.1 BOAS CAUSAS

EM 2015, 607,6 MILHÕES DE EUROS FORAM DESTINADOS AO FINANCIAMENTO DE BOAS CAUSAS. MAIS 70,5 MILHÕES DE EUROS DO QUE O REGISTADO EM 2014, OU SEJA, UM ACRÉSCIMO DE 13,1%.

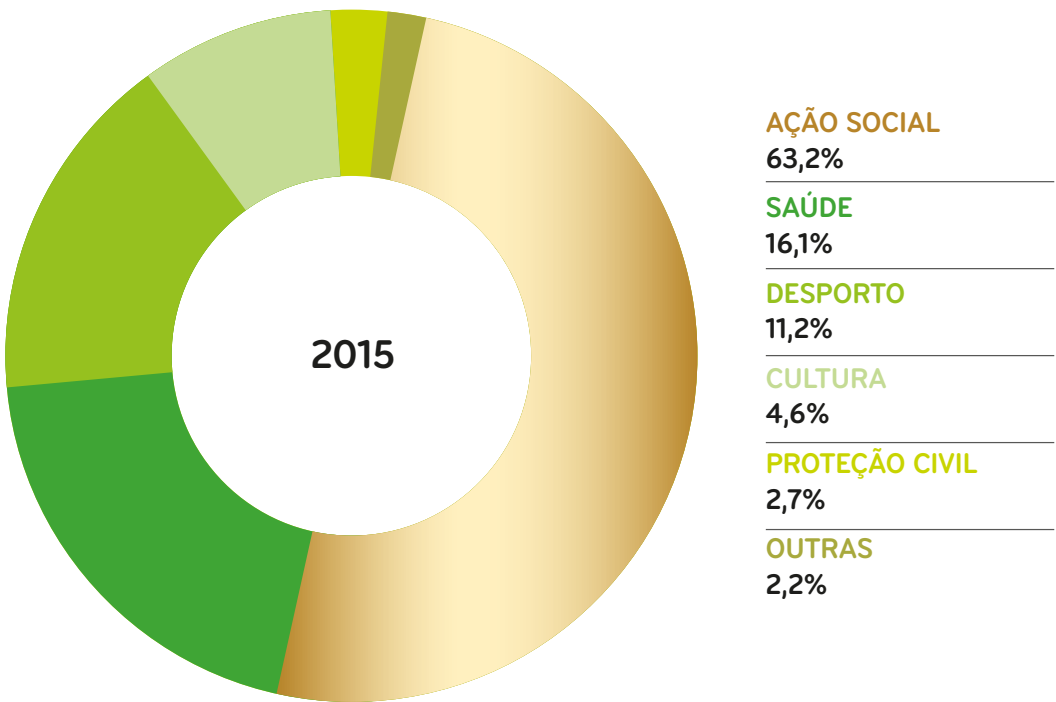
RESULTADOS DISTRIBUÍDOS

Neste ano foram distribuídos aos beneficiários diretos dos jogos sociais 603,2 milhões de euros, resultantes dos resultados de exploração alcançados e de uma parcela (1,3 milhões de euros) dos novos montantes que passaram a ser distribuídos de acordo com o que veio determinar a legislação que, em 2015, aprovou o regime de exploração das apostas desportivas à cota de base territorial.

Às entidades a quem são distribuídos os resultados da atividade de exploração dos JSC compete aplicar os montantes recebidos em fins que consubstanciam as políticas sociais do Estado, entre os quais se contam o apoio social aos idosos, famílias, crianças e jovens mais carenciados, às pessoas portadoras de deficiência e vítimas de violência, bem como na promoção e valorização da cultura, na melhoria da qualidade educativa, no incremento das atividades desportivas e no combate às dependências.

Em 2015 e por grandes áreas sociais, a repartição destes montantes foi a seguinte:

GRÁFICO 4: DISTRIBUIÇÃO DE RESULTADOS POR PRINCIPAIS ÁREAS: 2015 (%)



TESTEMUNHOS DE BENEFICIÁRIOS

Fernanda Soares Heitor,
Presidente do Conselho Administrativo do Fundo de Fomento Cultural:

“ No âmbito da prossecução das suas atribuições, o FFC atua na esfera do tecido cultural português, através da concessão de apoios financeiros a instituições e iniciativas de elevado reconhecimento cultural, pelo que a receita proveniente dos jogos sociais, para além da proveniente do Orçamento de Estado, em muito contribui para o exercício das atribuições do FFC.

No ano de 2015, a atuação do FFC focalizou-se na difusão e divulgação cultural, dentro dos objetivos a prosseguir pelo Governo, com particular ênfase na faculdade do usufruto aos cidadãos da oferta cultural nacional por parte das instituições das várias áreas da cultura, das quais se destacam as Fundações e os organismos tutelados pelo Ministro da Cultura, proporcionando um nível de financiamento regular, com vista à manutenção da sua programação artística, bem como na internacionalização e divulgação da cultura portuguesa, designadamente através de expressiva presença em Feiras e Festivais Internacionais. De entre os relevantes apoios atribuídos pelo FFC, destaca-se, com particular afeição, o apoio financeiro concedido ao abrigo do Dec. Lei n.º 415/82, de 7 de outubro, – Subsídio de Mérito Cultural (SMC), destinado a artistas e autores carenciados economicamente que, pela sua obra, revelaram mérito no panorama cultural português. No ano de 2015, o SMC contava com 126 beneficiários. ”

in Correio da Manhã

violência doméstica

Mais meio milhão para ajudar vítimas

O Governo vai canalizar meio milhão de euros dos Jogos Sociais, geridos pela Santa Casa, para melhorar o atendimento e acolhimento às vítimas de violência doméstica. As cartas de compromisso foram assinadas ontem entre a secretária de Estado dos Assuntos Parlamentares e da Igualdade, Teresa Morais, e as nove entidades que gerem os Núcleos de Atendimento às Vítimas, as casas-abrigo e o acolhimento de emergência. **S.A.V.**

PATROCÍNIOS

Os patrocínios atribuídos ascenderam a **4,4 milhões de euros**.

No cumprimento da sua Missão, os Jogos Santa Casa financiam vários projetos de estímulo à prática da atividade desportiva, no sentido do desenvolvimento de programas e estilos de vida saudáveis, da valorização do esforço e do mérito desportivo no apoio a talentos



nacionais e, muito importante, do apoio ao desporto enquanto motor de coesão e integração social.

Conscientes das preocupações que os jovens atletas atualmente enfrentam, os Jogos Santa Casa têm vindo a trabalhar ativamente com os Comitês Olímpico e Paralímpico, com diferentes federações

desportivas e outras associações de âmbito desportivo, de forma a contribuir para a melhoria de vida de quem tem por missão alcançar resultados de excelência.

Porque o trabalho árduo para se conseguir vencer obstáculos nem sempre é suficiente, os Jogos Santa Casa pretenderam fazer a diferença, ajudando a criar as condições necessárias para essa vitória – nos estudos, no desporto, na música, na vida.

É nesse contexto que surgiram, em 2014, as parcerias com o Comité Olímpico de Portugal (COP) e o Comité Paralímpico de Portugal (CPP), em cujas políticas de responsabilidade social os Jogos Santa Casa se reveem: tanto na promoção dos valores e espírito olímpico do COP quanto na defesa da igualdade e inclusão na prática desportiva, defendidos pelo CPP.

Destinadas a atletas matriculados no ano letivo de 2014/2015 em instituições de ensino superior, ao nível de licenciatura e mestrado, em 2015 foram atribuídas 22 bolsas (com um valor pecuniário de 3000 euros/ano). Este importante incentivo para a conciliação da carreira académica com a carreira desportiva, contribuiu para evitar, quer o abandono precoce do desporto de alto rendimento, quer o abandono, também precoce, dos estudos que, com regularidade, ocorre por dificuldades de compatibilização dos mesmos com os percursos escolar e desportivo dos atletas.

in Record olimpismo

Bolsas “educam” atletas

Os Jogos Santa Casa entregaram ontem 66 mil euros em bolsas de educação, a um total de 22 atletas, que se encontram a estudar em instituições do ensino superior e integrados nos programas de preparação para os Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016, e Surdolímpicos de 2017. “A iniciativa tem a vantagem de permitir aos atletas não descurar a sua educação. Foi o que me permitiu há um ano prosseguir os estudos com o mestrado”, revelou o nadador paralímpico Nelson Lopes, a tirar Economia e Políticas Públicas no ISEG.

A ginasta Sílvia Saiote, as judocas Telma Monteiro e Joana Santos, a canoísta Teresa Portela, entre outros, também foram beneficiados com o projeto.

João Paulo Fernandes,
atleta de boccia, que integra o programa de preparação paralímpica Rio 2016:

“O esforço em conciliar a alta competição e o percurso académico não é nada fácil, pois é muito exigente. Mas nada melhor do que chegar ao fim com os objetivos alcançados: é o maior prémio que dou a mim mesmo, pois valeu a pena toda a luta, sacrifício e empenho.”

Nelson Lopes,
atleta de natação, um dos bolseiros JSC que concluiu o curso de Mestrado em Economia e Políticas Públicas (ISEG-UL), com média final de 15 valores:

“Quero apresentar o meu agradecimento(...), por ter contribuído para este meu sucesso académico, no âmbito das Bolsas Jogos Santa Casa, sem as quais teria sido, sem sombra de dúvida, mais difícil alcançar este objetivo.”

Patrocinando a primeira iniciativa da Federação Académica de Desporto Universitário (FADU), no sentido de distinguir o jovem estudante que, em 2015, habilmente conseguiu conciliar a sua vida académica com a carreira desportiva, os JSC reforçaram o seu posicionamento estratégico no apoio ao talento nacional ao serem convidados a entregar o **Prémio de “Melhor Estudante-Atleta”** na Gala do 25.º Aniversário da FADU, realizada no dia 1 de outubro de 2015, na Aula Magna da Universidade de Lisboa. Correspondendo a um ano de propinas, este prémio, entregue pela primeira vez em Portugal, distinguiu o jovem estudante:

Tiago Gomes

atleta da modalidade de Taekwondo e de Futebol, aluno do 5.º ano do curso de Medicina

“ Sem dúvida que ganhar um prémio desta natureza torna-se altamente motivador e sublinha todo o esforço e disciplina que o estudante-atleta precisa de ter para atingir o sucesso nas duas vertentes, desportiva e escolar. Para mim considero que foi um momento único e especial na minha vida, proporcionando-me uma ajuda extra no trajeto, nem sempre fácil, para alcançar os meus objetivos duais com sucesso. Assim sendo, o prémio simbolizou o reconhecimento da aposta ganha que tenho feito ao longo da minha vida, tentando conciliar o futebol com a Medicina e obter resultados positivos em ambos os campos. Este tipo de iniciativas merece todo o ênfase e penso que a formulação desta nova categoria de mérito “carreira dual” foi uma aposta ganha e, sem dúvida, uma mais-valia para o desporto e ensino português. ”

Através dos vários patrocínios concedidos ao longo de 2015, deu-se continuidade à estratégia que tem vindo a ser seguida desde 2013, assente no apoio ao talento nacional no desporto, por forma a consolidar a imagem dos JSC como marca que apoia o desporto em Portugal, com especial enfoque no apoio concedido a Federações com atletas cujas prestações desportivas foram de mérito e levarão à representação de Portugal nos próximos Jogos Olímpicos e Paralímpicos, no Rio de Janeiro.

Foi nesse sentido que os JSC alargaram, em 2015, o espectro de patrocínios a mais três federações desportivas, contribuindo, de forma inequívoca, para os resultados que têm vindo a ser alcançados pela Federação Portuguesa de Ténis de Mesa, pela Federação Portuguesa de Judo e pela Federação Portuguesa de Remo.

FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE TÉNIS DE MESA (FPTM):

Pelo trabalho desenvolvido e pelos resultados obtidos, o apoio à FPTM foi mais uma aposta ganha pelos JSC.

Em 2015, fruto desta nova parceria, a FPTM conseguiu desenvolver e dinamizar a modalidade, com os excelentes resultados desportivos obtidos: o 5.º lugar no *ranking* mundial por equipas e 2.º lugar no *ranking* europeu, e ainda o apuramento de 4 atletas para os Jogos Olímpicos (três masculinos e uma atleta feminina, bem como a equipa sénior masculina). Promovendo ainda o “Desporto para Todos”, através da implementação do projeto de Ténis de Mesa Adaptado, foi criado o 1.º Campeonato Nacional desta vertente.



Com o apoio dos JSC foi ainda possível trazer para Portugal eventos de referência nesta modalidade, como a organização nacional, a cargo da FPTM, da “Final do World Tour de 2015”, considerada uma das provas de maior prestígio internacional.

FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE REMO (FPR):

Através de um projeto que visa a reestruturação do alto rendimento e o reconhecimento da credibilidade de uma Federação que, em 2020, comemora um século de existência, os JSC firmaram o seu apoio à FPR em 2015. Incluindo neste projeto o apoio aos 28 clubes existentes no nosso país, por meio de vários incentivos, foram vários os contributos dados à modalidade por via do apoio dos JSC, onde se destacaram a atribuição de prémios de inscrição e participação de atletas em Regatas e Campeonatos Nacionais, a atribuição de prémios de permanência na modalidade, o aumento do apoio à organização de torneios por parte dos clubes, o desenvolvimento da categoria Remo de Mar e a aquisição de novos barcos e de barcos adaptados para a prática de Remo de Mar e Remo adaptado, o apoio à organização de eventos de relevância nacional e internacional e o desenvolvimento do desporto para pessoas com deficiência. Os JSC foram ainda responsáveis pelo batismo de 3 novos barcos de Remo de Mar com os sugestivos nomes **Sonho, Sorte e Esperança**.

FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE JUDO (FPJ):

Reconhecido pela UNESCO como um desporto aconselhado para crianças e jovens, não só pelos seus benefícios claros no desenvolvimento físico, mas também como escola de valores, o Judo é também uma das modalidades mais praticadas em Portugal, com mais de 12 200 atletas federados distribuídos por cerca de 270 clubes.

Com o objetivo de possibilitar a participação de mais atletas nos Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016, elevar o número de estágios, as participações em provas internacionais, desenvolvendo a prática do Judo Adaptado e revitalizando as seleções nacionais ao nível dos resultados de excelência, em 2015 os JSC firmaram o seu apoio a esta Federação na qualidade de Patrocinador Principal.



E, em 2015, foram vários os resultados de excelência alcançados: o 1.º lugar no *ranking* mundial na categoria -57kg, atribuído à judoca Telma Monteiro; a conquista de 66 medalhas em competições internacionais (16 Ouro, 17 Prata, 33 Bronze); 38 atletas alcançaram o Estatuto de Alto Rendimento do Instituto Português do Desporto e Juventude (IPDJ); a integração de 10 atletas no Projeto Olímpico e Paralímpico Rio 2016, sendo que destes, 6 já conseguiram o apuramento.

A FPJ canalizou ainda provas de relevância internacional para Portugal, designadamente o Campeonato Europeu de Judo 2015 para Judocas Cegos e de baixa visão, prova que pontuou para os Jogos Paralímpicos. É de realçar que, em 2016, Portugal vai ter, pela primeira vez, representação nos Jogos Paralímpicos, através do atleta invisual Miguel Vieira.

FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE CANOAGEM (FPC):

Os JSC têm apoiado, nos últimos três anos, a FPC que tem vindo a desenvolver um trabalho de excelência, reafirmando, em 2015, esta modalidade como uma das maiores referências do desporto nacional e internacional. Das 11 medalhas conquistadas em campeonatos europeus e mundiais, destacam-se as medalhas de bronze de Fernando Pimenta em K1 1000 metros, no Campeonato do Mundo de Milão, a prata nos Jogos europeus de Baku e ainda o importante apuramento das embarcações de K1 e K4 para os Jogos Olímpicos Rio 2016. Também o jovem-promessa João Amorim se consagrou campeão do Mundo de Maratona, em C1 Júnior. O K4 1000 metros por Equipas conquistou também a medalha de prata no Mundial Sub23 e bronze no Europeu em K1 200 metros.



Estes excelentes resultados culminaram no apuramento de 6 atletas para o Rio 2016, ficando 2015 marcado como o ano em que a Federação apresentou o maior número de filiados, com um total de 2800 atletas inscritos.



FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE RUGBY (FPRBY):



Os JSC são o Patrocinador Oficial da FPRBY desde 2013, modalidade coletiva com maior expressão mundial a seguir ao futebol. Em Portugal, a popularidade do rugby atingiu o auge nos últimos anos, tendo vindo a aumentar exponencialmente o número de praticantes e clubes.

Em 2015, o patrocínio dos JSC tornou possível a construção do Centro de Alto Rendimento, no Jamor, dando assim melhores condições de treino aos atletas que usufruem dessa estrutura.

Apesar de, nesta modalidade, a Seleção Nacional não ter conseguido o apuramento para os Jogos Olímpicos Rio 2016, a FPRBY mantém os seus projetos de reforço e desenvolvimento da modalidade em Portugal através da promoção da renovação dos seus atletas, da promoção do Rugby feminino, bem como do desenvolvimento de ações de Rugby social (dando a possibilidade aos mais desfavorecidos de praticarem gratuitamente a modalidade num regime de aulas) e do Rugby escolar.



ACADEMIA EQUESTRE JOÃO CARDIGA (AEJC):

A AEJC é uma Instituição Particular de Solidariedade Social sem fins lucrativos, que os JSC têm apoiado nos três últimos anos. Em 2015, os JSC voltaram a firmar o seu apoio a esta Academia, num ano particularmente difícil para a equipa de *Paradressage*, com a morte dos dois principais cavalos internacionais, montados pelas cavaleiras paralímpicas Sara Duarte e Ana Mota Veiga.

Apesar das contrariedades, a AEJC conseguiu conquistar os títulos de Campeão Nacional e Vice-Campeão Nacional das categorias em que compete, aumentando o número de atletas da *Paradressage* a competir internacionalmente, de 5 para 7 elementos, e, simultaneamente, conseguindo aumentar, substancialmente, o número de praticantes do projeto "Equitação para Todos".



O PATROCÍNIO DOS JOGOS SANTA CASA A ESTAS 7 ENTIDADES MATERIALIZA-SE NO APOIO DIRETO A UM TOTAL DE 27 614 ATLETAS E A MAIS DE 50 ATLETAS INSERIDOS NOS PROJETOS OLÍMPICO E PARALÍMPICO RIO 2016.

AGORA A TAÇA DE PORTUGAL É PLACARD

Sob o *claim* "Agora a Taça de Portugal é PLACARD", o novo jogo de apostas desportivas à cota de base territorial dos JSC deu nome à Prova Rainha do futebol nacional, a Taça de Portugal, conhecida de todos os portugueses pelo espírito de competição, onde os pequenos clubes defrontam os grandes, em ambiente de *fair play*, igualdade de oportunidades, desafio e grande emoção, valores plenamente defendidos pelo PLACARD.



Comunicado na 4.ª eliminatória da Taça, na véspera do *derby* Sporting vs Benfica, através de uma campanha multimeios (TV, imprensa, rádio e *online*) e ações em estádio, o PLACARD assumiu-se como *naming sponsor* da mais emblemática, popular e tradicional competição do futebol português, modalidade que representa 90% das apostas registadas.

Em 2016, o PLACARD continuará a prosseguir a sua estratégia de posicionamento como principal patrocinador dos eventos desportivos mais mediáticos representativos da sua oferta.

A 1.ª SEMANA EUROPEIA DO DESPORTO

Respondendo à solicitação que a *European Lotteries* endereçou aos seus membros no sentido de dinamizarem, nos seus países de origem, algumas ações que destacassem o papel relevante que a prática do desporto tem na sociedade, dando seguimento à iniciativa da primeira Semana Europeia do Desporto, organizada pela Comissão Europeia, o DJSCML prontamente respondeu à mesma, associando-se ao evento "Subida à Glória", em Lisboa. Organizado pela empresa Podium, em colaboração com a Federação Portuguesa de Ciclismo e em parceria com a Câmara Municipal, Lisboa foi palco de uma corrida em bicicleta, aberta à participação de todos, numa das rampas mais emblemáticas da cidade de Lisboa: a Calçada do Elevador da Glória.



Ativando a sua marca em parceria com as várias federações desportivas e associações patrocinadas, os

JSC desenvolveram um modelo de interação com o público que permitiu a experimentação de atividades relacionadas com as diferentes modalidades, proporcionando o contacto com os atletas profissionais das mesmas, num claro incentivo à prática desportiva, tendo em vista a promoção de hábitos de vida saudável e a promoção de transformações positivas na sociedade, estrategicamente associadas ao Desporto.

UM NOVO EIXO DE POSICIONAMENTO NO APOIO AO TALENTO NACIONAL

2015 foi, por outro lado, o ano de ampliar a opção estratégica de apoio ao talento nacional no sentido da cultura e da música. Ao apoiar o talento artístico nacional, os JSC contribuíram para mais Boas Causas, levando a esperança a muitos portugueses.

Através do patrocínio ao prémio final do programa da RTP "*Got Talent*", o DJSCML associou a marca JSC à promoção do Talento Nacional em diferentes áreas, que abrangeram diferentes faixas etárias, permitindo a todos os concorrentes que passaram pelo programa acreditar na concretização dos seus sonhos. Com uma presença de marca constante nas oito galas transmitidas ao vivo, em cada domingo, até à Gala Final realizada dia 12 de abril, o programa contou ainda com a participação de formandas do Centro de Formação e Certificação da SCML e de utentes da Santa Casa, que puderam assistir ao vivo às galas.

Procurando reforçar a associação dos JSC a este recente território que a marca incorporou na sua estratégia, o Apoio ao Talento Nacional no Universo da Música, a marca JSC foi ainda patrocinadora do programa da SIC "*Ídolos*", um concurso dirigido a todos os portugueses, que associou os valores da portugalidade e do talento, conferindo-lhe uma dimensão nacional.

Também os principais **festivais de música nacionais** foram considerados “palco” dos novos talentos musicais nacionais. Em 2015, e procurando rentabilizar a presença da marca Santa Casa, nos últimos anos, nos principais Festivais de Verão, os JSC foram patrocinadores de quatro festivais de música, realizados em quatro locais distintos do país, considerando-se ser esta mais uma oportunidade dos JSC e da Santa Casa firmarem a sua notoriedade de marca junto do público, de forma integrada, tendo em conta os seguintes objetivos:

- Dar a conhecer ao público as “Boas Causas” que revestem o trabalho desenvolvido, diariamente, pelo DJSCML, nomeadamente no âmbito do apoio ao mérito e ao talento nacional;
- Desenvolver ações de sensibilização que materializem a responsabilidade social da SCML, nas áreas da Saúde, Educação e Ação Social, com especial foco no acesso a pessoas de mobilidade reduzida;
- Beneficiar a população apoiada pela SCML, em particular os mais jovens, com um conjunto de iniciativas e eventos culturais.

150 ANOS DO DIÁRIO DE NOTÍCIAS



Organizada pelo Diário de Notícias e inaugurada no dia 7 de maio, no Pavilhão de Portugal, a exposição “Da Alma de Portugal” contou com o patrocínio exclusivo dos Jogos Santa Casa. Procurando constituir uma simbiose perfeita entre o pas-

sado e o presente, percorrendo 150 anos de páginas e de acontecimentos que marcaram a história de Portugal e do Mundo, esta exposição uniu duas instituições seculares, nacionais e com uma forte componente histórica e social, com tanto para revelar, ilustrando o que foi o passado, o que foi notícia, o que mudou o mundo, os pensamentos, a vida e o quotidiano de um povo: o português!

Visitada por milhares de pessoas durante as três semanas em que esteve aberta ao público, os Jogos Santa Casa exibiram peças históricas dos seus 231 anos, numa mostra única que ilustrou a evolução ocorrida desde a primeira extração da Lotaria, em 1784, até aos dias de hoje, a par e passo com o percurso dos 150 anos do Diário de Notícias.



JOGOS
SANTACASA

2.4.2 RETORNO SOCIAL

Ao financiamento direto das boas causas acresce o montante entregue ao Estado sob a forma de imposto do selo, constituindo-se, deste modo, **o total de verbas que se traduzem em retorno social e que em 2015 foi de 786,0 milhões de euros.**

O imposto do selo gerado pelos JSC neste último ano atingiu 178,4 milhões de euros, salientando-se o facto de a receita fiscal resultante das taxas que incidiram sobre as vendas (4,5% incluídos no valor da aposta) e sobre o valor dos prémios (20% sobre a parcela do prémio que excede os 5000 euros) ter representado 13,1% do total da receita fiscal do Estado em imposto do selo, o peso relativo mais elevado até aqui registado.

TABELA 2: IMPORTÂNCIA DA RECEITA FISCAL DE IMPOSTO DO SELO DOS JSC NA RECEITA DO ESTADO:
2014 – 2015 (MILHÕES DE EUROS; %)

	2014	2015
Imposto do Selo sobre Vendas	81,0	96,5
Imposto do Selo sobre Prémios	64,0	81,9
TOTAL	145,0	178,4
Peso na receita fiscal do Estado em Imposto do Selo	11,1%	13,1%

O aumento da importância da receita fiscal gerada pelos JSC foi consequência, não apenas do crescimento do volume de vendas, mas também de um ano bastante favorável no que se refere aos montantes de prémios atribuídos em Portugal.

2.4.3 COESÃO SOCIAL

EM 2015, A CONTRIBUIÇÃO GLOBAL DOS JOGOS SANTA CASA PARA AÇÕES QUE SE INSEREM NA PROMOÇÃO DA COESÃO SOCIAL EM PORTUGAL TOTALIZOU 960,2 MILHÕES DE EUROS.

Para além do financiamento das políticas sociais do Estado, incluem-se a este nível:

- O investimento de 1 milhão de euros realizado na defesa da legalidade do jogo a dinheiro, no combate à fraude fiscal e ao branqueamento de capitais enquanto fenómenos potencialmente associados a práticas de jogo, e na promoção do Jogo Responsável como meio de proteção do património das famílias e da ordem pública;

- A afetação de 2,3 milhões de receitas das apostas desportivas à cota de base territorial para apoio às entidades organizadoras de eventos desportivos, clubes e atletas, em resultado do que vieram determinar as disposições legais que aprovaram em 2015 o Regime de Exploração e Prática das Apostas Desportivas à Cota de Base Territorial;

Fernando Gomes,
Presidente da Federação Portuguesa de Futebol:

“ Se é verdade que o Futebol, através das apostas mútuas, quer pelo Totobola, quer pelo mais recente Placard, sempre procurou contribuir para a sustentabilidade económica de uma instituição absolutamente ímpar na construção de uma sociedade socialmente responsável, não é menos justo sublinhar o papel preponderante da SCML no desenvolvimento, em geral, do Desporto Nacional e, em particular, do Futebol português. Sublinho que mais de 60 Federações Desportivas recebem financiamento indireto da SCML através das receitas dos Jogos Sociais e que essas receitas são vitais para a manutenção das suas atividades.

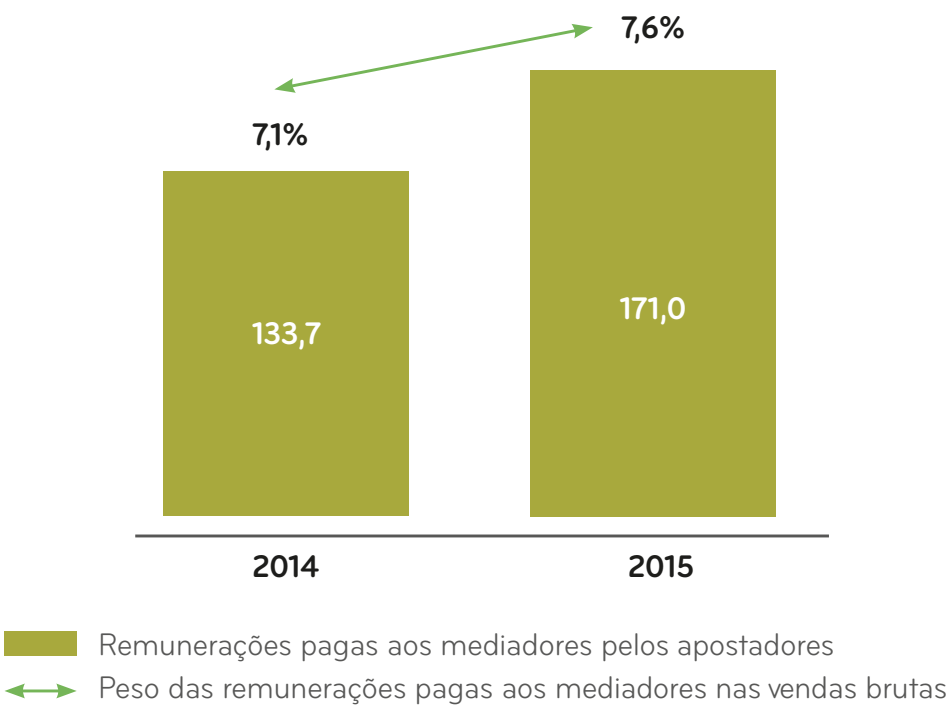
No caso do Futebol, menos dependente de financiamentos externos, realçaria a importância da distribuição das receitas do jogo Placard. Com apostas muito vincadas no futebol amador e feminino, do futsal e futebol de praia, a FPF agradece e assume o papel essencial da SCML no desenvolvimento destes eixos estruturais da sua política de desenvolvimento.

Parceria igualmente estruturante na construção da identidade de duas das mais relevantes instituições portuguesas, a FPF reafirma o seu enorme orgulho face ao património comum construído ao longo de muitos anos. Sabemos que o Totobola e o Placard, desde o seu nascimento, já registaram vendas brutas de perto de mil milhões de euros. É um privilégio saber que fazemos parte dessa história e que assim, mesmo que de forma indireta, também assumimos o nosso papel na construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Contem connosco! ”

- As remunerações pagas pelos apostadores aos mediadores dos jogos sociais do Estado, que, em 2015, ascenderam a 171,0 milhões de euros.

Relativamente às remunerações pagas aos mediadores, importa sublinhar que estes montantes se consubstanciam como suporte financeiro, em muitos casos determinante, para um conjunto alargado de empresas, na sua maioria pequenas e médias empresas, instaladas em todo o País, promovendo, desta forma, a atividade empresarial e o emprego em inúmeras economias locais. Em 2015, o valor recebido por ponto de venda foi, em média, de 35,5 mil euros, estimando-se que na sua globalidade, estas remunerações tenham assegurado cerca de 12 000 postos de trabalho.

GRÁFICO 5: REMUNERAÇÕES PAGAS AOS MEDIADORES PELOS APOSTADORES: 2014 – 2015 (MILHÕES DE EUROS; %)



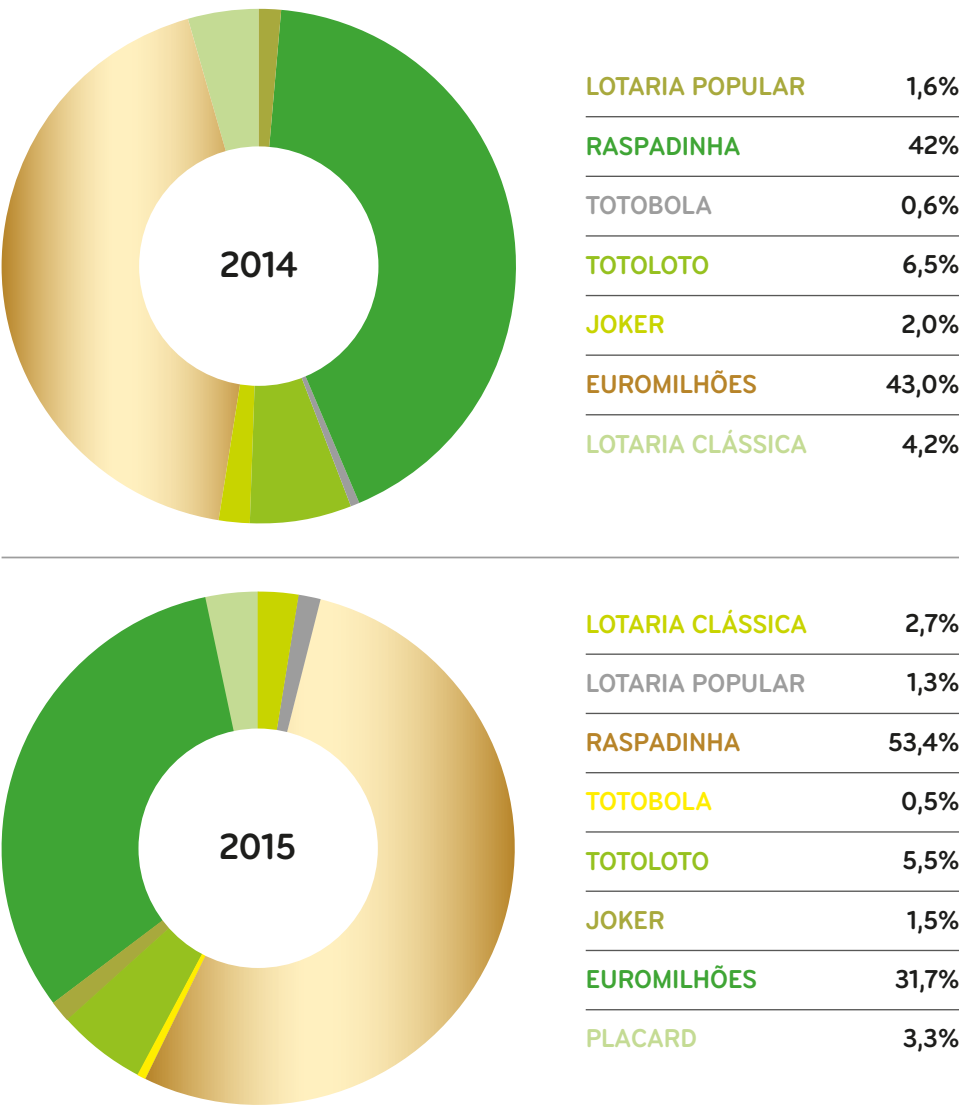
Nos últimos anos têm sido crescentes, quer o valor absoluto recebido pelos mediadores, quer o peso relativo que este representa no total das vendas brutas. Tal facto deve-se, fundamentalmente, ao aumento relativo das vendas da Lotaria Instantânea, cuja remuneração para o mediador é superior à proporcionada pelos jogos de apostas mútuas. No último ano, o crescimento das remunerações face a 2014 foi bastante significativo, tendo representado um acréscimo de 27,9%.

2.4.4 RETORNO TOTAL

O RETORNO TOTAL GERADO PELOS JOGOS SANTA CASA PARA A SOCIEDADE FOI EM 2015 DE 2.173,9 MILHÕES DE EUROS.

Neste patamar de dinheiro devolvido à Sociedade, somam-se os prémios atribuídos, que no último ano totalizaram 1.295,6 milhões de euros¹, aumentando 21,6% em relação a 2014. À semelhança da estrutura de vendas, também no caso dos prémios a Lotaria Instantânea passou a representar, em 2015, a maior fatia de valores atribuídos, com uma importância relativa de 53,4%.

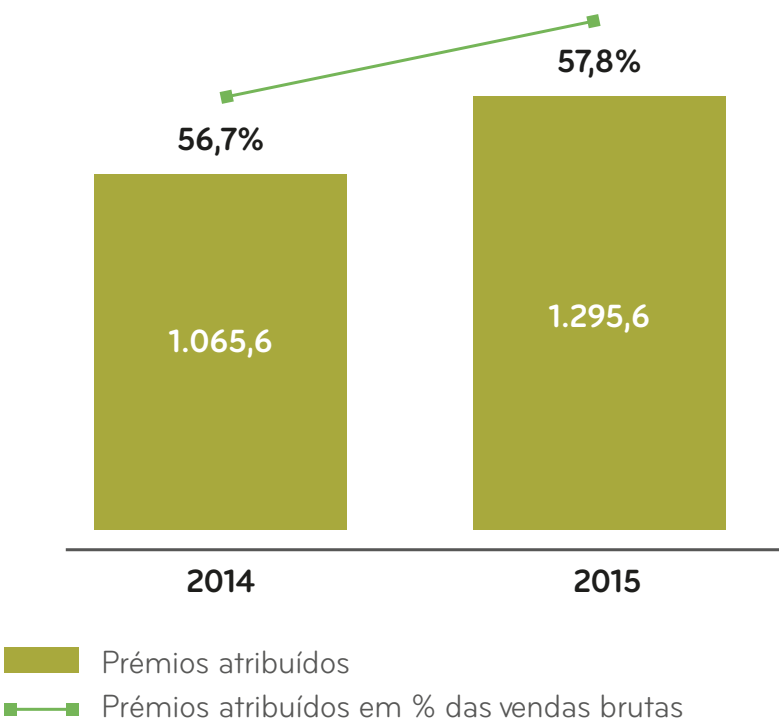
GRÁFICO 6: PRÉMIOS ATRIBUÍDOS POR JOGO EM % DO TOTAL: 2014 – 2015 (%)



Por seu turno e tal como na situação referida quanto às remunerações dos mediadores, nos últimos anos, o montante atribuído em prémios tem sido crescente em valor e em proporção do volume de vendas brutas. Em 2015, a parcela das vendas brutas destinada a prémios foi de 57,8%, enquanto em 2014 esta parcela representava 56,7%.

1 Corresponde ao valor bruto dos Prémios, sem dedução do imposto do selo sobre prémios

GRÁFICO 7: PRÉMIOS ATRIBUÍDOS: 2014 – 2015 (MILHÕES DE EUROS, %)



2015 foi um ano marcado pela distribuição de muitos e grandes prémios aos portugueses que tentaram a sua sorte no leque dos jogos disponibilizados pelos Jogos Santa Casa.

MAIORES PRÉMIOS ATRIBUÍDOS EM 2015

JOGO	VALOR BRUTO DO PRÉMIO	VALOR DA APOSTA/ BILHETE/FRAÇÃO
Euromilhões	163.553.041,00 €	10,00 €
Totoloto	18.957.598,20 €	3,60 €
Totobola	621.403,98€ ⁽¹⁾	102,40 € 4,00 €
Joker	7.366.413,66€ ⁽²⁾	1,00 € 1,00 €
Lotaria Clássica	250.000,00 €	15,00 €
Lotaria Popular	100.000,00 €	5,00 €
Raspadinha	504.000,00 €	10,00 €
Raspadinha online	80.000,00 €	2,00 €
Placard	17.020,00 €	100,00 €

⁽¹⁾ Prémio atribuído a dois apostadores no valor unitário de 310.701,99 €
⁽²⁾ Prémio atribuído a dois apostadores no valor unitário de 3.683.206,78 €

O **Euromilhões** destacou-se dos demais jogos com **5 primeiros prémios atribuídos em Portugal**, num valor total aproximado de 320 milhões de euros, valor esse muito superior aos cerca de 150 milhões de euros arrecadados pelos vencedores dos 7 primeiros prémios que saíram em Portugal em 2013, ano considerado excecional em termos de “sorte nacional”.

Ainda assim, o maior prémio atribuído neste jogo social em Portugal continua a ser o de 190 milhões de euros, registado por um apostador de Castelo Branco, em 2014.

Desde o seu lançamento em 2004 e até ao final de 2015, Portugal contabilizou **58 primeiros prémios** do Euromilhões, ocupando, assim, o 3.º lugar no *ranking* dos países com o maior número de prémios atribuídos neste jogo, antecedido por Espanha (2.º) e França (1.º). Nas vendas, o nosso país ocupou o 4.º lugar, precedido por Espanha (3.º), França (2.º) e Reino Unido (1.º).

Praticamente durante todo o ano, este jogo foi líder na preferência dos apostadores portugueses. E foram mais de 6 mil as notícias geradas em torno do Euromilhões!

Marçal Mendonça, 65 anos, Loulé
Apostador do Euromilhões:

“*Aposto todas as semanas no Euromilhões desde que o jogo foi lançado em Portugal! Prefiro este jogo aos demais da Santa Casa porque é simples, tem um custo mínimo acessível e um primeiro prémio muito apetecido, que chama a atenção de qualquer pessoa... Aposto sempre às 6.ªs feiras, já faz parte da minha rotina semanal. Escolho sempre a aposta automática na esperança de, um dia, os meus números serem os “felizes contemplados”, como dizem os apresentadores dos sorteios na televisão! Já ganhei alguns prémios, porém sempre pequenos... Mas, ainda assim, não perco a esperança de um dia ganhar e, quem sabe, vir a ser o próximo excêntrico de Portugal. Isso é que era!*”

Também para os apostadores fiéis ao **Totoloto** este foi um ano de sorte, pois não só comemorou 30 anos de existência como também atribuiu o maior prémio de sempre a um único apostador do distrito de Setúbal que, com uma aposta de 3,60€, recebeu 19 milhões de euros, no concurso 086/2015, de 28 de outubro. O último grande prémio do Totoloto tinha sido atribuído em 2011, no valor aproximado de 15 milhões de euros.

Do mesmo modo, a **Raspadinha** atribuiu os maiores prémios de sempre, no valor total de 504 mil euros cada, no jogo “Mega Pé-de-Meia”, cujos felizes contemplados passaram a receber um “pé-de-meia” mensal de 3000 euros durante 14 anos.

No ano transato, os distritos mais “sortudos” do país foram Lisboa (1.º lugar), Porto (2.º lugar) e Setúbal (3.º lugar), com o maior número de prémios dos jogos sociais do Estado. O distrito de Lisboa foi líder na atribuição de prémios em praticamente todos os jogos sociais do Estado, à exceção da Lotaria Clássica, em que o distrito do Porto ocupou o 1.º lugar.



3

GRANDES MARCOS PARA GRANDES RESULTADOS

HISTÓRIA
SOLIDARIEDADE
compromisso
INTEGRIDADE
SEGURANÇA
RESPONSABILIDADE

3.1 MUDANÇA DE INSTALAÇÕES: PREPARAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO PARA UM NOVO CONTEXTO

NOVA SEDE EM LISBOA

2015 foi o ano da concretização do processo de mudança de Sede do Departamento de Jogos. Com sede no antigo edifício “Totobola” desde 1984, o DJSCML mudou para a Avenida da Liberdade, n.º 194, em Lisboa.

31 anos volvidos, foi a 11 de maio que a atividade do DJSCML e de todos os seus colaboradores ganhou um novo fôlego. Com esta mudança de instalações melhoraram-se as condições físicas de trabalho para os todos os colaboradores. Nos novos espaços comuns agora existentes nos edifícios, conta-se a Sala da Sorte, preparada para conferências de imprensa, realização de extrações, formações e outros eventos; a Sala para Formação de mediadores; o Pátio exterior para convívio e refeições, bem como pequenas salas de reuniões em todos os pisos.

A comunicação interna teve um papel preponderante em todo o processo, mantendo os colaboradores informados de todas as fases da mudança e dando orientações sobre os passos a seguir, que levaram a que tudo decorresse sem dúvidas ou percalços. Nessa comunicação regular foram abordados temas como: regras e normas de preparação para a mudança; informação sobre a localização dos postos de trabalho e identificação de materiais a transportar; mapa de acessos e serviços na zona da Nova Sede; regras de funcionamento e utilização dos novos espaços e diretório com a distribuição, por edifício e por piso, de todos os serviços.

Num único fim de semana foram transportados todos os materiais e equipamentos dos mais de 200 colaboradores do DJSCML que viriam a ocupar a nova sede e, tal como planeado, na segunda-feira, dia 11 de maio, tudo estava a postos para receber os novos inquilinos dos Edifícios da Rua Rodrigues Sampaio e da Av. da Liberdade, que compõem a Nova Sede do DJSCML, em Lisboa.



Depois de concluído o processo de mudança, as novas instalações receberam a bênção celebrada pelo Reverendo Pe. António Vaz Pinto, Reitor da Igreja de S. Roque e Capelão privativo da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, em cerimónia que contou com a presença do Senhor Provedor da SCML, do Senhor Vice Provedor da SCML e restantes Vogais da Mesa da SCML.

RENOVAÇÃO DO ARMAZÉM DO PRIOR VELHO

2015 marca também o ano de renovação dos serviços complementares de apoio ao Departamento de Jogos, nomeadamente ao nível logístico, gráfico e de armazenamento.

Foi levada a cabo a renovação completa do armazém existente no Prior Velho, com a criação de zonas específicas para albergar o Núcleo Gráfico, o Núcleo de Personalização de Bilhetes e o Núcleo de Vendas, que anteriormente estavam localizados nos serviços centrais da SCML.

Esta intervenção profunda permitiu melhorar substancialmente as condições de trabalho de todos os colaboradores que passaram a exercer as suas funções neste local, bem como dos colaboradores do Núcleo de logística, que já anteriormente ocupavam este espaço, nomeadamente através da instalação de climatização, implementação de mecanismos de controlo e segurança em todo o complexo e ampliação da zona social (refeitório e balneários), com capacidade para 60 colaboradores. Foram necessários três dias de mudanças para que, a 21 de dezembro, os serviços estivessem aptos a iniciar as suas tarefas.

Sofia Duarte Caetano,
Diretora, Direção de Controlo e Gestão de Risco

“ Foi com imenso orgulho que aceitei o desafio de integrar a SCML, uma instituição que conta com mais de cinco séculos dedicados ao bem-fazer. Saber que cerca de 72% das receitas dos jogos se destinam a ser devolvidas à sociedade é mais um motivo para todos os dias darmos o nosso melhor. Este sentimento é transversal à organização e vive-se e sente-se em todos.

A gestão do risco tem assumido um papel estratégico cada vez mais importante nas empresas, constituindo um elemento fundamental de suporte à gestão e à decisão, principalmente num contexto macroeconómico instável e complexo. A melhoria da perceção dos riscos que afetam a nossa atividade e dos sistemas de controlo e respetiva resposta a esses mesmos riscos, permite-nos diminuir custos e melhorar a performance – com isto, podemos aumentar a nossa entrega à sociedade. A criação da DCGR veio ao encontro deste desafio de melhoria contínua e da necessidade de criar um processo de gestão do risco transversal e otimizado. ”

Magna Monte,
Diretora, Gabinete de Segurança e Qualidade

“ O processo de mudança de instalações do DJ foi antecipadamente preparado, tendo em consideração as linhas de orientação e os princípios definidos no Sistema de Gestão da Segurança e da Informação (SGSI), designadamente através da adoção de medidas que salvaguardam a integridade, a disponibilidade e a confidencialidade dos ativos necessários à organização e exploração dos jogos sociais do Estado, incluindo o ativo informação. O plano de comunicação, elaborado de forma faseada e prévia à mudança, constituiu um instrumento fundamental e facilitador da mudança, permitindo garantir a eficiência de todo o processo.

A eficiência do processo de mudança refletiu-se igualmente na disponibilidade da informação e demais condições para a realização das operações de negócio, não se tendo verificado interrupções nas atividades laborais. Sendo um instrumento de gestão integrado e indissociável da gestão global da Organização, o SGSI contribuiu naturalmente para o êxito de todo o processo de mudança. ”

3.2 ALARGAMENTO DA REDE DE MEDIADORES

Focado naquela que é a missão dos jogos sociais do Estado – canalizar para a oferta legal do Estado a procura de jogo a dinheiro – o DJSCML continuou, em 2015, a expansão da rede de mediadores por todo o território nacional.

Durante o ano de 2015, a rede a física dos jogos sociais do Estado cresceu cerca de **9%**. Com mais de **464 novos terminais** atribuídos, foram 4818 os estabelecimentos comerciais autorizados a disponibilizar aos apostadores portugueses todos os jogos que compõem o portefólio JSC, uma rede que constituiu um instrumento eficaz na melhoria efetiva do combate ao jogo ilegal em Portugal.

Num ano que viria a ser marcado pela renovação da oferta dos jogos sociais do Estado, a preparação e o lançamento de um novo jogo mobilizou toda a equipa comercial, que realizou 318 sessões de formação nacionais específicas sobre o produto, os processos e procedimentos inerentes à sua disponibilização aos apostadores, perfazendo mais de 57 500 horas de formação e envolvendo cerca de 14 500 formandos.

No cumprimento do dever do DJSCML de disponibilização de informação atualizada e permanente aos apostadores portugueses, foram efetuadas cerca de 700 intervenções ao nível da melhoria de imagem nos pontos de venda, tendo sido disponibilizada a toda a rede de mediadores novos suportes de informação obrigatórios, nomeadamente tendo em conta o lançamento de um novo jogo cujo sucesso em muito se ficaria a dever à grande receptividade e envolvimento por parte da rede de mediadores.

Prosseguindo as melhores práticas de Jogo Responsável, o DJSCML procedeu ao reforço de comunicação relativamente às obrigações dos apostadores e dos mediadores perante a Lei, nomeadamente no que diz respeito à proibição de venda de jogo a menores de idade e de venda de jogo a crédito, entre outros, tendo ainda sido disponibilizados aos apostadores, através da rede de mediadores, mais de 2 milhões de panfletos do novo jogo.

Foi um ano de enorme exigência e grandes desafios colocados aos mediadores, bem como a toda a direção comercial do DJSCML que acompanhou a dinâmica e as necessidades dos consumidores portugueses, melhorou a distribuição dos vários jogos pela rede, harmonizou os horários de abertura ao público dos quase cinco mil pontos de venda espalhados pelo território continental e ilhas, e intensificou a formação disponibilizada à sua rede física.



3.3 LANÇAMENTO DO NOVO JOGO SOCIAL DO ESTADO: O PLACARD

Em 2015, foi alterado o quadro normativo do modelo de exploração dos jogos de fortuna ou azar em Portugal, os quais constituem uma atividade reservada ao Estado. Com efeito, desde há muito que a necessidade de combater a prática de jogo ilegal e assegurar uma exploração de jogo equilibrada e transparente exigiam a criação de um novo modelo de exploração e prática do jogo *online* em Portugal, face ao contexto de regulação do jogo *online* generalizado na Europa.

Observando as recomendações da Comissão Europeia e as melhores práticas que vinham a ser adotadas noutros países, a regulação do jogo *online* ocorreu com a publicação do Decreto-Lei n.º 66/2015, de 29 de abril, que aprovou o Regime Jurídico dos Jogos e Apostas *Online*. Este diploma, ao permitir alargar a panóplia de jogos existentes, com o intuito de conferir competitividade ao mercado português, visou também a diminuição da prática ilícita de jogo *online*, quer por parte dos operadores que disponibilizavam jogo em Portugal, quer dos jogadores que a ele acediam.

Com o novo regulamento, as entidades exploradoras passaram, obrigatoriamente, a ter que obter uma licença junto da Entidade Reguladora – o Serviço de Regulação e Inspeção de Jogos, do Turismo de Portugal –, sujeitando-se a específicas obrigações e deveres, passando, por outro lado, a atividade de exploração ilícita de jogos e apostas *online* a qualificar-se como crime.

Até à data da Regulação, as apostas desportivas à cota de base territorial não eram permitidas em Portugal, pelo que a exploração de apostas desportivas sobre prognósticos desportivos (o Totobola), em violação do exclusivo concedido à SCML, constituía um ilícito contraordenacional, previsto e punido na Lei n.º 30/2006, de 11 de julho.

Nessa sequência, o Decreto-Lei n.º 67/2015, de 29 de abril, que entrou em vigor no dia 28 de junho de 2015, aprovou igualmente o **regime jurídico da exploração e prática das apostas desportivas à cota de base territorial** que determinou que, por razões de ordem pública, proteção dos consumidores e prevenção do crime e da fraude, o Estado Português atribuía à SCML, através do seu Departamento de Jogos, a organização e exploração destas apostas, em regime de exclusividade para todo o território nacional.

Com o objetivo de canalizar para a oferta legal do Estado a procura já existente por este tipo de jogo de apostas e posicionando-se a oferta deste novo jogo social numa lógica de grande proximidade com os apostadores, foram exigidas especiais cautelas na forma como essa disponibilização seria feita e controlada. Entendeu, por isso, o Estado beneficiar da rede de mediadores JSC, disseminada pelos quase 5 mil pontos de venda espalhados por todo o país, e da sua experiência, para disponibilizar apostas desportivas à cota de base territorial a todos os portugueses maiores de idade, de forma segura e controlada, como a solução que melhor acautela e defende o interesse público e protege os apostadores.

Atendendo ao grau de complexidade que reveste um projeto desta natureza e ao compromisso do DJSCML com a segurança e a integridade da sua oferta de jogo, o investimento efetuado pelo DJSCML centrou-se, entre outros, na formação interna, na adaptação dos sistemas de jogo, no reforço de meios e suportes de comunicação para os apostadores e

na formação de todos os mediadores dos jogos sociais do Estado. 2015 ficou, desta forma, marcado pelo longo trajeto de preparação e adequação dos processos tecnológicos e de negócio do DJSCML a este novo tipo de jogo, para o qual foram definidos 4 eixos fundamentais de atuação:

- Privilegiar a segurança e a proteção dos apostadores, com a introdução da obrigatoriedade da identificação pelo **Número de Identificação Fiscal (NIF)** aquando do registo das apostas e do pagamento de prémios de valor superior a €150,00;
- Disponibilizar o novo jogo em toda a rede de mediadores JSC, preparando-a adequadamente através de uma formação específica, enquanto interlocutor privilegiado com os apostadores;
- Disponibilizar, numa primeira fase, uma oferta alargada de eventos desportivos suportada em 3 modalidades: futebol, ténis e basquetebol;
- Utilizar suportes diferenciados para comunicação dos eventos desportivos, a disponibilizar na rede de mediadores, na imprensa desportiva, no Portal JSC e através de uma aplicação móvel específica.



APOSTA NA DESPORTIVA

Dia 9 de setembro de 2015, onze anos depois do lançamento do Euromilhões, iniciou-se o registo de apostas no **PLACARD**, o novo jogo social do Estado de apostas desportivas à cota de base territorial, disponível, exclusivamente, nos pontos de venda da rede de mediadores JSC.

Desafiante e com uma forte componente de

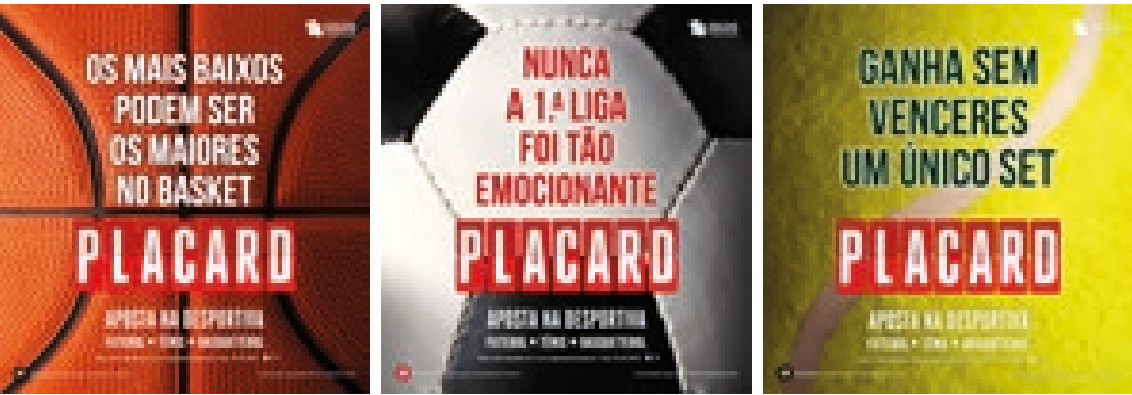
entretenimento, o novo jogo social testa o conhecimento dos apostadores nas modalidades disponíveis, nas diferentes competições e eventos desportivos, permitindo que se façam prognósticos associados a uma cota que, multiplicada pelo montante base da aposta, determina o valor máximo do prémio possível que o apostador poderá ganhar. Com um montante base de aposta entre €1,00 e €100,00, o prémio a atribuir varia em função do tipo de aposta, caso os prognósticos selecionados se concretizem.

Sendo um jogo com características mais complexas que os restantes JSC e com o objetivo de diminuir a curva de aprendizagem do apostador, foi definido um plano estratégico de comunicação assente numa campanha publicitária multimeios e no lançamento de um microsite exclusivamente dedicado ao **PLACARD**, acessível através do Portal JSC, assim como de uma aplicação para dispositivos móveis (APP **PLACARD**), de apoio ao apostador onde, em ambos os casos, pode ser efetuada a simulação de apostas e de ganhos possíveis de prémios, através do preenchimento de um bilhete virtual.

Com a consciência de que o ponto de venda seria um local estratégico de comunicação permanente com o apostador, foram desenvolvidas várias peças “**PLACARD**” específicas para comunicação dos eventos, incluindo um vídeo tutorial a passar no ecrã dos terminais

de jogo, de forma a ser disponibilizada toda a informação aos apostadores, também presente no Portal JSC.

Apesar deste novo jogo ter uma curva de aprendizagem mais longa que os restantes jogos do portefólio JSC, os primeiros números surpreenderam pela positiva: menos de 30 dias foram suficientes para que o novo jogo se afirmasse como um sucesso junto dos apostadores amantes do desporto, o que se comprovou pelas mais de 1,7 milhões de apostas registadas até 30 de setembro e, com apenas quatro meses de atividade, já se posicionava como terceiro produto no portefólio dos JSC, ultrapassando as melhores expectativas nos valores esperados para a sua exploração, alcançando mais de 65 milhões de euros de receita contra os 50 milhões orçamentados, mais de 467 mil novos apostadores, e quase 300 mil *downloads* da aplicação móvel.



O balanço extremamente positivo do lançamento do **PLACARD** veio demonstrar que a maioria dos apostadores encontra na oferta dos Jogos Santa Casa resposta à sua procura de jogo a dinheiro, num ambiente controlado, seguro e de confiança, tendo sido este mais um passo importante no rejuvenescimento do portefólio de jogos sociais e um passo fundamental no alargamento da base de apostadores JSC.

Vicente Braga,
29 anos, Vila Nova de Gaia | apostador do **PLACARD**:

“ O **PLACARD** foi uma boa surpresa, pois sempre gostei muito de desporto e quando se tem este tipo de “paixão” gostamos de pôr à prova o nosso nível de conhecimentos. Já conhecia este tipo de aposta mas nunca tinha jogado e agora aposto, em média, três vezes por semana, em particular nos grandes dérbis futebolísticos. A adrenalina é inevitável e rapidamente passei de mero “treinador de bancada” para um nível mais profundo de conhecimento, utilizando primeiro a APP para obter informações e simular os meus prognósticos. ”

3.4 REFORÇO DA GESTÃO DA SEGURANÇA E DO RISCO DO NEGÓCIO

A consciência de se estar a evoluir para um novo paradigma, associada ao lançamento do PLACARD, mas também à dimensão alcançada pelo negócio, veio exigir um olhar diferente sobre os contornos e riscos associados ao jogo, obrigando a repensar a estrutura organizacional e a decidir pela criação de uma área específica para o tratamento e gestão dos riscos (à semelhança da congénere francesa com a qual o projeto de implementação do novo jogo de apostas desportivas à cota de base territorial vinha sendo preparado em parceria, desde 2012).

Com o objetivo, entre outros, de implementar e coordenar o processo transversal de gestão do risco e controlo interno no Departamento de Jogos, o foco inicial centrou-se nos riscos de corrupção, de fraude, financeiro e de branqueamento de capitais associados às apostas desportivas, pela premência do lançamento do jogo PLACARD. Tendo por base as melhores práticas e *frameworks* reconhecidos internacionalmente (COSO/ISO 31000), este aprofundamento da gestão da segurança e do risco visou a criação de ações e instrumentos de combate ao crime de branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo, bem como a implementação de políticas de prevenção e combate à fraude (incluindo corrupção).

A necessidade da criação desta nova área teve igualmente presente o impacto futuro das medidas decorrentes da publicação, em 5 de junho, no Jornal Oficial da União Europeia, da **Diretiva 2015/849 do Parlamento Europeu e do Conselho, relativa à prevenção da utilização do sistema financeiro para efeitos de branqueamento de capitais ou de financiamento do terrorismo**, que altera o Regulamento (UE) n.º 648/2012 do Parlamento Europeu e do Conselho, e que revoga a Diretiva 2005/60/CE do Parlamento Europeu e do Conselho e a Diretiva 2006/70/CE da Comissão.

As obrigações e princípios consagrados nessa Diretiva deverão ser transpostos pelos Estados Membros até 26 de junho de 2017, devendo ser precedida de uma análise de risco nacional (e supranacional) aos riscos de branqueamento de capital em cada sector específico e da adequação das respetivas medidas de prevenção.

A referida Diretiva, da maior importância para a atividade do DJSCML, vem alterar as regras relativas à identificação de apostadores, tendo em vista a prevenção do branqueamento de capitais. De acordo com a mesma, os Estados Membros deverão aprovar legislação que estabeleça, para os operadores de serviços de jogo, a obrigação de adotarem medidas de vigilância (*due diligence*) dos seus clientes quando estes recebam prémios, realizem apostas, ou ambos, quando as transações, isoladamente ou no seu conjunto, desde que relacionadas entre si, sejam de montante igual ou superior a 2000 euros.

Ainda sobre esta matéria, em 24 de junho foi publicada a Lei n.º 62/2015, que veio alterar a lei que estabelece medidas de natureza preventiva e repressiva de combate ao branqueamento de vantagens de proveniência ilícita e ao financiamento do terrorismo, aprovada pela Lei n.º 25/2008, de 5 de junho.

3.4.1 INICIATIVAS NO ÂMBITO DO COMBATE À MANIPULAÇÃO DE RESULTADOS DESPORTIVOS

Em agosto de 2015, foi publicada, em Diário da República, a aprovação de Portugal à **Convenção do Conselho da Europa sobre a Manipulação de Competições Desportivas**, datada de 18 de setembro de 2014, a qual tem como finalidade a luta contra a manipulação de competições desportivas, a fim de proteger a integridade do desporto e da ética desportiva, em conformidade com o princípio da autonomia do desporto, valores amplamente defendidos pelo DJSCML.

Com o agigantamento do mundo das apostas desportivas e dos patrocínios aos grandes eventos, o desporto adquiriu uma dimensão incomensurável e os valores financeiros que hoje são transacionados neste setor, sofreram um brutal aumento nas últimas décadas. Com este crescimento surgiram também situações problemáticas que atentaram contra a credibilidade das várias modalidades: a par da corrupção mediaticamente abordada, os clubes, as federações e os operadores de apostas viram o fenómeno do *match fixing*, jogos combinados, ganhar uma dimensão maior, pondo em causa a integridade do desporto.

Conscientes desta problemática, que afeta negativamente o desporto e todas as entidades que, de forma direta ou indireta, lhe estão associadas, e nas quais o Departamento de Jogos se inclui (por via da exploração, em direitos exclusivos, do jogo de apostas desportivas à cota de base territorial, mas igualmente por via dos patrocínios concedidos a federações desportivas e outras competições), decidiu-se, em 2015, impulsionar de imediato a necessidade de discussão e debate sobre esta temática.

Além da participação em *workshops* da Comissão Europeia sobre a problemática do *match fixing*, o DJSCML foi também parte integrante em ações que visaram a necessidade de discussão desta temática e a identificação dos mais importantes *stakeholders* da área, como foi a 23.ª Assembleia da ENGSO, onde o tema da integridade do desporto foi amplamente discutido; ou as várias reuniões com vista à criação de canais de comunicação privilegiados com a Federação Portuguesa de Futebol, o Comité Olímpico de Portugal, e o *International Centre for Sport Security* (ICSS).

Em conjunto com o Comité Olímpico de Portugal e com o ICSS iniciou-se um processo com vista ao desenvolvimento de um programa de ação no âmbito da integridade desportiva e das apostas desportivas.

O DJSCML dispõe de ferramentas de monitorização de apostas desportivas e encontra-se ligado ao *Global Lottery Monitoring System for Sports Betting*, sistema que permite que, em caso de deteção de padrões irregulares de apostas, prontamente se comunique com as entidades responsáveis para que estas situações sejam averiguadas. Para estes casos, estão ainda previstas assinaturas de protocolos de cooperação e atuação, a um nível nacional e internacional.

3.4.2 O SISTEMA DE GESTÃO DA SEGURANÇA E DA INFORMAÇÃO FOI RECERTIFICADO

O Sistema de Gestão da Segurança e da Informação (SGSI), implementado e certificado desde 2004, é parte integrante da gestão da SCML e do DJSCML, contribuindo de forma decisiva para a concretização dos objetivos da organização na exploração dos jogos sociais do Estado, designadamente no que respeita à transparência e à integridade de todas as operações de jogo, de acordo com as melhores práticas mundialmente aceites para a atividade das lotarias, no cumprimento da legislação aplicável.

Em 2015, o DJSCML acompanhou a evolução dos referenciais normativos internacionais de referência e adaptou o seu SGSI às alterações organizacionais decorrentes do início da exploração do novo jogo social de apostas desportivas à cota de base territorial, procedendo à sua adaptação à versão de 2013 da Norma ISO/IEC 27001, integrando ainda os controlos de segurança para as apostas desportivas à cota de base territorial previstos pela Norma WLA – SCS. Em junho de 2015, como resultado da auditoria realizada por entidade externa, independente e reconhecida internacionalmente, obteve o DJSCML a devida certificação com sucesso e reconhecimento, evidenciando-se o compromisso de todas as áreas para com a segurança, bem como o desempenho do SGSI enquanto instrumento de gestão.

Para a concretização deste marco foi promovida a análise do contexto, considerando as questões internas e externas que podem afetar a missão da SCML no que diz respeito à exploração dos jogos sociais do Estado, no sentido das oportunidades e ameaças, bem como os controlos implementados para fazer reduzir o risco do negócio. Foram igualmente consideradas as interfaces e dependências entre as atividades desempenhadas pelo DJSCML e outras partes interessadas relevantes, identificadas pelos diferentes serviços da organização, e formalmente expressas em requisitos legais, regulamentares e contratuais.

As Políticas e Normas do SGSI foram adaptadas e, concomitantemente, todas as áreas abrangidas por esta certificação promoveram a elaboração e/ou atualização de procedimentos, perspetivando igualmente a criação de novos procedimentos que respondam às necessidades da continuidade de negócio.

Foi também iniciado um processo de avaliação formal das competências de segurança, dando resposta a um requisito da norma ISO 27001:2013, com o foco no necessário compromisso que todos os colaboradores assumem para com a cultura de segurança da organização, nomeadamente procurando conhecer, cumprir e fazer cumprir as Políticas, as Normas e os Procedimentos aplicáveis nas respetivas áreas, incluindo o Código de Conduta. Reconhecendo a importância do ativo recursos humanos como forma de garantir a integridade das operações, passou a ser prática do DJSCML a entrega do Código de Conduta a todos os colaboradores, aquando da sua admissão ou integração numa unidade orgânica abrangida pelo SGSI, vinculando-os às regras e boas práticas da organização.

No mesmo sentido, foram ministrados regularmente cursos e ações de formação que instruem a globalidade dos colaboradores sobre as suas obrigações relativamente à segurança. Dando cumprimento ao definido nas políticas e normas de segurança, em 2015 foram promovidas 27 ações de formação, divididas em formação inicial do SGSI (12) e Evolução do SGSI (15), abrangendo cerca de 540 colaboradores, tanto do DJSCML como das demais áreas integradas no SGSI.

Tendo em vista o objetivo de melhoria contínua, também em 2015 se manteve a prática de realização de testes à continuidade de negócio, envolvendo entidades externas relevantes, bem como a realização de auditorias internas, abrangendo processos de negócio suportados por várias áreas do DJSCML.

3.4.3 NOVAS COMPETÊNCIAS CONTRATUAIS

Com a implementação de um novo modelo organizacional, aprovado em 2015 pela Mesa da SCML, que possibilitou a descentralização dos serviços de aprovisionamentos e de gestão de contratos, o DJSCML, através da sua Direção Administrativa e Unidade de Gestão de Aprovisionamentos, passou a desenvolver novas competências no âmbito dos ajustes diretos simplificados, dos ajustes diretos e dos concursos públicos e limitados que respeitem às categorias de bens ou serviços afetos ao DJSCML.

Com vista a uma maior autonomia na gestão dos processos, foram ainda reforçadas competências a nível contratual, destacando-se as seguintes:

- A instrução do processo de aprovação da minuta de todos os contratos do DJSCML;
- A avaliação dos contratos e dos fornecedores do DJSCML;
- A monitorização e acompanhamento da execução dos contratos.

3.4.4 O PROCESSO DE GESTÃO DE RECLAMAÇÕES

Visando a prestação de um serviço de excelência baseado na melhoria contínua, no ano de 2015 foi reforçado o **Sistema de Gestão de Reclamações** do DJSCML, que beneficiou não só o tratamento das reclamações por si, mas igualmente o processo de tratamento das mesmas, tornando-o mais eficaz e eficiente, possibilitando ainda a prevenção de situações que possam suscitar insatisfação no futuro, aumentando as próprias competências da organização.

Em 2015, apenas 1% dos contactos foram considerados insatisfações e a taxa de resposta do DJSCML no Portal da Queixa foi de 100%.

3.5 OS JOGOS SOCIAIS DO ESTADO MAIS PRÓXIMOS DOS PORTUGUESES

Em 2015, foram veiculadas aproximadamente 11 mil notícias sobre os Jogos Santa Casa e seus produtos, traduzindo-se numa média de cerca de 30 publicações diárias e equivalendo a um investimento de mais de 36 milhões de euros em *media*.

A Internet foi o meio que mais referenciou a marca JSC e os seus produtos (representando 48% das notícias geradas), logo seguida da Imprensa (36%), da Rádio e da TV (ambas com 8%).

O "Correio da Manhã" foi o meio de comunicação social que publicou maior número de notícias (574) com referência à marca JSC, logo seguido da "Antena 1" e do jornal "Público".

Inúmeros foram os suportes mediáticos que publicaram notícias sobre os Jogos Santa Casa, destacando-se, essencialmente, a imprensa generalista que gerou o maior número de notícias ao longo do ano, seguida da imprensa desportiva.

Numa perspetiva multimeios de comunicação das marcas do portefólio dos jogos sociais do Estado, dois principais temas assumiram particular destaque no vasto número de notícias publicadas ao longo do ano: o Euromilhões, com 6191 notícias e o Totoloto com 2.167 notícias geradas, sobretudo associadas a resultados de sorteios, chaves, divulgação de *jackpots* e mesmo à atribuição de prémios naquele que foi um ano particularmente rico neste âmbito.

Também outros temas igualmente pertinentes como "jogo *online*" e "apostas desportivas" geraram um considerável *buzz* nos meios no mês de fevereiro, decorrentes das medidas anunciadas pelo Governo relativas à disciplina de exploração de jogo a dinheiro, e pouco tempo antes da aprovação, em abril, do regime jurídico da exploração e prática das apostas desportivas à cota de base territorial.

2015 foi, efetivamente, um ano muito importante e mediático para a marca Jogos Santa Casa e para os seus produtos.

UM ANO EM REVISTA



Flaspar em busca de fortuna já deu 2,2 mil milhões de euros aos portugueses



1995
985
747
625

Maior prémio de sempre do Totoloto saiu na Baixa da Banheira



Santa Casa do desporto olímpico



Novo jogo da Santa Casa vendeu mais de nove milhões em dois dias



Totoloto sorteia o maior prémio da história



PORTUGAL É UMA POTÊNCIA



M&P
PLACARD DÁ NOME À TAÇA DE PORTUGAL



JACKPOT DE 100 MILHÕES SAI EM PORTUGAL

Venderam a sorte com 504 mil euros a cliente habitual



10

Ganhou 163 milhões com dez euros



318

OLIMPISMO ATLETAS RECEBEM BOLSAS



190

NUNO BARROS BRONZE NO MUNDIAL



Vende Joker milionário



1,6

Pai Natal e cauteleiros correm o país pelos Jogos Santa Casa





O TOTOLOTO FEZ 30 ANOS!

Em 2015 comemoraram-se 30 anos desde que a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa lançou o Totoloto, um jogo de sorteio de números que, desde logo, cativou muitos portugueses que, até então, nunca tinham tentado a sua sorte.

A expectativa criada à volta do Totoloto foi de tal ordem que, a poucos dias do primeiro sorteio e face à grande procura de boletins, foi necessário reforçar a distribuição inicial de 10 milhões, com mais 5 milhões de boletins. O primeiro concurso, cujo sorteio foi realizado a 30 de março de 1985, teve uma adesão impressionante, com mais de 11 milhões de apostas registadas. No dia do primeiro sorteio, milhões de pessoas assistiram com grande expectativa ao momento que marcava a estreia do Totoloto, transmitido em direto na RTP e apresentado por Cândida Gerardo, desde logo apelidada de "Miss Loto". A chave vencedora do primeiro concurso – 7-10-13-21-34-39+12 – contemplou dois apostadores, um apostador de Lisboa e um de Seia, que repartiram o primeiro prémio de aproximadamente 19 mil contos.

A sua popular assinatura "É fácil, é barato e dá milhões", constitui hoje um património histórico da marca, ainda recordado por várias gerações, e que perdurou até 2011, altura em foi substituída pela assinatura "Mais vale um milhão na mão".

O ano do seu 30.º aniversário foi igualmente o ano do maior jackpot de sempre: 19 milhões de euros que saíram a um único totalista, da Baixa da Banheira, no dia 28 de outubro.



Aurora Paixão,
51 anos, Vila Real | Apostadora do Totoloto:

“ Já jogo no Totoloto há mais de 30 anos, ainda este era “fácil, barato e dava milhões” já dizia a “Miss Loto” na RTP1! Na década de 90, cheguei a ganhar dois prémios de quantias bastante simpáticas, e isso motivou-me mais ainda para continuar a tentar a sorte neste jogo da Santa Casa. Hoje em dia, aposto todos os sábados na pastelaria da minha rua e, por vezes, também às quartas-feiras! E enquanto tiver esperança, vou sempre tentar a minha sorte. Além disso, sei que grande parte deste dinheiro vai para causas sociais e isso também é muito importante! Todos devíamos pensar nisso também, sempre que apostamos nos Jogos Santa Casa. ”



20 ANOS: PARABÉNS À RASPADINHA!

A Raspadinha esteve de Parabéns: 20 anos depois do seu lançamento (a 31 de julho de 1995) assumiu-se como o jogo preferido dos portugueses, dentro do portefólio dos Jogos Santa Casa.

Este aniversário foi celebrado com uma campanha multimeios, visando fortalecer a relação e a identificação dos portugueses com a Raspadinha, com o objetivo de alargar a base de apostadores e aumentar o nível de fidelização ao jogo. Presente em todos os pontos de venda, imprensa, rádio, laterais de autocarro, multibanco e mupis, a campanha teve a assinatura "Raspadinha, 20 anos sempre a dar".

Ao longo destes 20 anos de existência em Portugal, a Raspadinha tem-se revelado uma das principais fontes de financiamento das políticas sociais do Estado nas áreas de saúde, solidariedade social, desporto ou cultura, tendo já distribuído pelos beneficiários dos jogos sociais do Estado mais de 815 milhões de euros e de 2646 milhões de euros em prémios aos apostadores portugueses.



A LOTARIA MAIS PRÓXIMA DE TODOS:

A Lotaria Clássica, o produto mais emblemático e tradicional do portefólio dos JSC, reforçou, em 2015, a sua estratégia de proximidade com os apostadores, ao procurar espelhar, ao longo das 51 extrações, os temas mais relevantes para os portugueses, nomeadamente temáticas associadas a datas de celebração tradicionais e pessoais, bem como a momentos marcantes para a vida da sociedade e dos portugueses.

Não só através dos temas das extrações, mas também nas diversas áreas de implementação da marca, existiu a preocupação de traduzir a estratégia de proximidade definida, assente num forte eixo emocional e tradicional. Exemplo disso é o formato do programa televisivo **“Hora da Sorte”**, no qual é efetuada a extração da Lotaria Clássica e que conta com transmissão às segundas-feiras na RTP2, onde o entretenimento é associado à responsabilidade social inerente à exploração dos jogos sociais do Estado, através da presença semanal de convidados, escolhidos de entre as diversas áreas de atuação da SCML ou das equipas e serviços do Departamento de Jogos, ou ainda dos inúmeros beneficiários das receitas dos jogos sociais, envolvendo os espectadores naquelas que são as Boas Causas levadas a cabo por todo o país.

Já a meio do ano, esta estratégia de proximidade teve um dos seus momentos mais altos, na **25.ª Extração da Lotaria Clássica do São João**, quando a Lotaria saiu à rua em plena noite de São João, juntando-se a uma das mais populares e tradicionais festas portuguesas e aos milhares de portugueses que festejaram nas ruas esta quadra popular. Esta extração itinerante teve lugar no Largo do Mosteiro da Serra do Pilar, em Vila Nova de Gaia, com transmissão em direto, na RTP1, e contou com a presença do Presidente da edilidade.

Aproveitando a festa, os JSC promoveram ainda uma ação exclusiva junto dos 770 mediadores dos jogos sociais do Estado abrangidos pelo feriado municipal do São João: um Concurso de Montras e Interiores das Mediações. Reconhecendo o papel fundamental que os mediadores dos jogos sociais do Estado representam nas comunidades em que estão inseridos, este concurso pretendeu perpetuar a tradição popular de decorar montras com símbolos alusivos à festividade em causa, desta feita utilizando a Lotaria também como um elemento decorativo.

Esta estratégia de aproximação da Lotaria aos portugueses ganhou um especial impulso na quadra natalícia quando, entre 15 e 23 de dezembro, foi desencadeada em todo o território nacional uma **ação itinerante da Lotaria Clássica do Natal**, que percorreu as 18 capitais de distrito, numa iniciativa conjunta com o Diário de Notícias e o Jornal de Notícias, na qual duas carrinhas “vestidas a rigor” levaram a sorte até bem perto de todos os portugueses, proporcionando momentos de animação e grande interação e onde não faltaram figuras simbólicas e tradicionais como as do Cautaleiro e, é claro, do Pai Natal!

Promovendo a tradição da compra já integrada nos hábitos dos portugueses nesta época natalícia, estes 9 dias de ação pretenderam assim aproximar a Lotaria Clássica do Natal do público local de cada cidade, fomentando ainda a participação dos apostadores

da Lotaria Clássica no passatempo promocional que decorreu até 22 de dezembro e que, durante 4 semanas, desafiou os apostadores a enviar, através da plataforma lotariadenatal2015.jogossantacasa.pt, uma frase criativa com as expressões “Lotaria do Natal” e “Número da sorte”, habilitando os participantes a cartões de compras no valor de 250 euros e a uma viagem a Nova Iorque para 2 pessoas, como prémio final.

Rui Nobre, 33 anos, Funchal, vencedor do passatempo da Lotaria Clássica do Natal:

“ Desde 2001 que aposto nos jogos sociais do Estado, primeiro em rede física, depois mais tarde, também na plataforma online. A minha máxima é “Quem não arrisca não petisca”, e essa é a razão pela qual aposto nos jogos sociais, e acredito, que esta mesma máxima é seguida por 99% dos apostadores.

Não tenho um canal exclusivo para apostas, utilizo os dois com muita regularidade.

Acho o Portal Jogos Santa Casa excelente, visto que ao apostador são oferecidas grandes vantagens, como por exemplo poder definir um número de joker ou então definir apostas (Totoloto, Euromilhões) para 2, 3 ou mais semanas, evitando assim, os esquecimentos.

Eu aposto todas as semanas (parte em mediador, parte online), visto que tenho números fixos no Totoloto e Euromilhões. Adoro o “velhinho” Totobola e jogo frequentemente na Lotaria Clássica e Popular mas não todas as semanas, o mesmo acontece com a raspadinha.

Sempre soube que ao apostar nos jogos sociais do Estado estava a ajudar causas sociais, e isso dá-me conforto, embora ache que os Jogos Santa Casa devessem “apostar” ainda mais na mediatização da máxima “quando aposta está a ajudar” (parece haver ainda algum desconhecimento por parte de alguns apostadores), pois a partilha e a ajuda são muito importantes, e nos dias que correm ainda mais importante se tornam.

Admiro o profissionalismo, o respeito e a atenção prestada ao apostador, por parte dos colaboradores dos Jogos Santa Casa.

A credibilidade, a confiança e o profissionalismo, são as palavras que sem dúvida para mim, melhor definem os Jogos Santa Casa. Obrigado por existirem. ”

O MERCADO DE NATAL JOGOS SANTA CASA



Dando continuidade à tradição iniciada em 2013, com a realização da Feira de Natal da Lotaria Clássica, no Largo Trindade Coelho, os JSC voltaram a celebrar o Natal num ambiente tradicional e familiar, oferecendo à cidade de Lisboa o **Mercado de Natal Jogos Santa Casa**, evento integrado no programa oficial das festividades de Natal da Câmara Municipal de Lisboa.

Procurando estreitar a relação de proximidade entre as Famílias e a cidade, o Mercado caracterizou-se por valores como a Partilha e a Solidariedade, corporizando a Missão desenvolvida pelo DJSCML.

Durante mais de duas semanas, a Praça do Município em Lisboa vestiu-se a rigor para a época natalícia e proporcionou momentos únicos de lazer. Entre concertos, animações, *showcooking* e muitas outras distrações, o Mercado de Natal, organizado de forma tripartida pela SCML, pela Cofina Eventos e pela Câmara Municipal de Lisboa, veio trazer alegria e convívio a todas as famílias que por lá passaram. Entre os mais de 30 quiosques disponíveis, distinguiram-se os dois pontos de venda da Lotaria Clássica do Natal, produto desde sempre associado à tradição natalícia.

Pelo terceiro ano consecutivo, o espaço ofereceu aos perto de 300 mil visitantes a vivência da quadra natalícia de forma intimista e em família, aberto a todos os visitantes, de forma gratuita, e ao nível dos melhores mercados de Natal da Europa.

Transmitida em direto pela TVI para todos os portugueses e perpetuando o que já vem sendo uma tradição nacional, o momento da **extração da Lotaria Clássica do Natal** realizou-se no próprio dia 24 de dezembro, às 12:30h, na emblemática Sala de Extrações da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa. O jogo social do Estado com a maior probabilidade de acerto no número contemplado com o 1.º prémio contou com uma emissão de dez séries de 100 mil bilhetes, divididos em “quintos”, com um montante global para prémios no valor de 52,5 milhões de euros. Em 2015, o 1.º prémio, no valor de



12,5 milhões de euros, foi vendido em Viseu e Guarda e saiu ao número 20 496.

Para fechar o ano com chave de ouro, procedeu-se à **extração da 51.ª Lotaria Clássica do Fim de Ano**, no dia 31 de dezembro, também na Sala de Extrações. Com uma emissão de cinco séries de 70 mil bilhetes, divididos em “quintos”, a Lotaria do Fim de Ano contou com um 1.º Prémio no valor de 5 milhões de euros no total das cinco séries, que saiu em Évora.

TEMÁTICAS DA LOTARIA POPULAR

Também a **Lotaria Popular**, lançada há 28 anos com o objetivo de alargar a oferta das lotarias e conquistar novos *targets* para este jogo, viu realçada a sua matriz marcadamente popular e de proximidade com o público, percecionada através das temáticas escolhidas ao longo das 52 extrações e da linha gráfica adotada, que conferiu à Lotaria Popular um carácter mais simples e “realista”.

A Lotaria Popular é conhecida pelo seu público apostador por explorar temáticas de forma continuada no tempo, normalmente de cariz anual, o que muitas vezes permite aos apostadores colecionar as temáticas expressas nas frações do produto.

Em 2015, as extrações da Lotaria Popular foram subordinadas a dois grandes temas trimestrais, assentes mais uma vez numa lógica de relevância e proximidade aos portugueses. No 1.º trimestre foi implementado o tema “Frutas Tradicionais Portuguesas” e no 2.º trimestre as “Festas e Romarias de Portugal”, através do qual se procurou dar visibilidade a grandes eventos e elementos tipicamente populares de Portugal, tais como a “Festa de São Bento”, a “Festa do Emigrante”, as “Festas de Nossa Senhora da Agonia”, as “Festas Nicolinas”, a “Feira de São Mateus”, a “Feira das Mercês” e ainda o “Cante Alentejano” e o “Fado”.



Para além das temáticas associadas, é comum encontrar na Lotaria Popular um tema muito importante para o produto: os signos do zodíaco. Através desta temática, é possível para a marca comunicar de forma regular (mensal), ao longo de todo o ano, todos os signos do zodíaco, com os quais os portugueses se sentem familiarizados e a que, por norma, são sensíveis.



11 ANOS A APOSTAR NO PORTAL JOGOS SANTA CASA

Também o canal *online* de aposta nos jogos sociais do Estado – o Portal Jogos Santa Casa, sito em www.jogossantacasa.pt – aproximou-se dos apostadores portugueses no ano do seu 11.º aniversário. Lançado em 2004 e com 179 052 apostadores registados com apostas efetuadas nos últimos seis meses, muitas foram as iniciativas de comunicação e passatempos levadas a cabo pelo Portal JSC, procurando reforçar-se a notoriedade deste canal junto dos seus atuais apostadores e atingir novos *targets*.



O desenvolvimento de passatempos e a comunicação direta com a base de dados de apostadores do Portal JSC, através de campanhas de *e-mail marketing*, foram algumas das ferramentas utilizadas ao longo do ano para o reforço do envolvimento com os apostadores digitais dos jogos sociais do Estado.

Com *newsletters* focadas, essencialmente, no lançamento de novos jogos da Raspadinha *online*, no lançamento do PLACARD e na promoção dos Super *Jackpots* Mínimos Garantidos do Euromilhões, foram estes os passatempos em destaque em 2015:

PASSATEMPO TAÇA DE PORTUGAL

No âmbito do patrocínio dos JSC à competição Taça de Portugal, foi colocado *online* um passatempo, durante os meses de abril e maio, que habilitou os apostadores do Totobola a 30 bilhetes duplos para os jogos das meias-finais e para o jogo da final da Taça de Portugal. Após registarem uma aposta no Totobola no Portal JSC, os apostadores foram convidados a submeter uma frase que descrevesse de forma criativa o “último minuto do jogo”. Foram 741 as participações recebidas.

PASSATEMPO FESTIVAIS DE VERÃO

Com o objetivo de reforçar o apoio dos Jogos Santa Casa ao “talento nacional”, foi também desenvolvida uma ação promocional, durante o mês de julho, com o *claim* “A sorte está na tua mão”, que convidou os apostadores do Portal JSC a enviar uma *selfie* com um *look* festivo e a habilitarem-se a bilhetes para os Festivais de Verão (NOS Alive, MEO Marés Vivas, e MEO Sudoeste). A estes apostadores o DJSCML entregou 260 bilhetes.

PASSATEMPO SUPERTAÇA CÂNDIDO OLIVEIRA

No seguimento da ação desenvolvida para a Taça de Portugal e com o objetivo de reforçar a comunicação da renovação do patrocínio à competição, os JSC promoveram um passatempo que habilitava os apostadores do Portal JSC a 30 bilhetes duplos para o jogo da Supertaça de Portugal, que opôs o Sporting C.P. ao S.L. Benfica. O passatempo “Mostra que és o verdadeiro adepto” decorreu no mês de agosto e desafiava os apostadores do Totobola a enviar uma fotografia que demonstrasse o amor pelo seu clube. Foram 175 os “verdadeiros adeptos” a participar.

3.6 JSC: UMA REFERÊNCIA INTERNACIONAL

- O Vice Provedor da SCML e Administrador Executivo do DJSCML foi eleito 1.º Vice-Presidente da Associação Europeia de Lotarias de Estado (EL) e Membro da Comissão Executiva daquela Associação, no âmbito do 8.º Congresso da EL, realizado em junho, em Oslo, Noruega, e que reuniu 74 lotarias em Assembleia Geral para elegerem o seu presidente e a comissão executiva.
- O DJSCML viu igualmente ser eleito um elemento para Membro da Comissão Executiva da Corporação Ibero Americana de Lotarias e Apostas de Estado (CIBELAE) por ocasião do Congresso realizado em Mendoza, Argentina, em setembro.
- Representação da SCML, a convite do Governo de Portugal e no âmbito da atribuição ao DJSCML da exploração das Apostas Hípicas Mútuas, na 8.ª edição do *Salon du Cheval* em *El Jadida*, Marrocos, em que Portugal foi convidado de honra;
- Celebração de um acordo de cooperação com a ONCE – Organização Nacional de Cegos Espanhóis;
- Promoção e realização de uma reunião no DJSCML entre o Presidente da ENGSO (*European Non Governmental Sports Organizations*), o Presidente da EL (*European Lotteries*) e do Administrador Executivo do DJ, enquanto anfitrião e Vice-Presidente da EL, com vista à definição de um acordo de cooperação entre as duas entidades;
- Ação de cooperação com a Cruz Vermelha de Cabo Verde – entidade exploradora dos jogos sociais locais –, através da receção e acompanhamento do estágio proporcionado pelo DJ a um funcionário daquela Organização

Participámos em grupos de trabalho internacionais:

- EL, *Legal Working Group*;
- EL, *Public Order & Security*;
- EL, *Public Affairs Coordination*;
- CIBELAE, *Comisión Especial de Prevención del Lavado de Activos Y Financiación del Terrorismo*;
- CIBELAE, *Comisión Especial de Responsabilidad Social Corporativa y Juego Responsable*;
- CIBELAE, *Comisión Especial Jurídica*;
- Comissão Europeia, Grupo de peritos do jogo *online*;
- Conselho da Europa, Grupo de prevenção da manipulação de resultados desportivos (subgrupo reguladores de jogo);
- *Global Lottery Monitoring System (GLMS)*².

2 A GLMS é uma entidade com fins não lucrativos mandatada pela comunidade de Lotarias a nível mundial para monitorizar as apostas desportivas e detetar padrões irregulares de apostas num esforço para combater a corrupção no desporto.



4

O JOGO RESPONSÁVEL: FOCO NA MELHORIA CONTÍNUA

HISTÓRIA
SOLIDARIEDADE
compromisso
INTEGRIDADE
SEGURANÇA
RESPONSABILIDADE

Para um operador de jogo a dinheiro como o DJSCML, o Jogo Responsável consiste num conjunto de medidas e práticas corporativas que tendem a promover, junto dos apostadores, a adoção de hábitos de jogo moderado, ajustados à disponibilidade financeira e de tempo de cada pessoa e que não ponham em causa o respetivo bem-estar. O Jogo Responsável é, portanto, uma das ferramentas de responsabilidade social corporativa da SCML que, no âmbito específico da exploração dos jogos sociais do Estado português, visa prevenir fenómenos de jogo problemático.

Dando seguimento à decisão tomada, em 2014, de reforço da responsabilidade social corporativa da SCML com a componente do Jogo Responsável, assumindo-se a mesma como um pilar estratégico no desenvolvimento da oferta de produtos e serviços dos Jogos Santa Casa, em 2015, foram, efetivamente, criadas as bases para concretizar esse caminho estratégico e foram encetadas as primeiras iniciativas para a sua operacionalização.

A POLÍTICA DE JOGO RESPONSÁVEL DOS JOGOS SANTA CASA

Em meados da década de 2000, o DJSCML iniciou um percurso de abordagem sistemática sobre a matéria de Jogo Responsável, promovendo, em conjunto com as Associações Internacionais de Lotarias (WLA, CIBELAE e EL), o desenvolvimento de práticas relacionadas com esta matéria.

No seio do DJSCML, várias equipas de trabalho foram constituídas para estudarem e implementarem os princípios de Jogo Responsável na gestão estratégica e operacional. Deste trabalho, resultou a criação de uma unidade orgânica interna dedicada exclusivamente ao desenvolvimento de medidas e práticas de Jogo Responsável e a definição de um código de ética de Jogo Responsável – o **Gabinete de Jogo Responsável**.

Uma investigação pioneira sobre a dependência de jogo a dinheiro junto da população portuguesa foi igualmente desenvolvida em 2015 pelos JSC, que participaram em grupos de trabalho e fóruns de discussão internacionais, de partilha de ideias e de boas práticas de Jogo Responsável, nomeadamente no seio das Associações Internacionais de Lotarias.

Com efeito, fruto da experiência acumulada de mais de um decénio nesta abordagem sistemática e levada a cabo em conjunto com as demais Lotarias internacionais, foi emitido o documento da **Política de Jogo Responsável dos Jogos Santa Casa**, um documento público, aprovado pela Administração da SCML, que tem como objetivo primordial reafirmar, perante as diversas partes interessadas (*stakeholders*), o compromisso da Instituição – sempre presente na exploração dos jogos sociais do Estado – de adoção dos princípios de Jogo Responsável e de prossecução de uma melhoria contínua das suas medidas e práticas nessa matéria. De uma forma sintética, esta Política indica as linhas de orientação pelas quais se deve pautar a exploração e o desenvolvimento dos jogos sociais nas 10 áreas de intervenção específica em matéria de jogo responsável, e que passam pela realização de

estudos e de investigação, pela formação de colaboradores e de mediadores, pelo desenvolvimento de produto, pelas áreas de *marketing* e publicidade, culminando na análise de canais de jogo remotos, na informação, sensibilização e encaminhamento de apostadores, no envolvimento das partes interessadas (*stakeholders*) e, finalmente, na constante monitorização e produção de relatórios.

Todas estas áreas de intervenção têm por base os referenciais normativos internacionais de excelência, nomeadamente os das Associações Internacionais de Lotarias.

A IMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA DE GESTÃO DE JOGO RESPONSÁVEL

Para dar suporte à Política de Jogo Responsável e, particularmente, à melhoria contínua das medidas e práticas de Jogo Responsável promovidas pelo DJSCML, foi também definido e implementado um sistema de gestão que contempla um conjunto de ações regulares, destacando-se as seguintes:

- Identificação e análise periódica dos desvios das medidas e práticas de Jogo Responsável do DJSCML face aos referenciais normativos internacionais de excelência;
- Elaboração de planos de ação específicos de eliminação ou redução dos desvios identificados;
- Monitorização do cumprimento dos planos de ação;
- Elaboração de relatório periódico, interno e externo, da atividade e dos resultados alcançados, apresentado às partes interessadas em matéria de Jogo Responsável.

4 ANOS DEPOIS, OS JOGOS SANTA CASA VOLTAM A SER RECERTIFICADOS PELA WLA

No ano transato, o DJSCML viu renovada a sua certificação em Jogo Responsável pela Associação Mundial de Lotarias (WLA), obtida inicialmente em 2011. O nível de certificação alcançado foi o 2.º, de entre 4 existentes.



WORLD LOTTERY ASSOCIATION
CERTIFIED
WLA RESPONSIBLE GAMING
FRAMEWORK
LEVEL 2 / VALID UNTIL 2018

A Política e o Sistema de Gestão de Jogo Responsável implementados visam dotar o DJSCML de padrões de atuação cada vez mais exigentes (melhoria contínua) e permitir que se alcancem níveis de certificação mais elevados.

484,5 HORAS DE FORMAÇÃO DE COLABORADORES E DE MEDIADORES

Em 2015, foi desenvolvida a primeira ação de formação destinada a todos os colaboradores do DJSCML sobre a matéria de Jogo Responsável. No total, foram formadas 323 pessoas, incluindo trabalhadores e prestadores de serviços, equivalente a 484,5 horas de formação e a uma taxa de participação de 89,2% da totalidade de colaboradores. Esta ação de formação teve uma boa aceitação pelos participantes, atingindo um nível médio de satisfação de 4,1 (numa escala de 1 a 5).

FORMAÇÃO DE COLABORADORES SOBRE JOGO RESPONSÁVEL

	2012	2015
N.º de Colaboradores Formados	96	323
N.º Total de Horas de Formação	96	484,5

No que respeita à formação de mediadores sobre Jogo Responsável, esta tem sido uma prática corrente desde há alguns anos acontecendo por norma, a nível nacional e abrangendo todos os mediadores.

A formação inicial de novos mediadores inclui um módulo específico sobre Jogo Responsável, que prevê questões relacionadas com esta temática, e também outras ações de formação sobre diversos temas relacionados com as atividades de negócio, como por exemplo, o lançamento ou reformulação de produtos e serviços.

FORMAÇÃO DE MEDIADORES SOBRE JOGO RESPONSÁVEL

Formação Inicial/Reinstrução	2013	2014	2015
N.º de Mediadores Formados	497	211	1.072
N.º Total de Horas de Formação	248,5	105,5	536,0

Formação Nacional	2013	2014	2015
N.º de Mediadores Formados	4.319	4.403	4.794
N.º de Ações de Formação	1	1	2
N.º Total de Horas de Formação	2.159,5	2.201,5	4.794,0

A LINHA DE APOIO JOGO RESPONSÁVEL: 21 419 37 21 E LINHADEAPOIO@IAJPT.EU

Em outubro de 2015 foi criada a Linha de Apoio Jogo Responsável, destinada a pessoas que sentem ter algum tipo de problema com o jogo a dinheiro, linha esta também disponível para familiares ou amigos dessas pessoas.

Trata-se de uma linha independente, anónima e confidencial, da responsabilidade direta do Instituto de Apoio ao Jogador (IAJ), sem qualquer intervenção operacional dos Jogos Santa Casa, que disponibiliza os serviços de atendimento e aconselhamento por psicólogos especializados nos comportamentos aditivos e dependência de jogo a dinheiro.

Esta linha está disponível durante os dias úteis, das 14h às 18h, através de contacto telefónico (21 419 37 21) ou do endereço eletrónico específico (linhadeapoio@iajpt.eu).



5

CONTEXTO DE MERCADO E RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO

HISTÓRIA
SOLIDARIEDADE
compromisso
INTEGRIDADE
SEGURANÇA
RESPONSABILIDADE

5.1 ENQUADRAMENTO SOCIOECONÓMICO E MERCADO DO JOGO A DINHEIRO

Apesar da relativa turbulência que marcou o contexto político e económico em 2015, os principais indicadores estimados para este ano apontam para a continuação da recuperação económica, embora em certa medida limitada pelas restrições que se mantêm sobre o consumo privado, uma vez que o nível de rendimentos ainda não conheceu um crescimento significativo, e pelos aparentes fracos níveis de investimento que se verificam no conjunto da economia.

No que mais diretamente interfere no comportamento do mercado do jogo a dinheiro, importa relevar que em 2015 o PIB terá crescido 1,5%, acelerando em relação ao crescimento registado no ano anterior (0,9%) e o consumo privado terá crescido 2,6%, também em aceleração relativamente ao crescimento desta componente em 2014 (2,2%). Para este aumento do consumo privado terá contribuído a melhoria da situação no mercado de trabalho, tendo-se fixado a taxa de desemprego em 12,4% (13,9% em 2014), a queda de alguns preços, nomeadamente dos combustíveis, e a diminuição das taxas de juro. Estes mesmos fatores terão, igualmente, estado na base da melhoria dos principais indicadores de confiança.

O rendimento disponível das famílias, embora permaneça em tendência positiva, terá tido um crescimento bastante contido e em desaceleração relativamente ao crescimento verificado no ano anterior. Em 2015 estima-se uma ténue subida de 0,3%, em 2014 o seu aumento foi de 0,7%.

TABELA 1: PRINCIPAIS INDICADORES ECONÓMICOS: 2014 – 2015(%)

	2014	2015 ^{a)}
PIB pm (tvh)	0,9%	1,5%
Consumo Privado pm (tvh)	2,2%	2,6%
Rendimento Disponível Bruto das Famílias	0,7%	0,3%
Taxa de Desemprego	13,9%	12,4%

^{a)} Estimativa
pm: preços de mercado;
tvh: taxa de variação homóloga

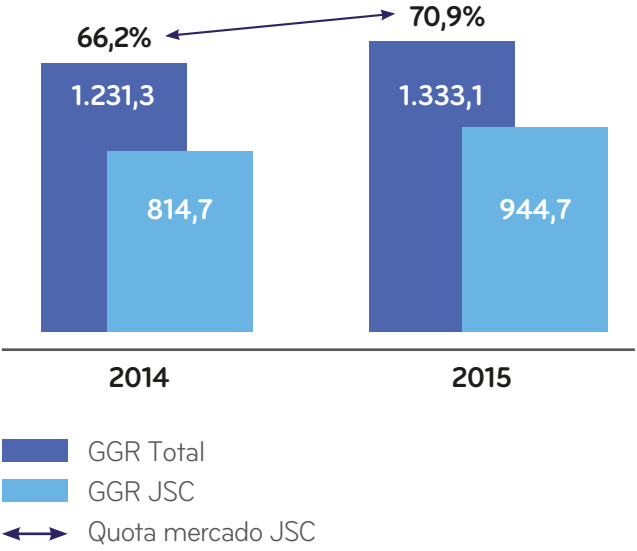
Fontes:
INE – Síntese Económica de Conjuntura – Janeiro 2016;
Banco de Portugal – Boletim Económico – Dezembro 2015;
Departamento de Jogos da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa.

Confirmando-se como mercado pró-cíclico, o jogo a dinheiro em Portugal terá crescido 8,3% em 2015, graças ao forte impulso dado pelos JSC e, ainda que de forma mais moderada, ao crescimento registado pelos casinos e bingos que aumentaram as suas receitas em 8,1% e 2,1%, respetivamente (de acordo com os dados publicados pelo Serviço de Regulação e Inspeção de Jogos), o que no caso dos casinos vem inverter a situação de um já longo ciclo de quedas anuais sucessivas de receita. As receitas dos bingos já tinham tido um crescimento positivo em 2014.

Nestes termos, e no que é comparável com a receita bruta dos outros operadores, os JSC terão tido um crescimento de 16,0%, medido pelo GGR (*Gross Gaming Revenue* = Vendas Brutas – Prémios), de onde se deduz que a parcela que terá sido fortemente penalizada foi a do jogo ilegal que, fruto do novo contexto de regulação e das medidas de exploração de jogo implementadas pelos operadores legais, vê o seu campo de ação cada vez mais condicionado.

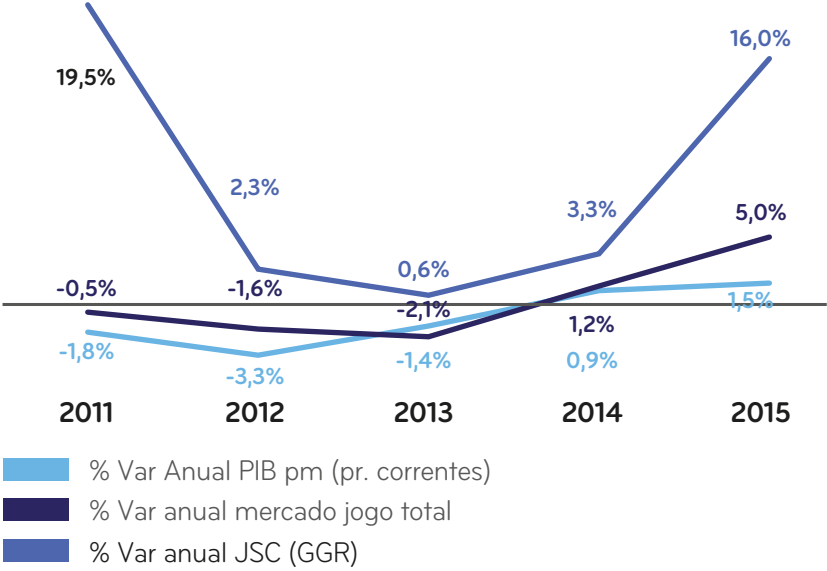
O diferencial de crescimento entre os JSC e os restantes operadores veio acentuar o peso da quota de mercado dos JSC no jogo a dinheiro. Esta ter-se-á situado em 70,9% em 2015, face aos 66,2% que representava em 2014.

GRÁFICO 1: MERCADO DO JOGO E JSC:
2014 – 2015 (MILHÕES DE EUROS; %)



Como já atrás foi referido, este aspeto é revelador da capacidade que os JSC têm demonstrado em contrariar a evolução económica em geral e a do mercado do jogo em particular. Só em 2014 e em 2015, já num contexto económico favorável, o mercado do jogo no seu todo passou a apresentar variações positivas de receita. Os JSC, pela implementação das medidas conducentes à captação de procura, foram apresentando desempenhos sucessivamente positivos que, sem provocarem um aumento do peso dos gastos em jogo no rendimento das famílias, mantido em torno de 1%, levaram a que a sua quota de mercado se fosse alargando. O diferencial entre as taxas de crescimento dos JSC e as do PIB é disso ilustrativo.

GRÁFICO 2: EVOLUÇÃO DA ECONOMIA VS MERCADO DO JOGO E JSC:
2011 – 2015 (%)



5.2 ANÁLISE DE EXPLORAÇÃO

RENDIMENTOS

Os rendimentos globais da atividade dos JSC em 2015 atingiram o valor de 696,4 milhões de euros, o que representou um acréscimo de 13,2% em relação ao ano anterior.

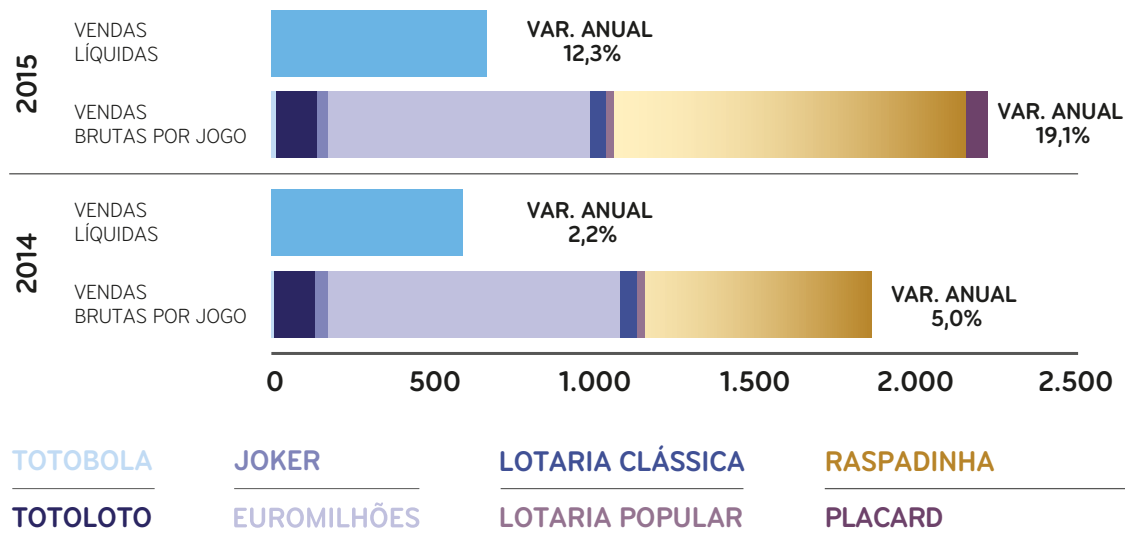
Esta evolução traduz um crescimento bastante acentuado, sobretudo se tivermos em consideração as evoluções dos anos anteriores (2012 a 2014) em que, praticamente, o crescimento foi nulo.

TABELA 2: RENDIMENTOS JSC:
2014 – 2015 (MILHÕES DE EUROS; %)

	2014	2015	Var. 2015/2014
Vendas Brutas dos Jogos (1)	1.880,3	2.240,3	19,1%
Totobola	10,2	11,3	10,8%
Totoloto	126,2	129,0	2,3%
Joker	39,4	35,6	-9,5%
Euromilhões	917,0	820,5	-10,5%
Lotaria Clássica	51,1	51,8	1,5%
Lotaria Popular	25,7	25,1	-2,6%
Raspadinha	710,8	1.101,5	55,0%
Placard	0,0	65,4	-
Deduções (2)	1,280,2	1.566,6	22,4%
Prémios	1,065,6	1.295,6	21,6%
Rem. mediadores pagas p/ jogadores	133,7	171,0	27,9%
Dedução p/ atribuição de Receita	0,0	3,6	-
Imposto do Selo s/ jogo	81,0	96,5	19,1%
Vendas Líquidas dos Jogos (1)-(2)	600,1	673,7	12,3%
Prémio Caducados	9,1	8,6	-5,9%
Restantes Rendimentos	6,0	14,1	135,1%
Total	615,2	696,4	13,2%

Esta variação, bastante menos expressiva do que a observada nas vendas brutas, é justificada pelo facto de a principal componente dos rendimentos consistir nas vendas líquidas, que no último ano registaram um crescimento de 12,3%.

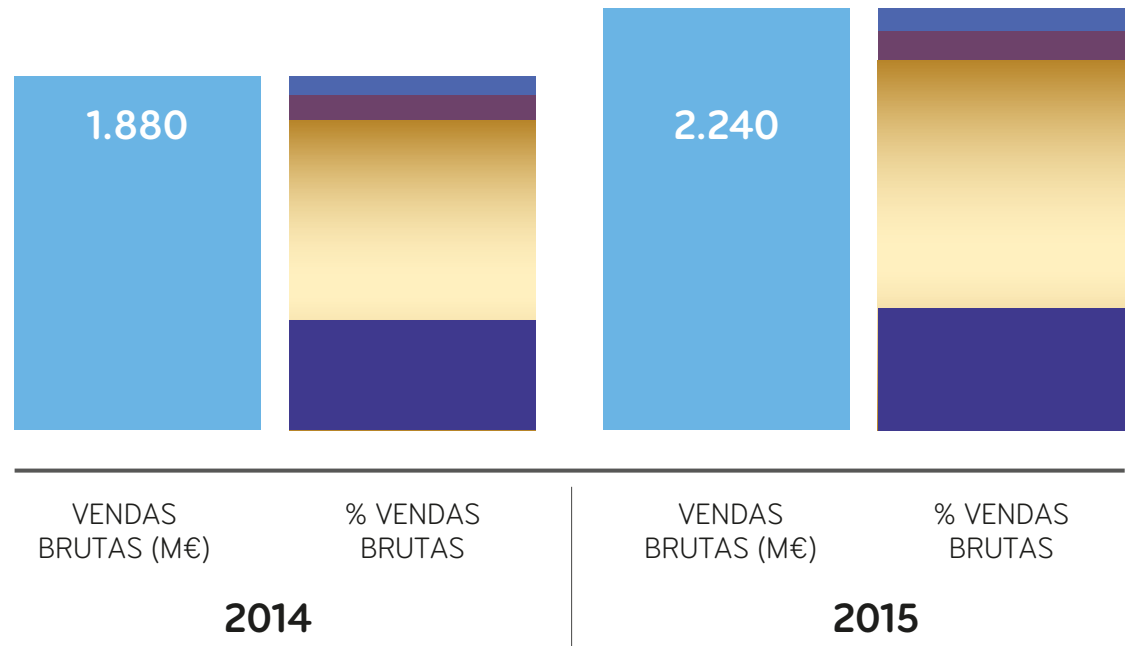
GRÁFICO 3: VENDAS BRUTAS POR JOGO E VENDAS LÍQUIDAS:
2014 – 2015 (MILHÕES DE EUROS; %)



A evolução dos pesos relativos das vendas brutas dos diferentes jogos que compõem o portefólio dos JSC condiciona o ritmo de crescimento das vendas líquidas, conferindo à variação destas um ritmo menos acelerado do que o do volume de negócios global.

Este facto deve-se, sobretudo, ao ganho de importância relativa da Lotaria Instantânea e à introdução do novo jogo de apostas desportivas à cota de base territorial em 2015, dado que estes jogos têm implícitos valores superiores de montantes destinados a prémios e de remunerações pagas aos mediadores. Ao decompor as vendas brutas torna-se evidente a importância crescente destas componentes.

GRÁFICO 4: DECOMPOSIÇÃO DAS VENDAS BRUTAS:
2014 – 2015 (MILHÕES DE EUROS; %)



% VENDAS BRUTAS	2014	2015
VENDAS LÍQUIDAS	31,9%	30,1%
PRÉMIOS	56,7%	57,8%
REMUNERAÇÕES MEDIADORES	7,1%	7,6%
IS S/ VENDAS	4,3%	4,3%

As vendas líquidas ocupam a maior fatia do total dos rendimentos tendo representado 96,7% destes em 2015. Em 2014 esta percentagem foi de 97,5%, devendo-se o decréscimo à evolução de uma das componentes dos restantes rendimentos onde são registadas as regularizações de amortizações e gastos de investimentos em que tenha havido recurso ao fundo destinado ao financiamento da renovação de equipamentos e sistemas de exploração de jogo, o que foi relevante em 2015, devido aos montantes envolvidos no projeto de lançamento das novas apostas desportivas à cota de base territorial.

Uma outra componente dos restantes rendimentos é a dos prémios caducados, tendo o ano de 2015 vindo confirmar a tendência para a sua redução. Neste último ano, os prémios caducados representaram, em média, 0,7% dos prémios atribuídos, quando no ano anterior a sua representatividade era de 0,9%.

GASTOS

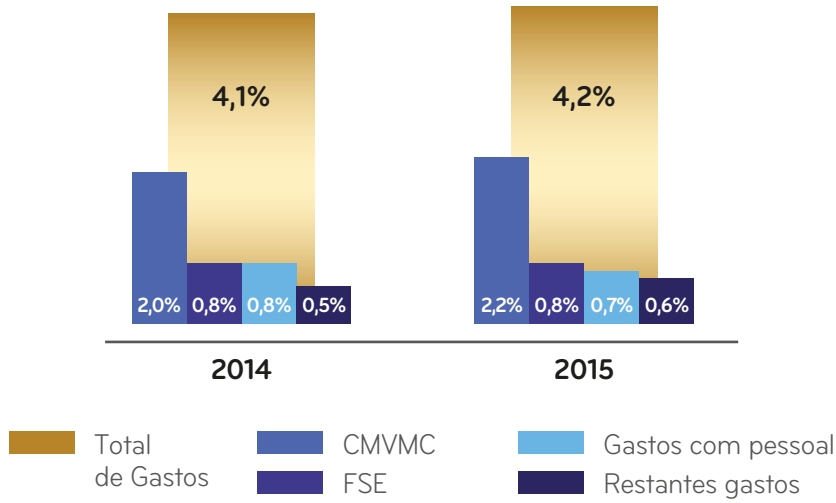
A expansão da atividade observada em 2015, e em particular o lançamento de um novo jogo, acarretou necessariamente um aumento dos gastos operacionais dos JSC. Este aumento em relação a 2014 foi de 23,2% tendo-se atingido o montante total de 95,0 milhões de euros.

TABELA 3: GASTOS JSC:
2014 – 2015 (MILHÕES DE EUROS; %)

	2014	2015	Var. 2015/2014
Custo merc. vendidas e mat. consumidas	9,2	12,4	34,6%
Forn. e serv. externos	37,8	48,3	27,7%
Gastos com pessoal	15,4	17,9	16,0%
Gastos deprec. e amortização	2,1	2,8	30,7%
Provisões do período	10,6	10,9	2,0%
Restantes gastos e perdas	1,9	2,8	44,7%
TOTAL	77,1	95,0	23,2%

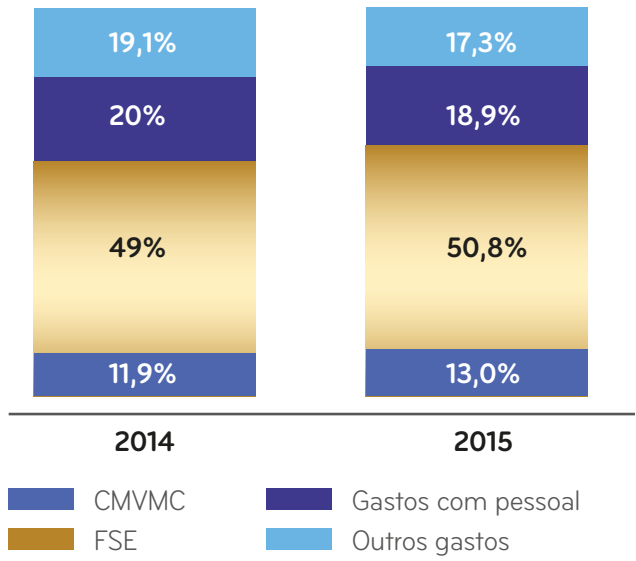
Não obstante, os níveis de eficiência mantiveram-se estáveis, representando o total dos gastos 4,2% das vendas brutas em 2015. Em 2014 este indicador foi de 4,1%, tratando-se, portanto, de um aumento pouco significativo.

GRÁFICO 5: GASTOS TOTAIS E POR NATUREZA EM % DAS VENDAS BRUTAS:
2014 -2015 (%)



A mesma estabilidade relativa pode ser observada no que se refere ao que representa cada componente de gastos no total das vendas brutas. Isto deve-se em grande parte ao facto de se ter mantido sem alterações relevantes a estrutura de gastos de exploração.

GRÁFICO 6: ESTRUTURA DE GASTOS:
2014 -2015 (%)



Contudo, verificaram-se algumas alterações que decorreram da forma como a atividade foi desenvolvida ao longo de 2015.

Os gastos com consumíveis passaram a ter um peso relativamente mais elevado, uma vez que, em linha com as vendas de jogo, aumentaram de forma significativa os consumos de bilhetes da Lotaria Instantânea, bem como os de papel térmico. Adicionalmente, o lançamento das apostas desportivas à cota de base territorial originou o fornecimento de bilhetes de aposta a toda a rede comercial, o que provocou também um aumento de gastos a este nível. De referir ainda que a expansão desta mesma rede comercial, implicou a necessidade de fornecer consumíveis para arranque de atividade num número considerável de novos pontos de venda.

No que toca aos gastos com pessoal e, apesar do decréscimo do seu peso relativo, estes registaram uma subida em 2015, motivada pela necessária dotação de recursos num contexto de expansão e de entrada em produção de um novo jogo com elevadas exigências funcionais e de monitorização. Ao longo de 2015 registou-se um aumento de 13 colaboradores³, sendo também de referir o impacto que teve a reestruturação de áreas dos serviços centrais da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, que implicaram uma acrescida necessidade de recursos no Departamento de Jogos.

Os fornecimentos e serviços externos foram responsáveis pelo maior aumento de gastos de exploração (em volume), devido, principalmente, às campanhas de *marketing* associadas ao lançamento do PLACARD.

3 O número de colaboradores do DJSCML em 31 de dezembro de 2015 era de 308, acrescido de 9 colaboradores em situação de ausência superior a 30 dias, a esta data.

RESULTADOS

Como consequência dos comportamentos descritos em relação aos rendimentos e gastos operacionais dos JSC, os resultados líquidos de exploração totalizaram 601,4 milhões de euros em 2015, o que representa um aumento de 11,8% em relação aos resultados atingidos em 2014. Esta evolução é particularmente significativa, não apenas pelo volume que representa (mais 63,3 milhões de euros), mas porque sucede a um período de três anos de evolução de resultados sustentada, mas relativamente moderada (1,6% em 2012, 1,2% em 2013 e -0,6% em 2014⁴).

TABELA 4: RESULTADOS JSC:
2014 – 2015 (MILHÕES DE EUROS; %)

	2014	2015	Var. 2015/2014
Rendimentos operacionais	615,2	696,4	13,2%
Gastos operacionais	76,6	93,7	22,3%
EBITDA	540,7	605,5	12,0%
Resultado operacional	538,6	602,7	11,9%
Resultado líquido do período	538,1	601,4	11,8%
Margem EBITDA	28,8%	27,0%	-1,7 p.p.
Margem operacional	28,6%	26,9%	-1,7 p.p.
Margem Líquida	28,6%	26,8%	-1,8 p.p.

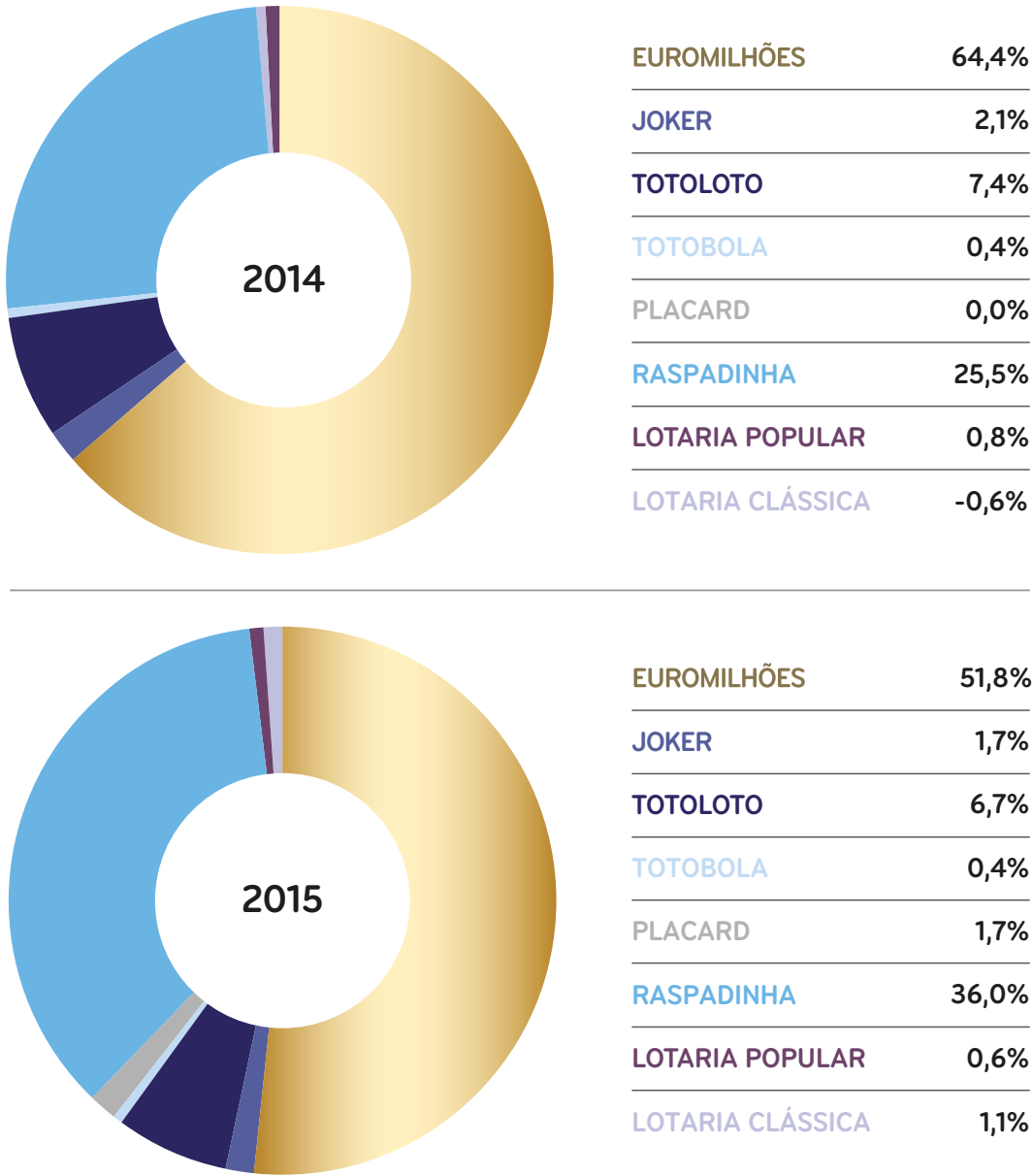
As margens incidem sobre as vendas brutas dos jogos.

Apesar de uma descida em termos relativos, o jogo que mais continuou a contribuir para a formação dos resultados foi o Euromilhões, que representou 51,8% do total dos resultados. Recorde-se, no entanto, que no final de 2014 os resultados líquidos do Euromilhões representaram 64,4% do total.

A Lotaria Instantânea tem vindo a intensificar o seu peso na formação dos resultados, representando em 2015 36,0% destes, quando em 2014 representava 25,5%.

4 A descida verificada em 2014 resulta da ocorrência de um facto irrepetível em 2013, que consistiu na caducidade de um prémio do Joker no valor de 13,7 milhões de euros. Anulado o seu efeito a variação dos resultados líquidos em 2014 teria sido de 2,0%

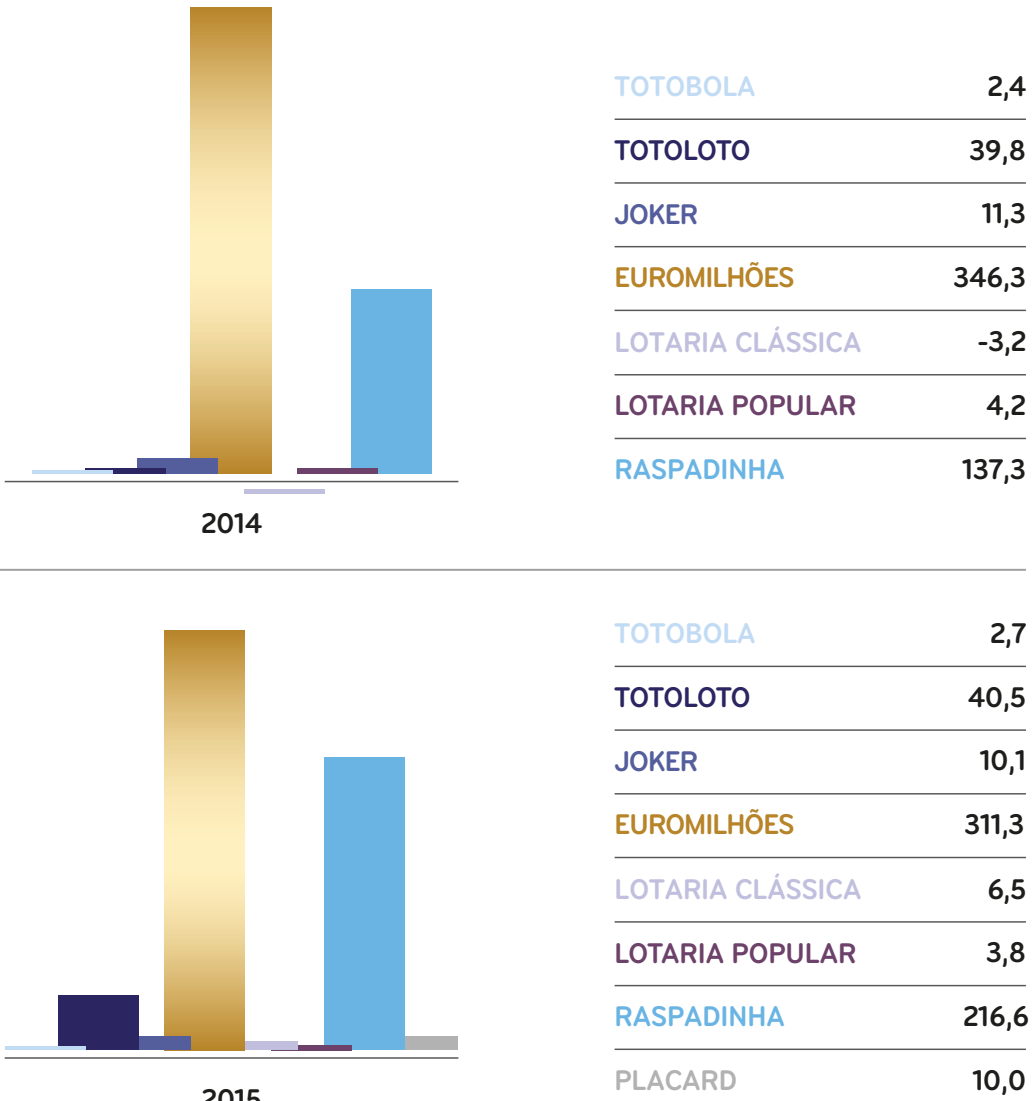
GRÁFICO 7: PESOS RELATIVOS POR JOGO NA FORMAÇÃO DOS RESULTADOS LÍQUIDOS: 2014 – 2015 (%)



Em termos de variação homóloga por jogo, a que apresentou a maior variação positiva foi, graças ao significativo aumento de vendas, a da Lotaria Instantânea, que se situou em 57,7%. Pese embora a sua baixa expressão em volume, é de referir a recuperação da Lotaria Clássica em relação a 2014, ano em que este jogo obteve resultados negativos. A inversão desta situação ficou a dever-se, quer à variação favorável das vendas, quer à diminuição relativa do valor destinado a prémios.

As maiores variações negativas ocorreram no Euromilhões e no Joker, o que se prende com a acentuada diminuição de vendas destes Jogos.

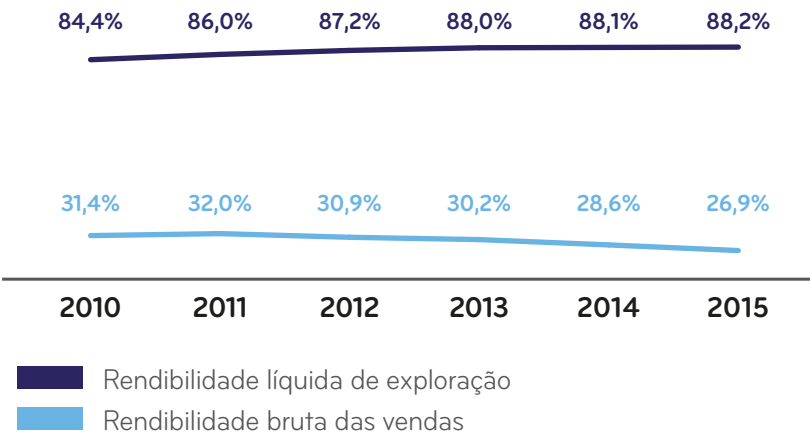
GRÁFICO 8: RESULTADOS POR JOGO: 2014 – 2015 (MILHÕES DE EUROS)



RENDIBILIDADE

A evolução da importância relativa de cada jogo na formação dos resultados, com ganhos da Lotaria Instantânea em detrimento dos restantes jogos, e a introdução do novo jogo de apostas desportivas à cota com base territorial tiveram, obviamente, reflexos na evolução da rendibilidade global dos JSC. Em 2015, a rendibilidade bruta das vendas foi de 26,8%, tendo-se situado abaixo da rendibilidade verificada no final de 2014 (28,6%). Estes aspetos explicam, simultaneamente, as diminuições das margens EBITDA, operacional e líquida. Contudo, ao analisarmos a rendibilidade de exploração, em cuja medida é efetuada a correção dos prémios caducados e são tidas por base as vendas líquidas e não as brutas, verificamos que em termos operacionais a rendibilidade continua a evoluir de forma sustentável, manifestando-se, nos últimos anos, a capacidade e o esforço de manter os níveis de desempenho e de equilíbrio nos meios empregues na oferta de jogo.

GRÁFICO 9: NÍVEIS DE RENDIBILIDADE JSC:
2010 – 2015 (%)



RESULTADOS DISTRIBUÍDOS

Em 2015, o total de resultados distribuídos aos beneficiários dos jogos sociais do Estado ascendeu a 601,9 milhões de euros, o que representa um acréscimo de 12,6% relativamente aos montantes distribuídos em 2014.

Este acréscimo é devido a duas componentes. Uma parcela que corresponde à normal distribuição de resultados, que é calculada pela dedução da parcela destinada à constituição do fundo para renovação de equipamentos e sistemas de exploração de jogo ao resultado líquido do exercício. Estes foram de 596,6 milhões de euros, superiores em 11,6% aos montantes distribuídos no ano anterior.

E outra, que constituiu uma situação excecional em 2015, e que foi consequência da decisão de distribuição de resultados transitados que permaneciam no capital próprio desde o exercício de 2010, por força dos ajustamentos decorrentes da transição para o atual normativo contabilístico (SNC – Sistema de Normalização Contabilística). Em virtude dessa decisão, foi assim distribuído um montante adicional aos Beneficiários de 5,2 milhões de euros.

TABELA 5: RESULTADOS DISTRIBUÍDOS:
2014 – 2015 (MILHÕES DE EUROS; %)

	2014	2015	Var. 2015/2014
Total dos rendimentos	615,2	696,4	13,2%
Total dos gastos	77,1	95,0	23,2%
Resultado líquido da exploração	538,1	601,4	11,8%
Fundo de renovação do equipamento	3,3	4,7	42,2%
Resultado distribuído aos beneficiários	534,72	596,6	11,6%
Distribuição dos resultados transitados		5,2	
Total distribuído aos beneficiários	534,7	601,9	12,6%



6

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

HISTÓRIA
SOLIDARIEDADE
compromisso
INTEGRIDADE
SEGURANÇA
RESPONSABILIDADE

6.1 BALANÇO

(euros)			
	Notas	31/dez/2015	31/dez/2014
ATIVO			
Não corrente			
Ativos fixos tangíveis	6	12.679.527	8.673.540
Ativos intangíveis	7	2.742.238	1.172.815
Participações financeiras – outros métodos	8	94.600	94.600
Mediadores	9		-
Responsabilidades por benefícios pós-emprego	10		-
Outros ativos financeiros	9	144.258.573	128.400.548
		159.774.938	138.341.503
Corrente			
Inventários	10	5.601.035	5.503.149
Mediadores	11	17.355.386	20.483.778
Adiantamentos a fornecedores		29.648	42.668
Estado e outros entes públicos	12	157.873	-
Outras contas a receber	13	23.814.570	26.419.413
Diferimentos	14	956.757	5.432.546
Outros ativos financeiros	4	-	-
Caixa e depósitos bancários	4	212.371.303	167.138.984
		260.286.572	225.020.536
Total do ativo		420.061.510	363.362.039
CAPITAL PRÓPRIO			
Fundo social	15	181.277	181.277
Resultados transitados	16	-	5.219.351
Outras variações no capital próprio	17	34.966.872	44.431.322
		35.148.149	49.831.950
Resultado líquido do período	16	601.371.200	538.051.368
Resultado distribuído aos beneficiários	16	(596.636.057)	(534.720.368)
Resultados inerentes à constituição dos Fundos	16	(4.735.143)	(3.331.000)
Total do capital próprio		35.148.149	49.831.950
PASSIVO			
Não corrente			
Provisões	18	83.392.469	70.778.097
Responsabilidades por benefícios pós-emprego	19	1.052.200	22.461
Prémios a pagar	20	41.287.418	28.873.749
		125.732.087	99.674.307
Corrente			
Fornecedores	21	12.183.566	4.565.028
Estado e outros entes públicos	12	19.529.265	14.884.341
Prémios a pagar	20	26.868.106	29.309.753
Outras contas a pagar	22	194.009.727	157.588.291
Diferimentos	23	6.590.610	7.508.370
		259.181.274	213.855.783
Total do passivo		384.913.361	313.530.090
Total do capital próprio e do passivo		420.061.510	363.362.039

O Administrador Executivo

(Pedro Miguel de Santana Lopes)

O Administrador Executivo

(Edmundo Emilio Mão de Ferro Martinho)

O Diretor de Gestão Financeira

(André Casanova Matos Prado Lyra)

6.2 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

(euros)

Rendimentos e gastos	Notas	2015	2014
Vendas e serviços prestados	24	673.709.579	600.107.565
Subsídios à exploração	25	4.068	-
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	26	(12.362.500)	(9.186.639)
Fornecimentos e serviços externos	27	(48.301.534)	(37.812.196)
Gastos com o pessoal	28, 19	(17.914.973)	(15.439.230)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	11	15.768	(21.704)
Provisões (aumentos/reduções)	18	(10.863.059)	(10.291.449)
Aumentos/reduções de justo valor	9	(194)	1.874
Juros e rendimentos similares obtidos	29	1.557.102	3.298.615
Outros rendimentos e ganhos	30	21.078.592	11.381.870
Outros gastos e perdas	31	(1.422.681)	(1.307.992)
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		605.500.168	540.730.713
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	6, 7	(2.798.403)	(2.141.579)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		602.701.765	538.589.135
Juros e gastos similares suportados	32	(1.330.565)	(537.767)
Resultado líquido do período		601.371.200	538.051. 368

O Administrador Executivo



(Pedro Miguel de Santana Lopes)

O Administrador Executivo



(Edmundo Emílio Mão de Ferro Martinho)

O Diretor de Gestão Financeira



(André Casanova Matos Prado Lyra)

6.3 DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

(euros)

	Fundo social	Resultados transitados	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total
1 de janeiro de 2014	181.277	5.219.351	42.203.090	-	47.603.718
Alterações no período					
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	-	-	2.228.232	-	2.228.232
	181.277	5.219.351	44.431.322	-	49.831.950
Resultado líquido do período	-	-	-	538.051.368	538.051.368
Resultado integral	181.277	5.219.351	44.431.322	538.051.368	587.883.318
Outras Operações					
Distribuições	-	-	-	(534.720.368)	(534.720.368)
Outras operações	-	-	-	(3.331.000)	(3.331.000)
	-	-	-	(538.051.368)	(538.051.368)
31 de dezembro de 2014	181.277	5.219.351	44.431.322	-	49.831.950
1 de janeiro de 2015	181.277	5.219.351	44.431.322	-	49.831.950
Alterações no período					
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	-	-	(9.464.450)	-	(9.464.450)
	181.277	5.219.351	34.966.872	-	40.367.499
Resultado líquido do período	-	-	-	601.371.200	601.371.200
Resultado integral	181.277	5.219.351	34.966.872	601.371.200	641.738.699
Outras Operações					
Distribuições	-	(5.219.351)	-	(596.636.057)	(601.855.407)
Outras operações	-	-	-	(4.735.143)	(4.735.143)
	-	(5.219.351)	-	(601.371.200)	(606.590.550)
31 de dezembro de 2015	181.277	-	34.966.872	-	35.148.149

O Administrador Executivo

(Pedro Miguel de Santana Lopes)

O Administrador Executivo

(Edmundo Emílio Mão de Ferro Martinho)

O Diretor de Gestão Financeira

(André Casanova Matos Prado Lyra)

6.4 DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

	(euros)	
	2015	2014
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Recebimentos de mediadores	1.139.677.923	1.107.734.354
Pagamentos a fornecedores	(54.189.825)	(51.912.424)
Pagamentos ao pessoal	(10.239.456)	(9.538.022)
Caixa gerada pelas operações	1.075.248.642	1.046.283.907
Outros recebimentos/pagamentos		
Rec. outras atividades operacionais		
Estado	-	333
Euromilhões	1.339.449	1.829.691
Outros recebimentos	543.773	402.830
Pag. outras atividades operacionais		
Estado	(184.037.890)	(151.759.364)
Prêmios	(266.423.137)	(310.777.536)
Distribuição de resultados pelos beneficiários	(568.662.118)	(530.786.527)
Euromilhões	-	(331.112)
Outros pagamentos	(1.106.445)	(1.174.807)
Rec./pagam. SC, HOSA, CMRA e ESSA	2.371.323	(2.915.042)
Fluxos de caixa líquidos das atividades operacionais	59.273.598	50.772.374
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Pagamentos respeitantes a:		
Ativos fixos tangíveis	(918.916)	(3.960.205)
Investimentos financeiros	(30.518.303)	(13.624.258)
Recebimentos provenientes de:		
Investimentos financeiros	17.389.023	5.288.967
Juros e rendimentos similares	5.142	43.947
Dividendos	1.775	2.940
Fluxos de caixa líquidos das atividades de investimento	(14.041.279)	(12.248.608)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Pagamentos respeitantes a:		
Juros e gastos e similares	-	-
Fluxos de caixa líquidos das atividades de financiamento	-	-
Variação de caixa e seus equivalentes	45.232.319	38.523.765
Caixa e seus equivalentes no início do período	167.138.984	128.615.219
Caixa e seus equivalentes no fim do período	212.371.303	167.138.984

O Administrador Executivo

(Pedro Miguel de Santana Lopes)

O Administrador Executivo

(Edmundo Emílio Mão de Ferro Martinho)

O Diretor de Gestão Financeira

(André Casanova Matos Prado Lyra)

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. INTRODUÇÃO

O Departamento de Jogos (referido neste documento como **“Departamento de Jogos”** ou **“Entidade”**) integra a estrutura orgânica da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (referida neste documento como **“Santa Casa”** ou **“Serviços Centrais”**), tal como previsto nos Estatutos desta Entidade, publicados como anexo ao Decreto-Lei n.º 235/2008, de 3 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 114/2011, de 30 de novembro e Decreto-Lei n.º 67/2015, de 29 de abril.

O Departamento de Jogos tem a sua operação sediada na Avenida da Liberdade, n.º 194, Freguesia de Santo António, Concelho de Lisboa.

Esta Entidade tem como atividade a gestão e exploração de Lotarias, apostas mútuas e quaisquer jogos autorizados ou por qualquer forma concedidos à Santa Casa, tendo em vista a obtenção eficaz dos meios necessários à prossecução dos seus fins ou de outros de ordem social, a nível nacional, definidos por lei.

Os Jogos atualmente explorados pelo Departamento de Jogos são:

- Lotaria Clássica
- Totobola
- Totoloto
- Lotaria Popular
- Joker
- Lotaria Instantânea
- Euromilhões
- Apostas Desportivas à Cota de Base Territorial

No âmbito da concessão, o Departamento de Jogos tem atribuídas competências para o exercício das seguintes atividades:

- Elaboração do seu plano de atividades, orçamento e relatório e contas;
- Definição das condições essenciais à habilitação de prémios, a aprovar pela Tutela;
- Aprovação dos planos de extrações das lotarias;
- Definição dos regulamentos de jogos, incluindo a fixação do preço de aposta, valor percentual de receita a reservar para prémios, a aprovar pela Tutela;
- Definição do número de prémios a vigorar para cada modalidade de jogo social, a aprovar pela Tutela;
- Estruturação orgânica dos serviços;
- Elaboração do regulamento geral de cada jogo social, a aprovar pela Tutela;
- Determinação das modalidades desportivas a incluir nos concursos de apostas mútuas desportivas;

- Definição da rede de postos de venda a estabelecer a nível nacional, regulamentando a sua atividade e fixando as respetivas remunerações pagas pelos apostadores;
- Habilitação da Mesa da Santa Casa com as informações e pareceres sobre jogos sociais cuja exploração venha a ser proposta à Santa Casa;
- Apreciação dos processos de contraordenação que vierem a ser instaurados quanto à exploração ilícita de jogos sociais;
- Apresentação de propostas à Mesa da Santa Casa, quanto a possíveis filiações em organismos internacionais de lotarias e outros jogos sociais;
- Proceder à consulta de bases de dados públicas com vista a obter informação sobre a identificação, idade e número de identificação fiscal das pessoas individuais que se registem no seu sítio na Internet ou que realizem apostas desportivas à cota de base territorial, nos termos de protocolo a celebrar com as entidades públicas detentoras das bases de dados, no respeito pela legislação relativa à proteção de dados pessoais.

Ao dispor de orçamento e demonstrações financeiras próprias, anexos ao orçamento e demonstrações financeiras da Santa Casa, o Departamento de Jogos não integra as demonstrações financeiras consolidadas da Santa Casa.

Os Órgãos do Departamento de Jogos encontram-se definidos através do art.º 28.º do Decreto-Lei n.º 235/2008, de 3 de dezembro, sendo estes o Administrador Executivo e os Júris (concursos, extrações e reclamações). São Administradores Executivos o Provedor e o Vice-Provedor da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa. As referências a "Administrador Executivo", ao longo deste anexo, referem-se ao órgão social.

Estas demonstrações financeiras individuais foram aprovadas pela Mesa da Santa Casa, na reunião de 17 de março de 2016. É opinião da Mesa que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações do Departamento de Jogos, bem como a sua posição e performance financeira, alterações no capital próprio e fluxos de caixa.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. BASE DE PREPARAÇÃO

Estas demonstrações financeiras individuais foram preparadas de acordo com as disposições do SNC, observado o princípio do custo histórico, com exceção pouco significativa nos ativos financeiros mensurados pelo justo valor.

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com o SNC requer o uso de estimativas, pressupostos e julgamentos críticos no processo da determinação das políticas

contabilísticas a adotar pelo Departamento de Jogos, com impacto significativo no valor contabilístico dos ativos e passivos, assim como nos rendimentos e gastos do período.

Apesar de estas estimativas serem baseadas nas melhores experiências e nas melhores expectativas em relação aos eventos e ações correntes e futuras, os resultados atuais e futuros podem diferir destas estimativas. As áreas que envolvem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou áreas em que pressupostos e estimativas sejam significativos para as demonstrações financeiras individuais são apresentadas na Nota 5 – Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros.

2.2. DERROGAÇÃO DAS DISPOSIÇÕES DO SNC

Não existiram, no decorrer do período a que respeitam estas demonstrações financeiras, quaisquer casos excecionais que tenham implicado diretamente a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC.

2.3. COMPARABILIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Os elementos constantes nas presentes demonstrações financeiras são, na sua totalidade, comparáveis com os do período anterior.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas de contabilidade aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que a seguir se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os períodos apresentados, salvo indicação contrária.

3.1. CONVERSÃO CAMBIAL

MOEDA FUNCIONAL E DE APRESENTAÇÃO

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras do Departamento de Jogos estão mensurados na moeda do ambiente económico em que cada entidade opera (moeda funcional), o euro. As demonstrações financeiras do Departamento de Jogos e respetivas notas deste anexo são apresentadas em euros, salvo indicação explícita em contrário, a moeda de apresentação da Santa Casa.

TRANSAÇÕES E SALDOS

As transações em moedas diferentes do euro são convertidas na moeda funcional utilizando as taxas de câmbio à data das transações. Os ganhos ou perdas cambiais resultantes do pagamento/recebimento das transações, bem como da conversão pela taxa de câmbio à data do balanço, dos ativos e dos passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são reconhecidos na demonstração dos resultados, como “Juros e rendimentos similares obtidos” ou “Juros e gastos similares suportados” se relacionados com aplicações financeiras ou empréstimos/operações de financiamento; ou como “Outros rendimentos e ganhos” ou “Outros gastos e perdas” para todos os outros saldos e transações reconhecidos na demonstração dos resultados.

COTAÇÕES UTILIZADAS

As cotações de moeda estrangeira utilizadas para conversão de saldos expressos em moeda estrangeira, foram como segue:

(euros)		
Moeda	2015	2014
USD	1,0887	1,2141

3.2. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os ativos tangíveis encontram-se valorizados ao custo deduzido das depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade. Este custo inclui o montante da valorização, determinado à data de transição do POC para o SNC, e o custo de aquisição para ativos obtidos após essa data.

O custo de aquisição inclui o preço de compra do ativo, as despesas diretamente imputáveis à sua aquisição e os encargos suportados com a preparação do ativo para que se encontre na sua condição de utilização. Os custos com empréstimos obtidos para a construção de ativos tangíveis qualificáveis são reconhecidos como parte do custo de construção do ativo.

O Departamento de Jogos apenas capitaliza ativos fixos tangíveis com valor de aquisição superior a 200 euros. No entanto, procede-se à depreciação da totalidade do bem no primeiro período de utilização sempre que o valor de aquisição seja inferior a 1000 euros.

Os custos subsequentes incorridos com renovações e grandes reparações, que façam aumentar a vida útil ou a capacidade de gerar benefícios económicos dos ativos são reconhecidos no custo do ativo.

Os encargos com reparações e manutenção de natureza corrente são reconhecidos como um gasto do período em que são incorridos.

Os custos a suportar com o desmantelamento ou remoção de ativos instalados em propriedade de terceiros serão considerados como parte do custo inicial dos respetivos ativos quando se traduzam em montantes significativos.

As vidas úteis estimadas para os ativos fixos tangíveis mais significativos são conforme segue:

	Vida útil
Edifícios e outras construções	Entre 10 a 50 anos
Equipamento básico	Entre 3 a 12 anos
Equipamento de transporte	Entre 6 a 10 anos
Equipamento Informático	Entre 1 a 10 anos
Sinalética	Entre 1 a 8 anos
Outros ativos fixos tangíveis	Entre 1 a 30 anos

Sempre que existam indícios de perda de valor dos ativos fixos tangíveis, são efetuados testes de imparidade, de forma a estimar o valor recuperável do ativo, sendo registada uma perda por imparidade quando o valor recuperável é inferior ao valor contabilístico (ver Nota 3.4 – Imparidade de ativos não financeiros).

As vidas úteis dos ativos são revistas em cada relato financeiro, para que as depreciações praticadas estejam em conformidade com os padrões de consumo dos ativos. Alterações às vidas úteis são tratadas como uma alteração de estimativa contabilística e são aplicadas prospetivamente.

Os ganhos ou perdas na alienação dos ativos são determinados pela diferença entre o valor de realização e o valor contabilístico do ativo, sendo reconhecidos na demonstração dos resultados.

3.3. ATIVOS INTANGÍVEIS

O custo dos ativos intangíveis adquiridos separadamente reflete, em geral, os benefícios económicos futuros esperados e compreende o seu preço de compra, incluindo custos com direitos intelectuais, taxas e qualquer custo diretamente atribuível à preparação do ativo, para o seu uso pretendido.

Os ativos intangíveis gerados internamente são reconhecidos pelo seu custo, sempre que seja provável que da sua utilização possam advir benefícios económicos futuros para o Departamento de Jogos e o seu custo possa ser mensurado com fiabilidade.

No caso do Departamento de Jogos, os ativos que se enquadram nestas definições correspondem:

- Aos programas de computador (*software*) adquiridos como suporte essencial às suas operações administrativas e acessórias;
- Aos custos incorridos com o desenvolvimento do Portal Jogos Santa Casa, através do qual funciona o sistema de apostas para os apostadores dos jogos sociais; e

- A todos os gastos de desenvolvimento interno de aplicações informáticas desenhadas em função das necessidades particulares do Departamento de Jogos, desde que cumpridas as seguintes condições, cumulativamente:
 - A aplicação informática em desenvolvimento é avaliada como tecnicamente viável e será concluída;
 - Existe uma intenção expressa do Departamento de Jogos de utilizar a aplicação informática que resultar do projeto e está demonstrada a existência de competências internas para tal utilização;
 - Está demonstrado que a utilização da aplicação informática gera benefícios para as operações do Departamento de Jogos;
 - Está assegurado o financiamento e a alocação de recursos técnicos necessários para a conclusão do projeto; e
 - O sistema interno de imputação de custos aos projetos permite a correta mensuração dos custos de desenvolvimento da aplicação.

Sempre que um projeto em curso não cumpra com os critérios acima definidos, os custos incorridos são reconhecidos imediatamente em resultados do período.

O Departamento de Jogos valoriza os seus ativos intangíveis, após o reconhecimento inicial, pelo modelo do custo, ou seja, ao custo inicial deduzido da amortização acumulada e de quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados numa base sistemática, durante a sua vida útil estimada, a partir da data em que se encontram disponíveis para uso. As vidas úteis estimadas para os ativos fixos intangíveis mais significativos são conforme se segue:

Vida útil	
Programas de computador	Entre 1 a 8 anos

O Departamento de Jogos determina a vida útil e o método de amortização dos ativos intangíveis com base na estimativa de consumo dos benefícios económicos associados ao ativo, os quais são revistos anualmente quanto à sua razoabilidade.

3.4. IMPARIDADE DE ATIVOS NÃO FINANCEIROS

O Departamento de Jogos realiza testes de imparidade sempre que eventos ou alterações nas condições envolventes indiquem que o valor pelo qual os ativos se encontram registados nas demonstrações financeiras não seja recuperável.

Sempre que o valor recuperável determinado é inferior ao valor contabilístico dos ativos, o Departamento de Jogos regista a respetiva perda por imparidade na demonstração dos resultados.

O valor recuperável é o maior de entre o justo valor do ativo deduzido dos custos de venda e

o seu valor de uso. Para a determinação da existência de imparidade, os ativos são alocados ao nível mais baixo para o qual existem fluxos de caixa separados identificáveis (unidades geradoras de caixa).

Sempre que adequado, é analisada a hipótese de reverter perdas por imparidade consideradas em períodos anteriores. Quando há lugar ao registo ou reversão de imparidade, a amortização e depreciação dos ativos são recalculadas prospetivamente.

Os ativos não financeiros, que não o *goodwill*, para os quais tenham sido reconhecidos perdas por imparidade são avaliados, a cada data de relato, sobre a possível reversão das perdas por imparidade.

Quando há lugar ao registo ou reversão de imparidade, a amortização e depreciação dos ativos são recalculadas prospetivamente de acordo com o valor recuperável.

3.5. ATIVOS FINANCEIROS

Determina-se a classificação dos ativos financeiros, na data do reconhecimento inicial.

Os ativos financeiros são classificados/mensurados como:

- Ao custo ou ao custo amortizado menos qualquer perda por imparidade; ou
- Ao justo valor com as alterações de justo valor a serem reconhecidas na demonstração de resultados.

O Departamento de Jogos classifica e mensura ao custo ou ao custo amortizado, os ativos financeiros:

- Que em termos de prazo sejam à vista ou tenham maturidade definida;
- Cujo retorno seja de montante fixo, de taxa de juro fixa ou de taxa variável correspondente a um indexante de mercado; e
- Que não possuam nenhuma cláusula contratual da qual possa resultar a perda do valor nominal e do juro acumulado.

Para os ativos registados ao custo amortizado, os juros obtidos a reconhecer em cada período são determinados de acordo com o método da taxa de juro efetiva, que corresponde à taxa que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro.

São registados ao custo ou ao custo amortizado os ativos financeiros que constituem empréstimos concedidos, contas a receber (clientes, outros devedores, etc.) e instrumentos de capital próprio, bem como quaisquer contratos derivados associados, que não sejam negociados em mercado ativo ou cujo justo valor não possa ser determinado de forma fiável.

O Departamento de Jogos classifica e mensura ao justo valor os ativos financeiros que constituem instrumentos de capital próprio, cotados em mercado ativo, contratos derivados e ativos financeiros detidos para negociação. As variações de justo valor são registadas nos resultados do período.

O Departamento de Jogos avalia a cada data de relato financeiro a existência de indicadores de perda de valor para os ativos financeiros que não sejam mensurados ao justo valor através de resultados. Se existir uma evidência objetiva de imparidade, o Departamento de Jogos reconhece uma perda por imparidade na demonstração dos resultados.

Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos ao recebimento dos fluxos monetários originados por esses investimentos expiram ou são transferidos, assim como todos os riscos e benefícios associados à sua posse.

3.6. COMPENSAÇÃO DE SALDOS

A compensação de ativos e passivos financeiros, assim como o relato de saldos líquidos no balanço, apenas é efetuada quando existe um direito legal vinculativo para levar a cabo a compensação, bem como a intenção de efetuar a regularização dos saldos pelo valor líquido ou quando o ativo e o passivo sejam realizados e pagos simultaneamente.

3.7. INVENTÁRIOS

Os inventários do Departamento de Jogos compreendem bilhetes de jogos sociais de apostas mútuas, apostas desportivas à cota de base territorial e Lotaria Instantânea, papel térmico utilizado para o registo das apostas, pelos mediadores (bens essenciais ao funcionamento do equipamento do sistema de jogo) e consumíveis para jogo, nomeadamente, material tipográfico e informático para impressão de jogo.

Os inventários são reconhecidos inicialmente ao custo de aquisição, o qual inclui todas as despesas suportadas com a compra, sendo valorizados posteriormente ao menor entre o custo de aquisição e o valor líquido de realização. O método de custeio dos inventários é o custo médio ponderado.

3.8. MEDIADORES E OUTRAS CONTAS A RECEBER

As rubricas de “Mediadores e de Outras Contas a Receber” são reconhecidas inicialmente ao justo valor, sendo subsequentemente mensuradas ao custo amortizado, deduzido de ajustamentos por imparidade (se aplicável).

A cobrança das receitas das apostas mútuas, da Lotaria Instantânea, da Lotaria Nacional desmaterializada e das apostas desportivas à cota de base territorial é efetuada semanalmente à quarta-feira e respeita ao período decorrido entre domingo e sábado da semana anterior. No que se refere às apostas mútuas, as receitas cobradas são as relativas àquele período independentemente da data da realização do concurso. No caso da Lotaria Instantânea, são cobrados os valores correspondentes ao Jogo ativado nos terminais do mediador. Relativamente à Lotaria Nacional desmaterializada, a cobrança diz respeito às vendas realizadas, independentemente do momento da extração. A cobrança das apostas desportivas

à cota de base territorial, refere-se aos bilhetes de apostas registados, independentemente da data dos eventos.

As receitas do jogo físico da Lotaria Nacional, para mediadores com caução específica para a Lotaria Nacional, são entregues ao Departamento de Jogos até 30 dias após a véspera da extração. As cobranças referentes a mediadores sem caução são realizadas no ato do levantamento do jogo.

As perdas por imparidade dos mediadores e das Outras contas a receber são registadas, sempre que exista evidência objetiva de que os mesmos não são recuperáveis conforme os termos iniciais da transação. As perdas por imparidade identificadas são registadas na demonstração dos resultados, em “Imparidade de Dívidas a receber”, sendo subsequentemente revertidas pela mesma rubrica, caso os indicadores de imparidade diminuam ou desapareçam.

Dificuldades financeiras severas, probabilidade de declaração de falência ou reestruturação financeira são considerados como indicadores de que o valor a receber se encontra em imparidade. O valor ajustado corresponde à diferença entre o valor originalmente devido e o valor presente dos fluxos de caixa futuros.

3.9. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo, de liquidez elevada e com maturidades iniciais até 3 meses.

3.10. PASSIVOS FINANCEIROS

Determina-se a classificação dos passivos financeiros, na data do reconhecimento inicial.

Os passivos financeiros são classificados/mensurados como:

- Ao custo ou ao custo amortizado menos qualquer perda por imparidade; ou
- Ao justo valor com as alterações de justo valor a serem reconhecidas na demonstração de resultados.
- O Departamento de Jogos classifica e mensura ao custo ou ao custo amortizado, os passivos financeiros:
- Que em termos de prazo sejam à vista ou tenham maturidade definida;
- Cuja remuneração seja de montante fixo, de taxa de juro fixa ou de taxa variável correspondente a um indexante de mercado; e
- Que não possuam nenhuma cláusula contratual da qual possa resultar uma alteração à responsabilidade pelo reembolso do valor nominal e do juro acumulado a pagar.

Para os passivos registados ao custo amortizado, os juros obtidos a reconhecer em cada período são determinados de acordo com o método do juro efetivo, à taxa que desconta exatamente os pagamentos de caixa futuros contratados durante a vida esperada do instrumento financeiro.

São registados ao custo ou ao custo amortizado os passivos financeiros que constituem financiamentos obtidos e contas a pagar (fornecedores, outros credores, etc.), bem como quaisquer contratos derivados associados, que não sejam negociados em mercado ativo ou cujo justo valor não possa ser determinado de forma fiável.

3.11. FORNECEDORES E OUTRAS CONTAS A PAGAR

As rubricas de “Fornecedores e de Outras contas a pagar” constituem obrigações de pagar pela aquisição de bens ou serviços, sendo reconhecidas inicialmente ao justo valor, e sub-sequentemente mensuradas ao custo ou ao custo amortizado, utilizando o método da taxa de juro efetiva.

3.12. BENEFÍCIOS AOS EMPREGADOS

A Santa Casa comprometeu-se com o pagamento de prestações pecuniárias aos seus colaboradores, a título de complementos de pensões de reforma por velhice, invalidez, sobrevivência imediata ou diferida e orfandade, tendo sido constituído um plano de pen-sões de benefícios definidos (doravante designado de “Plano de Pensões”), em função do quadro de pessoal da Santa Casa e do Departamento de Jogos à data de constituição.

O Departamento de Jogos assume adicionalmente a responsabilidade pelo pagamento de pré-reformas, até ao seu momento de passagem efetiva à reforma. Estes pagamentos cor-respondem a parte do salário do empregado até à data de reforma pela Caixa Geral de Apo-sentações, período que, usualmente, não ultrapassa um horizonte de tempo de 2-3 meses.

Conforme referido na Nota 19, o Fundo foi constituído de forma a financiar a quase totali-dade das suas responsabilidades por tais pagamentos.

PLANO DE PENSÕES DO DEPARTAMENTO DE JOGOS

Durante o primeiro trimestre de 2008 foi constituído o Fundo de Pensões da Santa Casa, com a finalidade de garantir uma quota-parte dos benefícios previstos no Estatuto da Fun-ção Pública, correspondente ao número de anos e meses contados após a data da inscrição na Segurança Social até à data de inscrição na Caixa Geral de Aposentações (também refe-rida neste documento como “CGA”), assim como os complementos de reforma previstos no Decreto-Lei n.º 247/80, de 24 de julho.

O Plano de Pensões atribuído visa garantir pensões por velhice, invalidez e sobrevivência, sendo que a totalidade das responsabilidades foi transferida para fundo autónomo, tendo sido entregues as dotações necessárias para cobrir os respetivos encargos que se vão ven-cendo em cada um dos períodos.

As pensões encontram-se consagradas nos seguintes diplomas (aplicáveis ao Departa-mento de Jogos):

- Decreto-Lei n.º 247/80, de 24 de julho

Abrange o pessoal que, desde 31 de julho de 1980, optou pelos estatutos de aposentação e de sobrevivência do funcionalismo público (n.º 2 do artigo 2.º), e que, a essa data, já se encontrava vinculado a organismos do Estado, onde passou a estar sujeito ao regime da função pública (artigo 3.º); e pessoal que se encontrava reformado pela Caixa de Previdência dos Empregados da Assistên-cia e manteve o mesmo regime garantindo a Santa Casa um complemento de reforma (diferença entre a pensão que iriam auferir através da CGA e a pensão que auferiam nessa data), tratando-se de um complemento vitalício, sem atuali-zação (n.ºs 1 e 2 do artigo 6.º);

- Decreto-Lei n.º 94/2000, de 23 de maio

Abrange os colaboradores do Departamento de Jogos que, até 31 de dezem-bro de 2005, reuniam as condições expressas no artigo 1.º do referido diploma. Os benefícios a cargo da Santa Casa são os seguintes:

- Pensão de aposentação a atribuir, de acordo com o Decreto-Lei n.º 498/72, de 9 de dezembro, correspondente a 90% do salário, até que o aposentado atinja as condições de reforma – pensão até à INR (idade normal de reforma);
- Quotização à CGA (10% do salário)

Passado este período, a Santa Casa passa a ser responsável apenas pelo disposto no Decreto-Lei n.º 247/80, de 24 de julho, para os trabalhadores admitidos antes da entrada em vigor do referido diploma. Quanto aos colaboradores admitidos após julho de 1980, a responsabilidade é encargo total da CGA – pensão após INR.

As pensões contempladas pelo plano correspondem a:

- Pensão de velhice e invalidez

Pensão paga pela CGA, sendo esta responsável pela quota-parte da pen-são correspondente ao tempo de serviço decorrido após a data de inscrição naquela Entidade, sendo o tempo anterior encargo da Santa Casa e Centro Nacional de Pensões (CNP);

- Pensão de sobrevivência imediata e orfandade

Em caso de morte de colaborador ativo, a Santa Casa irá pagar uma pensão de sobrevivência aos herdeiros hábeis;

- Pensão de sobrevivência diferida

Em caso de morte de ex-colaborador aposentado, a Santa Casa irá pagar uma pensão de sobrevivência aos herdeiros hábeis.

Em ambos os casos “de sobrevivência”, a pensão a atribuir pelo CNP corresponde a 60% da pensão de reforma, sendo que a quota-parte a cargo da Santa Casa será ligeiramente inferior aos 50%.

As responsabilidades com o pagamento das referidas prestações são estimadas anualmente por atuários independentes, sendo utilizado o método do crédito da unidade projetada. O valor presente da obrigação do benefício definido é determinado pelo desconto dos pagamentos futuros dos benefícios, utilizando a taxa de juro de obrigações de *rating* elevado denominadas na mesma moeda em que os benefícios serão pagos e com uma maturidade que se aproxima da responsabilidade assumida.

O passivo reconhecido no balanço relativamente a responsabilidades com benefícios de reforma, corresponde ao valor presente da obrigação do benefício determinado à data de balanço, deduzido do justo valor dos ativos do plano, juntamente com ajustamentos relativos a custos de serviços passados.

Os ganhos e perdas gerados por um corte ou uma liquidação de um plano de pensões de benefícios definidos são reconhecidos nos resultados do período em que o corte ou a liquidação ocorre. Um corte ocorre quando se verifica uma redução material no número de empregados ou o plano é alterado de tal forma que os benefícios atribuídos são reduzidos, originando uma redução nas responsabilidades com o plano.

FÉRIAS E SUBSÍDIO DE FÉRIAS

De acordo com a legislação vigente, os trabalhadores têm, anualmente, direito no mínimo a 22 dias úteis de férias, bem como a um mês de subsídio de férias, direito esse adquirido no ano anterior ao do seu pagamento. Estas responsabilidades são registadas no período em que todos os trabalhadores adquirem o respetivo direito, independentemente da data do seu pagamento, sendo o saldo a pagar revelado na rubrica de “Credores por acréscimos de gastos”.

3.13. PROVISÕES

As provisões são reconhecidas quando o Departamento de Jogos tem:

- Uma obrigação presente legal ou construtiva resultante de eventos passados;
- Para a qual há uma significativa probabilidade (superior a 50%) que seja necessário um dispêndio de recursos internos no pagamento dessa obrigação; e
- O montante possa ser estimado com razoabilidade. Provisões para fazer face a perdas operacionais futuras não são reconhecidas.

Sempre que um dos critérios não seja cumprido, ou a existência da obrigação esteja condicionada à ocorrência (ou não ocorrência) de determinado evento futuro, o Departamento de Jogos divulga tal facto como um passivo contingente, salvo se a avaliação da exigibilidade da saída de recursos para pagamento do mesmo seja considerada remota.

As provisões são mensuradas ao valor presente dos dispêndios estimados para pagar a obrigação, utilizando uma taxa de desconto que reflete a avaliação de mercado para o

período do desconto e para o risco da provisão em causa.

Quando exista um conjunto de obrigações semelhantes, a probabilidade de ser necessário incorrer num exfluxo para pagar a obrigação é determinada considerando a classe de obrigações de forma agregada.

PROVISÃO PARA RECLAMAÇÃO E PAGAMENTO DE PRÉMIOS

O Departamento de Jogos encontra-se regulado por legislação específica, criada para efeitos de enquadramento e âmbito da atividade de exploração dos jogos sociais, a qual se alicerça na obrigatoriedade de constituição de Fundos destinados ao pagamento de prémios por reclamações procedentes. Para as apostas desportivas à cota de base territorial, para além do pagamento de prémios por reclamações, este Fundo também se destina ao pagamento de prémios que excedam a receita apurada nos eventos. Assim, o Departamento de Jogos deve ter permanentemente refletidas nas suas demonstrações financeiras as obrigações assumidas, atualizando a provisão em função das receitas globais anuais de jogo, com os seguintes limites:

Diploma legal	Jogo	% Receitas	Limite máximo fixado (euros)
Dec.-Lei n.º 84/85, de 28 de mar., com as alterações introduzidas pelos Dec.-Lei n.º 387/86, de 17 de nov. e n.º 258/97, de 30 de set., republicado pelo Dec.-Lei n.º 317/2002, de 27 de dez., e Dec.-Lei n.º 153/2000 de 21 de jul.	Totoloto	0,5%	423.978
	Totobola	0,5%	74.820
Dec.-Lei n.º 412/93, de 21 de dez., republicado pelo Dec.-Lei n.º 153/2009, de 2 de jul.	Joker	2,0%	1.000.000
Dec.-Lei n.º 210/2004, de 20 de ago, republicado pelo Dec.-Lei n.º 44/2011, de 24 de mar.	Euromilhões	1,0%	150.000.000
Dec.-Lei n.º 67/2015, de 29 de abr.	Apostas desportivas à cota de base territorial	1,0%	5.000.000

PROVISÃO PARA PROCESSOS JUDICIAIS EM CURSO

Provisões relacionadas com processos judiciais que respeitam essencialmente a discordâncias de natureza contratual com fornecedores. O Departamento de Jogos reconhece esta provisão quando estima que é mais provável que a Empresa tenha de pagar.

3.14. FUNDO PARA PAGAMENTO DE PRÉMIOS DO TOTOLOTO

Com a promulgação do Decreto-Lei n.º 200/2009, de 27 de agosto e com a publicação da Portaria n.º 102/2011, de 11 de março, o Departamento de Jogos encontra-se obrigado a constituir um Fundo para pagamento de prémios do Totoloto, garantindo o montante mínimo de 1.000.000 euros para o primeiro prémio. Esta conta é reforçada em função da incidência de uma taxa fixa de 10% sobre os prémios do Totoloto. Assegura ainda, quando necessário, o direito ao pagamento dos prémios da categoria especial de prémios denominada “Número da Sorte”.

3.15. DISTRIBUIÇÃO DE RESULTADOS AOS BENEFICIÁRIOS DOS JOGOS SOCIAIS

A distribuição de resultados aos beneficiários dos jogos sociais explorados pelo Departamento de Jogos é reconhecida como obrigação nas demonstrações financeiras no período em que estes são aprovados pela Mesa da Santa Casa. A distribuição de resultados aos beneficiários dos jogos sociais é efetuada de acordo com a legislação aplicável, nomeadamente através do Decreto-Lei n.º 56/2006, de 15 de março, alterado pelo Decreto-Lei n.º 44/2011, de 24 de março e pelo Decreto-Lei n.º 106/2011, de 21 de outubro.

3.16. DISTRIBUIÇÃO DE RECEITAS DAS APOSTAS DESPORTIVAS À COTA DE BASE TERRITORIAL

A distribuição das receitas das apostas desportivas à cota de base territorial é reconhecida como obrigação nas demonstrações financeiras no período em que as receitas são geradas. A distribuição é efetuada de acordo com a legislação aplicável, nomeadamente através do Decreto-Lei n.º 67/2015, de 29 de abril e da Portaria n.º 315/2015, de 30 de outubro.

3.17. OUTRAS VARIAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO - SUBSÍDIOS E APOIOS DO GOVERNO

Dada a sua atividade, o Departamento de Jogos não recebe subsídios do Governo ou de qualquer entidade similar.

Os Decretos-Lei que regulam a atividade do Departamento de Jogos determinam, relativamente às obrigações de renovação de equipamento de jogo, a cativação de receitas obtidas com os jogos sociais para o financiamento do investimento futuro em equipamento, antes da distribuição de resultados aos beneficiários. Este requisito visa garantir os meios líquidos ao gestor dos jogos sociais, que lhe permitam manter a rede de jogo em funcionamento.

O valor das receitas cativado anualmente é regularizado em função das depreciações e

amortizações dos equipamentos de jogo, pelo que assume na substância a natureza de um subsídio ao investimento não reembolsável. O valor das receitas cativado tem um tratamento contabilístico análogo aos subsídios, pelo que é registado na rubrica de “Outras variações no capital próprio”.

3.18. LOCAÇÕES

Nas locações consideradas operacionais, únicas a que o Departamento de Jogos recorreu, as rendas a pagar são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados numa base linear, durante o período da locação.

3.19. ESPECIALIZAÇÃO DE GASTOS E RENDIMENTOS

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime de periodização económica.

As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes créditos e gastos são reconhecidas como ativos ou passivos, consoante se qualificarem como tal.

3.20. RÉDITO

O crédito do Departamento de Jogos resulta essencialmente da exploração dos jogos sociais do Estado, atribuídos pela Tutela, nomeadamente jogos de apostas mútuas e Lotarias. O crédito é registado líquido de prémios de jogo, remunerações dos mediadores pagas pelos apostadores, devoluções reconhecidas, Imposto do Selo sobre apostas e deduções à receita das apostas desportivas à cota de base territorial previstas nas b) e c) do n.º 2 do art.º 12.º do Regime Jurídico da Exploração e Prática das apostas desportivas à cota de base territorial, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 64/2015, de 29 de abril.

APOSTAS DE JOGOS

- Lotarias Clássica e Popular

O crédito é reconhecido na data em que a extração é realizada. Até esta data, as vendas efetuadas são consideradas como “Diferimentos – Rendimentos a reconhecer”.

- Lotaria Instantânea

O crédito é reconhecido em função das vendas efetuadas aos mediadores nos pontos de venda e das aquisições de bilhetes no Portal Jogos Santa Casa, face ao capital emitido e prémios já pagos.

- Apostas Mútuas
Os réditos são reconhecidos na data da realização dos concursos.
- Apostas desportivas à cota de base territorial
O rédito é reconhecido após a homologação dos resultados, na data da realização do último evento selecionado em cada bilhete de aposta ou em data anterior que corresponda à realização de um evento integrado em aposta combinada cujo prognóstico tenha sido perdedor.

Todas as receitas de jogo têm origem em Portugal Continental, Região Autónoma dos Açores e Região Autónoma da Madeira.

PRÉMIOS DE JOGO

- Lotarias Clássica e Popular
 - Os prémios de jogo são reconhecidos no momento da extração. Os prémios não reclamados caducam 90 dias após a extração e são reconhecidos como rendimento do período em que ocorre a caducidade.
- Lotaria Instantânea
Os prémios são especializados de acordo com a percentagem prevista no plano de prémios de cada Jogo, nos termos do Regulamento da Lotaria Instantânea, tendo este sido especializado em função da média do rácio prémios/vendas, dos últimos quatro anos, arredondada por excesso.
- Apostas Mútuas
Os prémios são reconhecidos na data de realização dos concursos. A política adotada para prémios caducados é idêntica à atrás referida para as Lotarias Clássica e Popular.
- Apostas desportivas à cota de base territorial
Os prémios são reconhecidos após a homologação dos resultados, na data da realização do último evento objeto de aposta em cada bilhete de aposta ou em data anterior que corresponda à realização de um evento integrado em aposta combinada cujo prognóstico tenha sido perdedor.
O direito a prémios caduca, para o conjunto dos eventos selecionados no recibo da aposta, nos seguintes termos:
 - Para os prémios de valor igual ou inferior a 150 euros, decorridos 90 dias a contar da data da homologação de resultados;
 - Para os prémios de valor superior a 150 euros, decorridos 90 dias a contar do fim do prazo de 2 horas subsequente à data da homologação de resultados, ou a contar do fim do prazo de 2 horas após a última atualização de resultados, conforme o que ocorrer por último.

Para os jogos sociais Totobola, Totoloto, Joker, Lotaria Instantânea, Lotaria Clássica e Lotaria Popular, até 11 de março de 2011 as percentagens para prémios eram regulamentadas pela Portaria n.º 973/2009, de 31 de agosto. A Portaria n.º 102/2011, de 11 de março revogou a Portaria n.º 973/2009 (art.º 3.º), mantendo as percentagens para prémios.

Para o jogo social Euromilhões, a percentagem para prémios está definida no Decreto-Lei n.º 210/20114, de 20 de agosto, republicado pelo Decreto-Lei n.º 44/2011, de 24 de março.

Para as apostas desportivas à cota de base territorial, a percentagem para prémios está definida no Decreto-Lei n.º 67/2015, de 29 de abril.

As percentagens para prémios incidem sobre as vendas brutas das apostas mútuas e das apostas desportivas à cota de base territorial, e sobre o capital emitido das Lotarias:

Jogo Social	% Prémios
Totobola	60%
Totoloto	55%
Joker	55%
Euromilhões	50%
Lotaria Nacional	70%
Lotaria Instantânea	Entre 50% e 70%
Apostas desportivas à cota de base territorial	Entre 55% e 85%

IMPOSTO DO SELO

Com a promulgação do Decreto-Lei n.º 175/2009, de 4 de agosto, com efeitos práticos a 1 de setembro de 2009, os jogos sociais passaram a estar sujeitos a Imposto do Selo, o qual passa a incidir sobre as apostas realizadas à taxa de 4,5%, conforme verba 11 da Tabela Geral do Imposto do Selo. O imposto é exigido a quem detém o título do benefício do rendimento, neste caso o Departamento de Jogos, e tratando-se de um imposto cobrado por conta do Estado numa transação que originou rédito, este é abatido ao rédito dos jogos sociais.

A verba 11 da Tabela Geral do Imposto do Selo, anexa ao Código do Imposto do Selo, foi alterada pelo Decreto-Lei n.º 67/2015, de 29 de abril.

REMUNERAÇÕES DOS MEDIADORES PAGAS PELOS APOSTADORES

Os mediadores são remunerados pelos apostadores relativamente aos serviços que lhes são prestados, conforme previsto no regulamento dos mediadores (Portaria n.º 313/2004, de 23 de março, alterada pela Portaria n.º 216/2012, de 18 de julho).

Esta remuneração é realizada mediante a cobrança de uma percentagem sobre o valor das apostas, paga pelos apostadores, de acordo com as tabelas aprovadas pela Mesa da Santa Casa.

O preço final da aposta já inclui esta remuneração.

Jogo Social	% Remuneração
Totobola	7%
Totoloto	7%
Joker	7%
Euromilhões	5%
Lotaria Clássica	12,7%
Lotaria Clássica – Venda terminal	7%
Lotaria Popular	12,5%
Lotaria Popular – Venda terminal	7%
Lotaria Instantânea	10%
Apostas Desportivas à Cota de Base Territorial	5%

DEDUÇÕES LEGAIS SOBRE RECEITAS DAS APOSTAS DESPORTIVAS À COTA DE BASE TERRITORIAL

- O Decreto-Lei n.º 67/2015, de 29 de abril determina as deduções à receita:
- O montante correspondente a 2% destinado à Santa Casa da Misericórdia de Lisboa;
 - O montante correspondente a 3,5% a atribuir às entidades objeto da aposta a repartir pelos clubes ou pelos praticantes, consoante o caso, e pela federação que organize o evento, incluindo as ligas se as houver.

OUTROS

O rédito proveniente de ativos financeiros é reconhecido através do método do juro efetivo.

3.21. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

A demonstração dos fluxos de caixa é preparada de acordo com o método direto.

Os fluxos de caixa são classificados na demonstração de fluxos de caixa, dependendo da sua natureza, em atividades: i) operacionais; ii) investimento; e iii) financiamento.

As atividades operacionais englobam essencialmente os recebimentos de mediadores, o pagamento de prémios e de impostos, a distribuição dos resultados aos beneficiários, os pagamentos a fornecedores e ao pessoal.

Os fluxos de caixa incluídos nas atividades de investimento incluem, nomeadamente, recebimentos e pagamentos da venda e compra de ativos imobilizados, e ainda remuneração de equivalentes de caixa e liquidação dos mesmos na maturidade, ou aquando da sua alienação.

Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de financiamento não têm expressão.

3.22. EVENTOS SUBSEQUENTES

Os eventos ocorridos entre a data do balanço e a data da aprovação das demonstrações financeiras que afetem o valor dos ativos e passivos existentes são considerados na preparação das demonstrações financeiras, caso sejam significativos. Consoante a natureza dos mesmos, poderão dar origem a ajustamentos aos montantes reportados à data do balanço ou divulgados nas notas às demonstrações financeiras.

3.23. MATÉRIAS AMBIENTAIS

São reconhecidas provisões para matérias ambientais sempre que o Departamento de Jogos tenha uma obrigação legal ou construtiva, como resultado de acontecimentos passados, relativamente à qual seja provável que uma saída de recursos se torne necessária para a liquidar, e possa ser efetuada uma estimativa fiável do montante dessa obrigação.

3.24. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

Na ausência de uma NCRF de aplicação específica a uma transação ou a outro evento ocorrido na Entidade, a política de relato financeiro a seguir baseia-se em normas e interpretações que tratem de transações ou eventos semelhantes e na Estrutura Conceptual.

3.25. PRINCIPAIS ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS APRESENTADOS

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras do Departamento de Jogos são continuamente avaliados, representando à data de cada relato a melhor estimativa, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acreditam serem razoáveis.

A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o impacto real das situações que haviam sido alvo de estimativa possam, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados. As estimativas e os julgamentos que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico de ativos e passivos no decurso do período seguinte são as que seguem:

PROVISÕES

O Departamento de Jogos analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação.

A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

Sempre que adequado, o Departamento de Jogos suporta o seu julgamento com base na opinião dos advogados, para determinar a necessidade de reconhecimento da eventual provisão para fazer face a essas contingências, bem como o valor da mesma (Nota 18 – Provisões).

PRESSUPOSTOS ATUARIAIS

A determinação das responsabilidades com pensões de reforma requer a utilização de pressupostos e estimativas, de natureza demográfica e financeira, que podem condicionar significativamente os montantes de responsabilidades apurados em cada data de relato. As variáveis mais sensíveis referem-se à taxa de atualização das responsabilidades, a taxa de rendimento estimada para os ativos e as tabelas de mortalidade e invalidez.

As alterações dos pressupostos atuariais terão impactos no valor contabilístico líquido das responsabilidades, sendo tal impacto expresso em resultados do período (Nota 19 – Responsabilidades por benefícios pós-emprego e outros).

ATIVOS TANGÍVEIS E INTANGÍVEIS

A determinação das vidas úteis dos ativos, bem como o método de depreciação a aplicar, é essencial para determinar o montante das depreciações a reconhecer na demonstração dos resultados de cada período.

Estes dois parâmetros são definidos de acordo com o melhor julgamento para os ativos no âmbito da atividade (Nota 6 e Nota 7 – Ativos fixos tangíveis e Ativos intangíveis).

4. FLUXOS DE CAIXA

4.1. CAIXA E SEUS EQUIVALENTES QUE NÃO ESTÃO DISPONÍVEIS PARA USO

O Departamento de Jogos não possui quaisquer montantes de “Caixa e equivalentes de caixa” que estejam sujeitos a restrições de utilização.

As obrigações assumidas pelo Departamento de Jogos no âmbito da gestão dos jogos sociais e no pagamento de prémios estão “fundeadas” na totalidade através de aplicações financeiras a prazo (não correntes), para as quais existem determinações legais quanto à sua movimentação, mas que não constituem “Caixa ou equivalentes de caixa”.

4.2. DESAGREGAÇÃO DOS VALORES INSCRITOS NA RUBRICA DE CAIXA E DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS

Em 31 de dezembro de 2014 e 2015, o detalhe de caixa e equivalentes de caixa para efeitos da elaboração da demonstração de fluxos de caixa apresenta os seguintes valores:

	(euros)	
	2015	2014
Numerário		
- Caixa	361.156	241.383
	361.156	241.383
Depósitos bancários		
- Depósitos à ordem	15.609.762	11.857.280
- Depósitos a prazo < 90 dias	167.600.385	143.670.000
- Depósitos a prazo > 90 dias	28.800.000	11.370.321
	212.010.147	166.897.601
Outros ativos financeiros	-	-
Caixa e equivalentes de caixa (ativo)	212.371.303	167.138.984
Equivalentes de caixa (passivo)	-	-
Total de Caixa e equivalentes de caixa	212.371.303	167.138.984

Não se verificou qualquer situação de descoberto em contas bancárias do Departamento de Jogos.

5. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

Não foram detetados erros de períodos anteriores.

6. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2014 e 2015, os movimentos registrados em rubricas do "Activo fixo tangível" foram como segue:

	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento informático	Outro Equipamento administrativo	Sinalética	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos em curso	Total
1 de janeiro de 2014									
Custo de aquisição	2.483.397	42.244.279	181.441	6.538.837	1.072.357	2.296.362	594.485	466.958	55.878.116
Depreciações acumuladas	(1.427.093)	(41.588.698)	(151.882)	(5.083.215)	(833.363)	(2.109.410)	(397.495)	-	(51.591.156)
Valor líquido	1.056.305	655.581	29.559	1.455.622	238.993	186.952	196.989	466.958	4.286.960
Adições	-	190.871	-	692.737	90.530	27.853	104.616	4.764.552	5.871.158
Transferências e abates	214.000	3.503.001	-	-	-	-	-	(3.717.001)	-
Depreciação – período	(107.990)	(315.888)	(7.950)	(809.190)	(100.924)	(83.821)	(58.816)	-	(1.484.579)
Valor líquido	1.162.315	4.033.565	21.609	1.339.169	228.600	130.984	242.789	1.514.509	8.673.540
31 de dezembro de 2014									
Custo de aquisição	2.697.398	45.938.151	181.441	7.231.574	1.162.887	2.324.215	699.100	1.514.509	61.749.274
Depreciações acumuladas	(1.535.083)	(41.904.586)	(159.832)	(5.892.405)	(934.287)	(2.193.231)	(456.312)	-	(53.075.735)
Valor líquido	1.162.315	4.033.565	21.609	1.339.169	228.600	130.984	242.789	1.514.509	8.673.540
1 de janeiro de 2015									
Custo de aquisição	2.697.398	45.938.151	181.441	7.231.574	1.162.887	2.324.215	699.100	1.514.509	61.749.274
Depreciações acumuladas	(1.535.083)	(41.904.586)	(159.832)	(5.892.405)	(934.287)	(2.193.231)	(456.312)	-	(53.075.735)
Valor líquido	1.162.315	4.033.565	21.609	1.339.169	228.600	130.984	242.789	1.514.509	8.673.540
Adições	-	-	-	81.785	37.694	12.828	33.011	5.801.975	5.967.293
Transferências e abates	-	7.021.831	-	282.030	2.826	(3.041)	7.644	(7.314.331)	(3.041)
Depreciação – período	(127.607)	(718.395)	(7.950)	(906.485)	(96.285)	(44.191)	(60.394)	-	(1.961.306)
Depreciação- transf. e abates	-	-	-	-	-	3.041	-	-	3.041
Valor líquido	1.034.709	10.337.001	13.659	796.498	172.835	99.622	223.050	2.152	12.679.527
31 de dezembro de 2015									
Custo de aquisição	2.697.398	52.959.982	181.441	7.595.388	1.203.407	2.334.002	739.755	2.152	67.713.526
Depreciações acumuladas	(1.662.689)	(42.622.981)	(167.782)	(6.798.890)	(1.030.572)	(2.234.380)	(516.705)	-	(55.034.000)
Valor líquido	1.034.709	10.337.001	13.659	796.498	172.835	99.622	223.050	2.152	12.679.527

Dos ativos registrados na classe "Edifícios e outras construções", relativo à conta "Obras em edifícios arrendados/cedidos", encontram-se reconhecidos investimentos em obras de beneficiação no edifício da ex-sede do Departamento de Jogos, Rua das Taipas n.º 1.

Os valores mais significativos contabilizados como "Equipamento básico" correspondem ao equipamento de jogo instalado nos pontos de venda dos mediadores dos jogos sociais, nomeadamente os terminais e equipamento de impressão complementar.

Os aumentos ocorridos na rubrica "Activos fixos tangíveis" no decurso do período de 2015, refletem 5.967.293 euros, essencialmente provenientes de aquisições de equipamento básico (adições 2014: 5.871.158 euros, essencialmente provenientes de aquisições de equipamento básico, informático e em curso).

No período findo em 31 de dezembro de 2015, registaram-se abates de sinalética no valor de 3041 euros (2014: não se registaram abates).

As depreciações dos bens dos ativos fixos tangíveis estão reconhecidas, pela sua totalidade, na rubrica "Gastos/reversões de depreciação e amortização" da demonstração dos resultados. À data de 31 de dezembro de 2015, os ativos fixos tangíveis em poder de terceiros ascendem a 8.782.845 euros (8.683.224 euros relativos a terminais e 99.622 euros relativos a peças promocionais de sinalética).

7. ATIVOS INTANGÍVEIS

O valor dos ativos intangíveis refere-se ao Portal Jogos Santa Casa e programas informá-ticos de suporte às atividades operacionais e administrativas do Departamento de Jogos. A evolução registada para os períodos apresentados é como segue:
A rubrica “Programas de computador” é composta por *software* e o sistema *online*.

				(euros)
	Propriedade industrial	Programas de computador	Ativos em curso	Total
1 de janeiro de 2014				
Custo de aquisição	3.442.657	20.684.274	-	24.126.931
Amortizações acumuladas	(3.140.969)	(19.413.538)	-	(22.554.507)
Valor líquido	301.688	1.270.736	-	1.572.423
Adições	-	11.441	245.951	257.392
Transferências e abates	-	245.951	(245.951)	-
Amortização – período	(157.402)	(499.598)	-	(657.000)
Valor líquido	144.285	1.028.530	-	1.172.815
31 de dezembro de 2014				
Custo de aquisição	3.442.657	20.941.666	-	24.384.322
Amortizações acumuladas	(3.298.371)	(19.913.136)	-	(23.211.507)
Valor líquido	144.285	1.028.530	-	1.172.815
1 de janeiro de 2015				
Custo de aquisição	3.442.657	20.941.666	-	24.384.322
Amortizações acumuladas	(3.298.371)	(19.913.136)	-	(23.211.507)
Valor líquido	144.285	1.028.530	-	1.172.815
Adições	-	1.783.739	622.781	2.406.520
Transferências e abates	-	622.781	(622.781)	-
Amortização – período	(144.285)	(692.812)	-	(837.098)
Valor líquido	-	2.742.238	-	2.742.238
31 de dezembro de 2015				
Custo de aquisição	3.442.657	23.348.186	-	26.790.842,44
Amortizações acumuladas	(3.442.657)	(20.605.948)	-	(24.048.604,35)
Valor líquido	-	2.742.238	-	2.742.238

8. PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS
- OUTROS MÉTODOS

O saldo registado nesta rubrica contempla:

- A participação de 5,2% no capital social da SLE – *Services aux Loteries en Europe*, entidade constituída para a gestão do jogo Euromilhões e na qual o Departamento de Jogos participa na condição de *lottery operator* do jogo social de apostas mútuas Europeu – Euromilhões; e
- A participação de 50% no capital social da NLCS – *National Lotteries Common Services*, Sociedade por Ações Simplificada de direito francês, constituída em 2013 e com vista ao estreitamento de relações com outras Lotarias de Estado e ao desen-volvimento de plataformas de cooperação.

9. OUTROS ATIVOS FINANCEIROS

Em 31 de dezembro de 2014 e 2015, a rubrica de “Outros ativos financeiros” apresenta a seguinte decomposição:

		(euros)
	2015	2014
Fundos obrigatórios	125.872.567	128.384.669
Fundo LI (WFL)	18.370.321	-
Outros ativos financeiros	15.685	15.879
TOTAL	144.258.573	128.400.548

O saldo de Fundos obrigatórios refere-se maioritariamente aos fundos constituídos pelo Departamento de Jogos, no âmbito das obrigações assumidas com a atribuição da con-cessão da exploração dos jogos sociais, para reclamações e pagamentos de prémios, e ainda para renovação de equipamento e material.

Os Fundos a manter pelo Departamento de Jogos são constituídos de acordo com as seguintes regras:

	% Receitas	% Prémios	Limite máximo fixado (euros)	Legislação aplicável
Fundos para reclamação e pagamento de prémios				
Totobola	0,5%	-	74.820	Dec.-Lei n.º 84/85, de 28 de mar., com as alterações introduzidas pelos Dec.-Lei n.º 387/86, de 17 de nov. e n.º 258/97, de 30 de set., republicado pelo Dec.-Lei n.º 317/2002, de 27 de dez., e Dec.-Lei n.º 153/2000 de 21 de jul.
Totoloto	0,5%	-	423.978	
Totogolo	0,5%	-	74.820	
Joker	2,0%	-	1.000.000	Dec.-Lei n.º 412/93, de 21 de dez., republicado pelo Dec.-Lei n.º 153/2009, de 2 de jul.
Euromilhões	1,0%	-	150.000.000	Dec.-Lei n.º 210/2004, de 20 de ago, republicado pelo Dec.-Lei n.º 44/2011, de 24 de mar.
Apostas Desportivas à Cota de Base Territorial	1,0%		5.000.000	Dec.-Lei n.º 67/2015, de 29 de abr.
Fundo para pagamento do 1.º prémio e "Número da Sorte"				
Totoloto	-	10,0%	Não definido	Dec.-Lei n.º 200/2009, de 27 de ago., regulamentado pela Portaria n.º 102/2011, de 11 de mar.
Fundos para renovação de equipamento e material				
Totoloto	2,0%	-	24.939.895	Dec.-Lei n.º 84/85,de 28 mar., Dec.-Lei n.º 387/86, de 17 nov. e Dec.-Lei n.º 153/2000, de 21 jul.
Totogolo	1,0%	-	748.197	Dec.-Lei n.º 225/98, de 17 jul (jogo suspenso).
Totobola	1,0%	-	748.197	Dec.-Lei n.º 84/85, de 28 mar. e Dec.-Lei n.º 387/86, 17 nov.
Euromilhões	1,0%	-	20.000.000	Dec.-Lei n.º 210/2004, de 20 ago.
Apostas Desportivas à Cota de Base Territorial	0,2%	-	2.000.000	Dec.-Lei n.º 67/2015, de 29 abr.

Por decisão superior foi criado um Fundo para pagamento de prémios da Lotaria Instantânea do tipo *win for life* (WFL).

O Decreto-Lei n.º 153/2000, de 21 de julho, alargou o âmbito do Fundo de renovação do equipamento e material de forma a dar cobertura à reorganização do Departamento de Jogos, decorrente da implementação do sistema *online*. Assim, tais Fundos podem ser utilizados “para suportar quaisquer despesas com a implementação do sistema de registo de apostas em tempo real (sistema *online*), nomeadamente as relativas à imagem, agentes, pessoal, renovação das instalações, renovação de material e equipamento, e outros”.

O Decreto-Lei n.º 153/2009, de 2 de julho, veio permitir que “a participação no Joker seja realizada em simultâneo com todos os jogos sociais do Estado, nomeadamente com o Euromilhões”. A republicação do Decreto-Lei n.º 412/93, de 21 de dezembro pelo Decreto-Lei n.º 153/2009, de 2 de julho, alterou o limite do Fundo para pagamento de prémios do Joker de 997.596 euros para 1.000.000 euros.

O Decreto-Lei n.º 200/2009, de 2 de julho, autorizou a constituição de um Fundo que garanta o montante mínimo de 1.000.000 euros para o primeiro prémio do Totoloto, cujo valor inicial foi de 5.000.000 euros por utilização do Fundo de renovação do equipamento e material. Este valor é reembolsado a partir de 1 de janeiro de 2012 “à razão de, pelo menos, 0,3% do valor semanal do Fundo para o primeiro prémio do Totoloto, referido no número anterior, até integral pagamento”.

Com a publicação da Portaria n.º 102/2011, de 11 de março, este Fundo passou também a assegurar, quando necessário, o direito ao pagamento dos prémios de categoria especial de prémios denominada “Número da Sorte”.

Em 31 de dezembro de 2014 e 2015, o detalhe dos Fundos obrigatórios constituídos é como segue:

				(euros)
	Fundo para renovação do equipamento e material	Fundo para reclamação e pagamento de prêmios	Fundo para pagamento 1.º prêmio Totoloto e "Número da Sorte"	Total
TOTOBOLA				
1 de janeiro de 2014	351.283	74.820	-	426.103
Reforços	186.714	-	-	186.714
Utilizações	(69.130)	-	-	(69.130)
31 de dezembro de 2014	468.867	74.820	-	543.686
Limite máximo fixado	748.197	74.820		
TOTOLOTO				
1 de janeiro de 2014	19.985.564	423.978	14.778.254	35.187.797
Reforços	2.544.740	-	8.251.193	10.795.932
Utilizações	(2.523.917)	-	(5.244.282)	(7.768.199)
31 de dezembro de 2014	20.006.387	423.978	17.785.165	38.215.530
Limite máximo fixado	24.939.895	423.978	Não definido	
TOTOGOLO				
1 de janeiro de 2014	29.032	74.820	-	103.852
Reforços	-	-	-	-
Utilizações	-	-	-	-
31 de dezembro de 2014	29.032	74.820	-	103.852
Limite máximo fixado	748.197	74.820		
JOKER				
1 de janeiro de 2014	-	1.000.000	-	1.000.000
Reforços	-	787.371	-	787.371
Utilizações	-	(1.028.261)	-	(1.028.261)
31 de dezembro de 2014	-	759.110	-	759.110
Limite máximo fixado		1.000.000		
EUROMILHÕES				
1 de janeiro de 2014	20.000.000	59.592.258	-	79.592.258
Reforços	620.369	9.170.234	-	9.790.603
Utilizações	(620.369)		-	(620.369)
31 de dezembro de 2014	20.000.000	68.762.491	-	88.762.491
Limite máximo fixado	20.000.000	150.000.000		
TOTAIS				
1 de janeiro de 2014	40.365.879	61.165.875	14.778.254	116.310.009
Reforços	3.351.822	9.957.604	8.251.193	21.560.619
Utilizações	(3.213.416)	(1.028.261)	(5.244.282)	(9.485.959)
31 de dezembro de 2014	40.504.286	70.095.219	17.785.165	128.384.669

					(euros)
	Fundo para renovação do equipamento e material	Fundo para reclamação e pagamento de prémios	Fundo para pagamento 1.º prémio Totoloto e "Número da Sorte"	Fundos para pagamento de prémios da Lotaria Instantânea (win for life)	Total
TOTOBOLA					
1 de janeiro de 2015	468.867	74.820	-	-	543.686
Reforços	125.141	-	-	-	125.141
Utilizações	(300.988)	-	-	-	(300.988)
31 de dezembro de 2015	293.020	74.820	-	-	367.839
Limite máximo fixado	748.197	74.820	-	-	
TOTOLOTO					
1 de janeiro de 2015	20.006.387	423.978	17.785.165	-	38.215.530
Reforços	1.539.300	-	8.249.301	-	9.788.601
Utilizações	(11.132.176)	-	(3.987.982)	-	(15.120.157)
31 de dezembro de 2015	10.413.511	423.978	22.046.485	-	32.883.974
Limite máximo fixado	24.939.895	423.978	Não definido	-	
TOTOGOLO					
1 de janeiro de 2015	29.032	74.820	-	-	103.852
Reforços	-	-	-	-	-
Utilizações	-	-	-	-	-
31 de dezembro de 2015	29.032	74.820	-	-	103.852
Limite máximo fixado	748.197	74.820	-	-	
JOKER					
1 de janeiro de 2015	-	759.110	-	-	759.110
Reforços	-	603.522	-	-	603.522
Utilizações	-	(1.248.687)	-	-	(1.248.687)
31 de dezembro de 2015	-	113.944	-	-	113.944
Limite máximo fixado	-	-	-	-	
EUROMILHÕES					
1 de janeiro de 2015	20.000.000	68.762.491	-	-	88.762.491
Reforços	2.961.210	-	-	-	2.961.210
Utilizações	(11.285.713)	8.205.616	-	-	(3.080.097)
31 de dezembro de 2015	11.675.497	76.968.107	-	-	88.643.604
Limite máximo fixado	20.000.000	-	-	-	
APOSTAS DESPORTIVAS À COTA DE BASE TERRITORIAL					
1 de janeiro de 2015	-	-	-	-	-
Reforços	130.784	3.653.922	-	-	3.784.706
Utilizações	(25.353)	-	-	-	(25.353)
31 de dezembro de 2015	105.432	3.653.922	-	-	3.759.353
Limite máximo fixado	2.000.000	5.000.000	-	-	
LOTARIA INSTANTÂNIA (WIN FOR LIFE)					
1 de janeiro de 2015	-	-	-	-	-
Reforços	-	-	-	18.370.321	18.370.321
Utilizações	-	-	-	-	-
31 de dezembro de 2015	-	-	-	18.370.321	18.370.321
Limite máximo fixado	-	-	-	-	
TOTAIS					
1 de janeiro de 2015	40.504.286	70.095.219	17.785.165	-	128.384.669
Reforços	4.756.434	4.257.444	8.249.301	18.370.321	35.633.500
Utilizações	(22.744.228)	6.956.928	(3.987.982)	-	(19.775.282)
31 de dezembro de 2015	22.516.492	81.309.591	22.046.485	18.370.321	144.242.888

Os “Outros ativos financeiros” referem-se a uma barra de ouro detida pelo Departamento de Jogos, a qual se encontra valorizada ao justo valor, sendo que os efeitos de atualização do justo valor para o período findo a 31 de dezembro de 2015 tiveram um impacto negativo de 194 euros (2014: +1.874 euros).

10. INVENTÁRIOS

O detalhe de inventários em 31 de dezembro de 2014 e 2015 é como segue:

	(euros)	
	2015	2014
Consumíveis para jogo	431.329	349.253
Bilhetes de Lotaria Instantânea	3.489.270	2.377.963
Bilhetes de Apostas Mútuas	29.198	258.358
Bilhetes de Apostas Desportivas à Cota de base territorial	130.511	-
Papel térmico	1.501.621	2.498.470
Papel térmico (em trânsito)	29.871	29.871
Imparidade de inventários	(10.765)	(10.765)
Total inventários	5.601.035	5.503.149

O custo dos inventários reconhecido no período como gasto, e incluído na rubrica “Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas” totalizou 12.362.500 euros (2014: 9.186.639 euros).

IMPARIDADE DE INVENTÁRIOS

Em 2015 não se registaram quaisquer alterações às imparidades de inventários, mantendo-se o saldo de 2014, que corresponde a 10 737 euros e a 28 euros de bilhetes de apostas mútuas e de Lotaria Instantânea, respetivamente.

11. MEDIADORES

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2014 e 2015, a decomposição da rubrica de “Mediadores” é como se segue:

	(euros)					
	2015			2014		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Mediadores	17.355.386	-	17.355.386	20.483.778	-	20.483.778
Mediadores cobrança duvidosa	911.558	-	911.558	1.019.797	-	1.019.797
	18.266.944	-	18.266.944	21.503.575	-	21.503.575
Ajustamentos de mediadores	(911.558)	-	(911.558)	(1.019.797)	-	(1.019.797)
Total mediadores	17.355.386	-	17.355.386	20.483.778	-	20.483.778

Nesta rubrica encontram-se registados os valores a receber dos mediadores do Departamento de Jogos referentes às receitas de apostas mútuas (Totobola, Totoloto, Euromilhões e Joker), Lotaria Nacional (Lotaria Clássica e Lotaria Popular), Lotaria Instantânea e apostas desportivas à cota de base territorial.

Os mediadores mais relevantes são a “Casa da Sorte” e a “Casa Campião”, cujos saldos brutos ascendem, respetivamente, a 6.109.447 euros e 2.491.227 euros em 31 de dezembro de 2015 (2014: 7.652.213 euros e 2.902.856 euros).

11.1. IMPARIDADE DE MEDIADORES

	(euros)	
	2015	2014
1 de janeiro	1.019.797	1.134.800
Aumentos	12.693	66.202
Utilizações	(92.472)	(136.706)
Reversões	(28.460)	(44.498)
31 de dezembro	911.558	1.019.797

11.2. DETALHE DA IMPARIDADE POR NATUREZA DE JOGO SOCIAL

(euros)

	Apostas Mútuas	Lotaria Nacional	Lotaria Instantânea	Apostas Desportivas à Cota de base territorial	Total
1 de janeiro 2014	980.217	112.281	42.301	-	1.134.800
Aumentos	54.235	313	11.654	-	66.202
Utilizações	(137.016)	(36)	346	-	(136.706)
Reversões	(21.670)	(80)	(22.749)	-	(44.498)
31 de dezembro 2014	875.766	112.478	31.553	-	1.019.797
1 de janeiro 2015	875.766	112.478	31.553	-	1.019.797
Aumentos	4.787	240	7.665	-	12.693
Utilizações	(91.517)	(172)	(783)	-	(92.472)
Reversões	(26.498)	(187)	(1.776)	-	(28.460)
31 de dezembro 2015	762.539	112.360	36.660	-	911.558

12. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2014 e 2015, os saldos de Estado e outros entes públicos são como se segue:

(euros)

	2015		2014	
	Devedor	Credor	Devedor	Credor
Impostos s/rendimento – IRS e IRC	-	13.108	-	5.683
Imposto s/valor acrescentado – IVA	157.873	-	-	-
Imposto do Selo	-	19.516.157	-	14.878.658
TOTAL	157.873	19.529.265	-	14.884.341

13. OUTRAS CONTAS A RECEBER

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2014 e 2015, a decomposição da rubrica “Outras contas a receber” é como segue:

(euros)

	2015			2014		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Pessoal	37.130	-	37.130	20.586	-	20.586
Outras contas a receber						
Euromilhões – Primary Insurance	5.219.707	-	5.219.707	5.932.830	-	5.932.830
Euromilhões – Pre-deposit amount	4.962.879	-	4.962.879	5.603.205	-	5.603.205
Euromilhões (Saldo Inicial) – Booster	3.055.447	-	3.055.447	3.055.447	-	3.055.447
Euromilhões – Mutual Insurance	2.000.000	-	2.000.000	2.000.000	-	2.000.000
Outras	327.303	-	327.303	506.482	-	506.482
Devedores por acréscimos de rendimentos	8.212.104	-	8.212.104	9.300.863	-	9.300.863
Outras contas a receber	23.814.570	-	23.814.570	26.419.413	-	26.419.413

13.1. PESSOAL

As dívidas ativas ao pessoal referem-se a adiantamentos sobre ajudas de custo atribuídos a colaboradores do Departamento de Jogos e empréstimos concedidos.

13.2. OUTRAS CONTAS A RECEBER

Euromilhões – Primary Insurance: Depósito obrigatório a constituir pelas entidades exploradoras do jogo Euromilhões junto da entidade financeira que assume a gestão dos ativos de exploração do jogo, o qual corresponde a um terço da média semanal de vendas de jogo do último semestre;

Euromilhões – Pre-deposit Insurance: Contrapartida financeira assumida pelo Departamento de Jogos enquanto entidade exploradora do jogo Euromilhões. Este depósito, também designado como *Relevant Deposit Amount/Default Insurance*, é calculado em função do valor total das transferências de todos os operadores de lotarias que exploraram o Euro-milhões nos últimos doze meses que antecederam a fixação do valor em causa, sendo este

dividido pelo correspondente número de sorteios (excluindo aqueles em que tenha havido um super *jackpot* mínimo garantido), por forma a obter-se a média semanal que será multiplicada por 2,2 vezes o valor total apurado. A este resultado será aplicada a percentagem do *cost sharing*, que corresponde a peso relativo das vendas de cada lotaria nos últimos 6 meses.

Euromilhões – Saldo Inicial – Prize Guarantee Fund: O Departamento de Jogos deve proceder a deduções específicas para reforço do fundo de reserva para prémios de jogo Euro-milhões. Este foi o valor inicial que o Departamento de Jogos depositou junto da entidade financeira que assume a gestão dos ativos de exploração do jogo, o qual se encontra segregado dos movimentos de constituição e utilização ocorridos desde 2004, registados na rubrica de “Prémios a pagar”. Este Fundo corresponde a 8,6% do valor destinado a prémios (50% das vendas totais);

Euromilhões – Mutual Insurance: Valor de caução entregue pelo Departamento de Jogos como entidade exploradora do jogo Euromilhões, a qual permanecerá retida enquanto o Departamento de Jogos for elemento do sistema de jogo;

Outros: O valor de 203.510 euros, incluído no saldo em aberto, refere-se a um adiantamento efetuado a favor do Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, sobre a transmissão do título de propriedade do edifício ex-sede do Departamento de Jogos na Rua das Taipas, situação que continua a ser negociada por ambas as partes. Adicionalmente, esta situação tem de ser ulteriormente objeto de apropriada resolução jurídica.

13.3. DEVEDORES POR ACRÉSCIMOS DE RENDIMENTOS

O detalhe dos devedores por acréscimos de rendimentos é como segue:

	(euros)	
	2015	2014
Juros a receber ^(a)	1.495.593	2.655.720
Outros devedores por acréscimos de rendimentos ^(b)	5.391	5.203
Lotaria Nacional ^(b)	85.430	68.299
Totoloto ^(b)	910.854	1.009.037
Euromilhões ^(b)	5.714.836	5.562.604
TOTAL	8.212.104	9.300.863

a) Saldo referente à especialização de rendimentos dos Fundos de Renovação do Equipamento e Material e aplicações de tesouraria de curto-prazo;
b) Especialização referente a prémios caducados provenientes de Lotaria Nacional e reconhecimento das vendas do último concurso do Totoloto e Euromilhões.

Para os períodos apresentados não existem diferenças entre os valores contabilísticos e o seu justo valor.

14. DIFERIMENTOS – GASTOS A RECONHECER

Em 31 de dezembro de 2014 e 2015, o Departamento de Jogos tem registado na rubrica de “Diferimentos – gastos a reconhecer”, os seguintes saldos:

	(euros)	
	2015	2014
Especialização da remuneração dos Mediadores pagas p/apostadores	812.348	769.114
Outros	144.409	4.663.431
Gastos a reconhecer	956.757	5.432.546

Na rubrica “Especialização da Remuneração dos Mediadores pagas pelos Apostadores”, os valores reconhecidos respeitam às remunerações relativas às apostas cujas vendas são antecipadas. Estes valores discriminam-se pelos jogos sociais da seguinte forma: 603 mil euros – Lotaria Clássica; 191 mil euros – Lotaria Popular; 7 mil euros – Euromilhões; e 11 mil euros – apostas desportivas à cota de base territorial.

Na rubrica “Outros” encontram-se registados valores relativos a rendas e a investimentos e encargos referentes ao desenvolvimento da plataforma do *Contact Center*, bem como ao alargamento do portefólio de jogos.

15. FUNDO SOCIAL

O Departamento de Jogos não possui autonomia jurídica da Santa Casa, pelo que não tem capital social estatutário. O montante reconhecido como “Fundo social” refere-se ao valor de entradas em espécie ocorridas à data da sua constituição.

16. RESULTADOS

De acordo com o Decreto-Lei n.º 56/2006, de 15 de março, alterado pelos Decreto-Lei n.º 44/2011, de 24 de março e Decreto-Lei n.º 106/2011, de 21 de outubro, todos os resultados gerados pelo Departamento de Jogos são distribuídos pelos beneficiários dos jogos sociais. Aqueles resultados estão sujeitos à retenção do montante exigido para a constituição do Fundo de renovação de equipamento e material.

O detalhe de aplicação do resultado líquido do Departamento de Jogos para os períodos findos a 31 de dezembro de 2014 e 2015 é como segue:

	(euros)	
	2015	2014
Resultado distribuído	596.636.057	534.720.368
Resultado retido (constituição Fundo de renovação de equipamento e material)	4.735.143	3.331.000
	601.371.200	538.051.368

O resultado do Departamento de Jogos do período vai sendo antecipadamente distribuído pelos diversos beneficiários, com base nos resultados mensais, segundo as percentagens constantes no Decreto-Lei n.º 56/2006, de 15 de março, alterado pelos Decreto-Lei n.º 44/2011, de 24 de março e Decreto-Lei n.º 106/2011, de 21 de outubro.

A distribuição pelos beneficiários é a seguinte:

		(euros)	
	Beneficiários	2015	2014
Ministério da Administração Interna	Autoridade Nacional de Proteção Civil	16.187.117	14.474.443
	Secretaria-Geral do MAI (Riscos sociais)	1.753.117	1.567.629
	Secretaria-Geral do MAI (Policiamento de espetáculos desportivos)	4.032.170	3.605.547
Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública IGCP, E.P.E.		13.323.692	11.913.982
Presidência do Conselho Ministros	Fundo de Fomento Cultural	20.455.198	18.290.940
	Instituto Português do Desporto e Juventude	54.633.011	48.852.576
	Gabinete da Secretária de Estado para a Cidadania e Igualdade	2.925.515	2.615.981
Ministério do Trabalho, Solidariedade e Seg. Social	Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, IP	194.771.341	174.163.599
	INATEL (Turismo social e sénior, organização de tempos livres)	6.954.032	6.218.262
Ministério da Saúde		96.070.833	85.906.077
Ministério da Educação	Desporto escolar	5.843.725	5.225.431
	Projetos especiais destinados a estudantes do ensino secundário	2.863.425	2.560.461
Direção Regional de Juventude e Desporto – Madeira		1.168.745	1.045.086
Instituto de Desporto dos Açores		1.168.745	1.045.086
Santa Casa da Misericórdia de Lisboa		162.221.795	145.057.951
SUBTOTAL DOS RESULTADOS A DISTRIBUIR		584.372.462	522.543.050
Centro de Medicina de Reabilitação do Alcoitão		3.027.036	2.884.904
Santa Casa da Misericórdia de Lisboa ^(a)		9.236.559	9.292.414
TOTAIS		596.636.057	534.720.368

(a) Estão incluídos neste montante os prémios caducados da Lotaria Nacional, do Euromilhões e das apostas desportivas à cota de base territorial (2015: 7.752 mil euros; 2014: 8.232 mil euros), 4,7% do Resultado da Lotaria Nacional e 0,225% do capital emitido destas Lotarias (2015: 1.348 mil euros; 2014: 911 mil euros) e Coimas – Lei n.º 30/2006 (2015:136 mil euros; 2014: 149 mil euros).

17. OUTRAS VARIAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

A rubrica "Outras variações no capital próprio" refere-se às seguintes naturezas de movimentos ocorridos nos períodos findos em 31 de dezembro de 2014 e 2015:

	2015	2014
(euros)		
TOTOBOLA		
1 de janeiro	468.867	351.283
Adições	125.141	186.714
Utilizações	(300.988)	(69.130)
31 de dezembro	293.020	468.867
TOTOGOLO		
1 de janeiro	29.032	29.032
Adições	-	-
Utilizações	-	-
31 de dezembro	29.032	29.032
TOTOLOTO		
1 de janeiro	20.006.387	19.985.564
Adições	1.518.008	2.523.917
Utilizações	(11.132.176)	(2.523.917)
Transferências	21.291	20.822
31 de dezembro	10.413.511	20.006.387
EUROMILHÕES		
1 de janeiro	20.000.000	20.000.000
Adições	2.961.210	620.369
Utilizações	(11.285.713)	(620.369)
31 de dezembro	11.675.497	20.000.000
APOSTAS DESPORTIVAS À COTA DE BASE TERRITORIAL		
1 de janeiro	-	-
Adições	130.784	-
Utilizações	(25.353)	-
31 de dezembro	105.432	-
Total do Fundo renovação do equipamento	22.516.492	40.504.286
VALOR LÍQUIDO DOS INVESTIMENTOS FINANCIADOS PELO FUNDO		
1 de janeiro	3.927.036	1.837.210
Investimentos	10.201.090	3.213.417
Regularização por resultados	(1.677.746)	(1.123.590)
31 de dezembro	12.450.380	3.927.037
VALOR LÍQUIDO DOS GASTOS FINANCIADOS PELO FUNDO		
1 de janeiro	-	-
Gastos	9.543.138	-
Regularização por resultados	(9.543.138)	-
31 de dezembro	-	-
TOTAIS		
1 de janeiro	44.431.322	42.203.090
Adições	4.735.143	3.331.000
Utilizações	(22.744.228)	(3.213.416)
Investimentos	10.201.090	3.213.417
Gastos	9.543.138	-
Regularização por resultados	(11.220.885)	(1.123.590)
Transferências	21.291	20.822
31 de dezembro	34.966.872	44.431.322

Os valores apresentados correspondem às rubricas dos "Fundos de renovação de equipamento e material", que representam as responsabilidades previstas na legislação aplicável ao Departamento de Jogos quanto à constituição de Fundos para reestruturação e investimento do sistema e equipamento de jogo (ver Nota 9 – Outros ativos financeiros).

O valor das adições resulta de retenções efetuadas para o Fundo de renovação de equipamento e material, cujo âmbito foi alterado através do Decreto-Lei n.º 153/2000, de 21 de julho, sendo, no caso dos Jogos cujo fundo se encontrava integralmente constituído, valores referentes à reposição do Fundo devido a investimentos efetuados e a gastos de projetos durante o período.

O valor de regularização por resultados resulta da compensação de amortizações de investimentos e de gastos financiados pelo Fundo.

Como previsto no Decreto-Lei n.º 200/2009, de 27 de agosto, as transferências correspondem ao reembolso do montante utilizado do Fundo de renovação de equipamento e material para constituição inicial do Fundo que garante um montante mínimo para o primeiro prémio do Totoloto (com a publicação da Portaria n.º 102/2011, de 11 de março, este Fundo passou também a assegurar, quando necessário, o direito ao pagamento dos prémios da categoria especial de prémios denominada "Número da Sorte").

As utilizações correspondem aos investimentos efetuados com recurso a este Fundo.

18. PROVISÕES

Em 31 de dezembro de 2014 e 2015, o detalhe da rubrica de "Provisões" apresenta os seguintes valores:

	Processos judiciais	Pagamentos de prémios					Outras provisões	Total
		Joker	Totobola	Totoloto	Euromilhões	Apostas Desportivas à Cota de Base Territorial		
1 de janeiro de 2014	423.853	464.497	74.820	423.978	59.592.258	-	-	60.979.406
Dotação	691.641	787.371	-	-	9.170.234	-	-	10.649.245
Utilização	-	(492.758)	-	-	-	-	-	(492.758)
Reversão	(357.795)	-	-	-	-	-	-	(357.795)
31 de dezembro de 2014	757.699	759.110	74.820	423.978	68.762.491	-	-	70.778.097
Saldo corrente	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo não corrente	757.699	759.110	74.820	423.978	68.762.491	-	-	70.778.097
1 de janeiro de 2015	757.699	759.110	74.820	423.978	68.762.491	-	-	70.778.097
Dotação	-	603.522	-	-	8.205.616	3.653.922	1.400.000	13.863.059
Utilização	-	(1.248.687)	-	-	-	-	-	(1.248.687)
Reversão	-	-	-	-	-	-	-	-
31 de dezembro de 2015	757.699	113.944	74.820	423.978	76.968.107	3.653.922	1.400.000	83.392.469
Saldo corrente	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo não corrente	757.699	113.944	74.820	423.978	76.968.107	3.653.922	1.400.000	83.392.469

18.1. PROCESSOS JUDICIAIS

Provisão constituída segundo a avaliação que o Departamento de Jogos efetua da sua exposição a contingências jurídicas, nomeadamente processos de natureza cível nos quais o Departamento de Jogos é réu.

18.2. PAGAMENTOS DE PRÉMIOS

A constituição de provisões para pagamento de prémios de jogos sociais resulta da aplicação dos pressupostos dos diplomas legais que regulam a exploração dos jogos sociais, encontrando-se o Departamento de Jogos obrigado a cativar determinadas percentagens das receitas de Totoloto, Totobola, Joker, Euromilhões e apostas desportivas à cota de base territorial para eventuais reclamações de prémios (ver nota 3.13 – Provisões). A variação deveu-se ao reforço da provisão para pagamento de prémios Euromilhões, para o qual ainda não havia sido atingido o limite previsto na republicação do Decreto-Lei n.º 210/2004, pelo Decreto-Lei n.º 44/2011 de 24 de março, e ainda devido à utilização pelo pagamento de prémios do Joker e o seu consequente reforço.

Para o Fundo de pagamento de prémios das apostas desportivas à cota de base territorial, procedeu-se à constituição de um valor inicial no montante de 3.000.000 euros, suportado pela utilização do Fundo de renovação de equipamento e material.

18.3. OUTRAS PROVISÕES

Por prudência, constituiu-se uma provisão em 2015 de 1.400 mil euros para eventual necessidade de recapitalização do Fundo de Pensões.

19. RESPONSABILIDADES POR BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO E OUTROS

O Fundo de Pensões foi constituído com a finalidade de garantir uma quota-parte dos benefícios previstos no Estatuto da Função Pública, correspondendo ao número de anos e meses contados desde a data de inscrição na Segurança Social até à data de inscrição na Caixa Geral de Aposentações (CGA), assim como os complementos de reforma previstos nos Decretos-Lei n.º 247/80, de 24 de julho, e n.º 94/2000, de 23 de maio. Para cobertura das responsabilidades para complementos de pensões de reforma, o Departamento de Jogos contribui para um Fundo de Pensões autónomo, para o qual é transferida a totalidade das responsabilidades e as dotações necessárias para cobrir os respetivos encargos que se forem vencendo em cada um dos períodos.

Em termos globais, o impacto destes planos nas demonstrações financeiras do Departamento de Jogos é como segue:

(euros)		
	2015	2014
Impacto no balanço		
Complementos de pensões	(1.052.200)	(22.461)
	(1.052.200)	(22.461)
Impacto na demonstração dos resultados		
Complementos de pensões	(1.029.739)	(209.989)
	(1.029.739)	(209.989)

A redução do grau de cobertura das responsabilidades pelos ativos do fundo em 2015, face a 2014, implica um impacto negativo em resultados no ano 2015, ou seja, aumento dos gastos com pessoal em 1.029.739 euros.

O estudo atuarial desenvolvido por entidade independente, com referência a 31 de dezembro de 2015, para apuramento das responsabilidades acumuladas a essa data, manteve os pressupostos em vigor no ano transato, conforme segue:

	2015	2014
Taxa anual de desconto	4,50%	4,50%
Taxa anual de crescimento dos salários	0,00%	0,00%
Taxa anual de crescimento das pensões		
Até 2020	0,00%	0,00%
Após 2020	1,25%	1,25%
Tábua de mortalidade	TV 88/90	TV 88/90
Tábua de invalidez	EVK80	EVK80

O método usado para determinar o valor presente da obrigação de benefícios definidos foi o Método da Unidade de Crédito Projetada.

19.1. PLANO DE PENSÕES

Em 31 de dezembro de 2014 e 2015, a cobertura das responsabilidades do Departamento de Jogos pelos ativos do Fundo era a seguinte:

(euros)		
	2015	2014
Valor presente da obrigação	(15.156.084)	(15.604.679)
Justo valor dos ativos do plano	14.103.885	15.582.218
Impacto no balanço	(1.052.200)	(22.461)

A evolução verificada no valor presente da obrigação com o Plano de Pensões nos períodos findos a 31 de dezembro de 2014 e 2015 detalha-se como se segue:

(euros)		
	2015	2014
1 de janeiro	15.604.679	16.332.349
Custo dos juros	666.899	709.888
Pagamento de benefícios	(1.369.778)	(1.421.510)
Ganhos/(perdas) atuariais	254.285	(16.048)
31 de dezembro	15.156.084	15.604.679

O património dos fundos afetos ao financiamento das responsabilidades acima referidas teve a seguinte evolução, nos períodos findos a 31 de dezembro de 2014 e 2015:

(euros)		
	2015	2014
1 de janeiro	15.582.218	16.519.878
Ganhos/(perdas) atuariais	(770.253)	(230.526)
Benefícios pagos	(1.369.778)	(1.421.510)
Retorno esperado dos ativos do fundo	661.698	714.376
31 de dezembro	14.103.885	15.582.218

O Fundo de Pensões, na sua totalidade, era composto pelos seguintes ativos, com referência a 31 de dezembro de 2014 e 2015:

(euros)		
	2015	2014
Obrigações	54.883.341	57.146.440
Depósitos curto prazo	6.966.524	12.407.946
Produtos estruturados	-	500.900
Fundos investimento	5.353.501	5.957.067
	67.203.366	76.012.352

Os impactos do plano na demonstração dos resultados são como segue:

(euros)		
	2015	2014
Custos dos juros	(666.899)	(709.888)
Ganhos /(perdas atuariais)	(1.024.538)	(214.477)
Retorno estimado dos ativos do plano	661.698	714.376
Total incluído em gastos com pessoal	(1.029.739)	(209.989)

20. PRÉMIOS A PAGAR

Em 31 de dezembro de 2014 e 2015, a decomposição da rubrica “Prêmios a pagar” era como segue:

(euros)

	2015			2014		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Prêmios a pagar	21.837.072	-	21.837.072	22.557.513	-	22.557.513
Euromilhões – 50%	19.318.914	-	19.318.914	20.279.198	-	20.279.198
Euromilhões – Prize Guarantee Fund	(14.892.218)	-	(14.892.218)	(20.279.198)	-	(20.279.198)
Euromilhões – Jackpot	(4.426.696)	-	(4.426.696)	-	-	-
Lotaria Instantânea	5.194.201	19.240.933	24.435.135	6.799.239	11.088.583	17.887.823
Fundo pagamento prêmios Totoloto	-	22.046.485	22.046.485	-	17.785.165	17.785.165
Outros	(163.168)	-	(163.168)	(47.000)	-	(47.000)
Total prêmios a pagar	26.868.106	41.287.418	68.155.524	29.309.753	28.873.749	58.183.501

Prêmios a pagar: saldo referente a prêmios a pagar quanto às categorias de apostas mútuas, apostas desportivas à cota de base territorial e Lotaria Nacional. Os prêmios abaixo de 150 euros são pagos diretamente pelos mediadores, sendo reembolsados pelo Departamento de Jogos. Quando se trata de prêmios de valores entre 150 euros e 5000 euros, estes são pagos por transferência bancária para a conta do premiado indicada através dos mediadores. Os restantes prêmios são pagos diretamente pelo Departamento de Jogos;

Euromilhões – 50%: saldo corresponde a 50% das vendas destinado a prêmios;

EM – Prize Guarantee Fund: fundo de reserva do jogo de apostas mútuas Euromilhões, utilizado para pagamento de *jackpots*, o qual serve apenas para cumprir obrigações de jogo;

Euromilhões – Jackpot: Saldo referente a pagamento de prêmios de *jackpot*. Estas três contas referentes ao Euromihões devem ser analisadas em conjunto;

Lotaria Instantânea: saldo referente aos prêmios dos jogos “Pé de Meia”, “Super Pé de Meia”, “Mega Pé de Meia” e “Mini Pé de Meia”, jogos em relação ao qual foram definidos pagamentos mensais aos vencedores para um período máximo de 14 anos;

Fundo para pagamento prêmios do Totoloto: fundo que garante o valor mínimo de 1.000.000 euros para pagamento do 1.º prémio, conforme Decreto-Lei n.º 200/2009, de 27 de agosto e assegura, quando necessário, o direito ao pagamento dos prêmios da categoria especial de prêmios denominada “Número da Sorte”, conforme previsto na Portaria n.º 102/2011, de 11 de março.

21. FORNECEDORES

Em 31 de dezembro de 2014 e 2015, a decomposição da rubrica “Fornecedores” era como se segue:

(euros)

Descrição	2015			2014		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Fornecedores gerais	12.183.566	-	12.183.566	4.565.028	-	4.565.028
Total saldo fornecedores	12.183.566	-	12.183.566	4.565.028	-	4.565.028

Em 31 de dezembro de 2014 e 2015, os saldos de fornecedores mais significativos referem-se às seguintes entidades:

(euros)		
Entidade	2015	2014
Gtech Foreign Holding Corporation	5.687.284	-
Cofina Media, S.A.	912.679	-
Scientific Games International, LTD.	832.791	471.360
MEO – Serviços de Comunicações Multimédia, S.A.	466.876	737.549
ENERRE Produtos e Representações, LDA	383.760	-
Fuel Publicidade, LDA	378.338	70.886
TVI – Televisão Independente, S.A.	255.566	470.104
Radiotelevisão Portuguesa, S.A	348.574	134.984
Urbanos – Distribuição Expresso, S.A.	319.651	-
Urbanos, Soluções S.A.	13.647	331.250
OliveDesportos	273.333	328.000
Outros	2.311.069	2.020.895
TOTAL	12.183.566	4.565.028

Em 31 de dezembro de 2015 encontra-se registado o montante de 29.648 euros em adiantamentos a fornecedores (2014: 42.668 euros).

22. OUTRAS CONTAS A PAGAR

Em 31 de dezembro de 2014 e 2015, a decomposição da rubrica “Outras contas a pagar” era como se segue:

(euros)						
Descrição	2015			2014		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Fornecedores investimentos	1.212.766	-	1.212.766	390.577	-	390.577
Outros credores						
Lucros – resultados antecipados	128.023.501	-	128.023.501	99.655.784	-	99.655.784
Beneficiários das deduções legais	3.202.709	-	3.202.709	-	-	-
Beneficiários por resultados transitados	5.219.351	-	5.219.351	-	-	-
Partes relacionadas	3.676.058	-	3.676.058	554.926	-	554.926
Cauções mediadores (numerário)	10.376.039	-	10.376.039	9.613.122	-	9.613.122
Cartões portal	3.519.391	-	3.519.391	3.333.481	-	3.333.481
Vendas portal	988.259	-	988.259	644.887	-	644.887
Outros	93.331	-	93.331	68.711	-	68.711
Credores por acréscimos de gastos	37.698.324	-	37.698.324	43.326.803	-	43.326.803
Outras contas a pagar	194.009.727	-	194.009.727	157.588.291	-	157.588.291

Fornecedores investimentos: o saldo em aberto a 31 de dezembro de 2015 respeita a faturação pendente relativa à aquisição de ativos tangíveis e intangíveis;

Lucros – resultados antecipados: conta através da qual são registados os apuramentos de resultados a distribuir pelos beneficiários dos jogos sociais, conforme as disposições do Decreto-Lei n.º 56/2006, de 15 de março, alterado pelo Decreto-Lei n.º 44/2011, de 24 de março e Decreto-Lei n.º 106/2011, de 21 de outubro;

Beneficiários das deduções legais: conta-corrente com os beneficiários das deduções legais sobre receitas de apostas desportivas à cota de base territorial, conforme previsto no Decreto-Lei n.º 67/2015, de 29 de abril e na Portaria n.º 315/2015, de 30 de setembro;

Beneficiários por resultados transitados: conta-corrente com os beneficiários por decisão de distribuição de resultados transitados decorrentes da transição, em 2010, do normativo contabilístico do Plano Oficial de Contabilidade (POC) para o Sistema de Normalização Contabilística (SNC) nos termos da legislação em vigor. Nesse processo de transição, por força das alterações do normativo contabilístico, foram realizados ajustamentos ao Capital Próprio do Departamento de Jogos, devidamente divulgados no Relatório e Contas de

2010. Estes ajustamentos aos resultados líquidos dos jogos sociais de anos anteriores são distribuídos pelos diversos beneficiários da seguinte forma:

(euros)		
Beneficiários		Resultados Transitados 2010
Ministério da Administração Interna	Autoridade Nacional de Proteção Civil	144.576,02
	Secretaria-Geral do MAI (Riscos sociais)	15.658,05
	Secretaria-Geral do MAI (Policimento de espetáculos desportivos)	36.013,52
Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública IGCP, E.P.E.		119.001,20
Presidência do Conselho de Ministros	Fundo de Fomento Cultural	182.696,59
	Instituto Português do Desporto e Juventude	487.957,37
	Gabinete da Secretária de Estado para a Cidadania e Igualdade	26.129,38
Ministério do Trabalho, Solidariedade e Seg. Social	Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, IP	1.739.609,63
	INATEL (Turismo social e sénior, organização de tempos livres)	62.110,27
Ministério da Saúde		858.061,28
Ministério da Educação	Desporto escolar	52.193,51
	Estudantes do ensino secundário	25.574,82
Direção Regional de Juventude e Desporto – Madeira		10.438,70
Instituto de Desporto dos Açores		10.438,70
Santa Casa da Misericórdia de Lisboa		1.448.891,79
TOTAL		5.219.350,83

Partes relacionadas: conta que espelha as transações em conta-corrente entre a Santa Casa e o Departamento de Jogos;

Cauções mediadores (numerário): saldo de cauções prestadas pelos mediadores dos jogos sociais, as quais os habilitam a desenvolver venda de jogo nos pontos de venda;

Cartões portal: saldo corrente a favor dos apostadores dos jogos sociais, associado aos carregamentos de cartões de jogo;

Vendas portal: o saldo compreende o reconhecimento das vendas dos jogos sociais da última semana do ano civil;

Credores por acréscimos de gastos: este saldo respeita a especializações de gastos de natureza diversa, os quais se resumem como segue:

(euros)		
Credores por acréscimos de gastos	2015	2014
Remunerações a pagar	2.218.900	1.651.670
Prémios Lotaria Instantânea	31.238.435	33.837.718
Outros credores por acréscimos de gastos	3.909.325	6.342.618
Lotaria Nacional	-	1.162.802
Totoloto	58.985	65.572
Euromilhões	272.678	266.422
TOTAL	37.698.324	43.326.803

Remunerações a pagar: especialização de remunerações de colaboradores, face a direitos adquiridos e reconhecidos durante o período, a serem pagos durante o período subsequente;

Prémios Lotaria Instantânea: especialização efetuada em função do desvio dos prémios reais pagos em relação aos prémios apurados de acordo com o *payout*, o qual varia entre os 50% e 70% sobre o capital emitido, consoante o jogo;

Outros credores por acréscimos de gastos: especializações de custos operacionais diversos (publicidade, assistência a terminais de jogo, entre outros);

Lotaria Nacional: Especialização das remunerações pagas aos mediadores pelos apostadores, consoante a data da realização da extração;

Totoloto: Especialização das remunerações pagas aos mediadores pelos apostadores, consoante a data da realização do sorteio;

Euromilhões: Especialização das remunerações pagas aos mediadores pelos apostadores, consoante a data da realização do sorteio.

23. DIFERIMENTOS – RENDIMENTOS A RECONHECER

Em 31 de dezembro de 2014 e 2015, o Departamento de Jogos tem registado na rubrica de “Diferimentos – Rendimentos a reconhecer” os seguintes saldos:

(euros)		
	2015	2014
Vendas antecipadas	6.590.610	7.508.370
Rendimentos a reconhecer	6.590.610	7.508.370

Vendas antecipadas: este saldo refere-se à especialização de vendas de apostas mútuas, Lotaria Nacional e apostas desportivas à cota de base territorial, cujas extrações/sorteios/ eventos apenas irão ocorrer após a data do Balanço, como é o caso da Lotaria dos Reis.

24. RÉDITO

O detalhe do rédito reconhecido na demonstração dos resultados é como se segue:

(euros)		
	2015	2014
VENDAS BRUTAS DOS JOGOS SOCIAIS		
Totobola	11.346.100	10.235.785
Totoloto	129.036.866	126.190.792
Joker	35.632.865	39.366.923
Euromilhões	820.542.070	916.971.655
Lotaria Clássica	51.813.984	51.061.740
Lotaria Popular	25.057.265	25.729.626
Lotaria Instantânea	1.101.510.844	710.778.866
Apostas desportivas à cota de base territorial	65.390.867	-
Subtotal	2.240.330.860	1.880.335.387
IMPOSTO DO SELO		
Totobola	(488.588)	(440.775)
Totoloto	(5.556.611)	(5.434.053)
Joker	(1.534.430)	(1.695.226)
Euromilhões	(35.334.347)	(39.486.818)
Lotaria Clássica	(2.231.230)	(2.198.831)
Lotaria Popular	(1.079.021)	(1.107.974)
Lotaria Instantânea	(47.433.481)	(30.607.053)
Apostas desportivas à cota de base territorial	(2.815.875)	-
Subtotal	(96.473.583)	(80.970.731)
PRÉMIOS		
Totobola	(6.807.827)	(6.141.815)
Totoloto	(70.971.439)	(69.407.727)
Joker	(19.598.569)	(21.652.690)
Euromilhões	(410.280.852)	(458.511.676)
Lotaria Clássica	(35.564.864)	(45.212.150)
Lotaria Popular	(17.106.191)	(17.027.636)
Lotaria Instantânea	(691.994.055)	(447.651.645)
Apostas desportivas à cota de base territorial	(43.279.391)	-
Subtotal	(1.295.603.186)	(1.065.605.339)
REMUNERAÇÕES DOS MEDIADORES PAGAS P/APOSTADORES		
Totobola	(731.349)	(668.524)
Totoloto	(8.408.104)	(8.243.282)
Joker	(2.347.963)	(2.598.953)
Euromilhões	(38.927.683)	(43.516.548)
Lotaria Clássica	(5.863.536)	(5.848.226)
Lotaria Popular	(2.686.583)	(2.800.017)
Lotaria Instantânea	(108.723.243)	(69.989.816)
Apostas desportivas à cota de base territorial	(3.269.543)	-
Subtotal	(170.958.005)	(133.665.366)
DEDUÇÕES LEGAIS SOBRE RECEITAS		
Apostas desportivas à cota de base territorial	(3.597.896)	-
Subtotal	(3.597.896)	-
VENDAS LÍQUIDAS DOS JOGOS SOCIAIS		
Outras vendas	11.390	13.613
TOTAL	673.709.579	600.107.565

Vendas brutas dos jogos sociais: rendimentos das vendas efetuadas nos pontos de venda e Portal Jogos Santa Casa, líquidas das devoluções registadas até à data da extração/concurso/evento (ver Nota 3.20 – Rêdito).

Imposto do Selo: efeito da incidência da taxa de Imposto do Selo de 4,5% sobre os jogos sociais, suportada pelo Departamento de Jogos. O Imposto do Selo encontra-se incluído no preço da aposta, desde setembro de 2009;

Prémios: valor de prémios de jogos sociais reconhecidos durante o período;

Remunerações dos mediadores pagas pelos apostadores: valor das remunerações incluídas no preço da aposta, como referido na Nota 3.20 – Rêdito.

Deduções legais sobre receitas das apostas desportivas à cota de base territorial: valor das deduções efetuadas, conforme determinado no Decreto-Lei n.º 67/2015, de 29 de abril. Para efeito destas deduções, considera-se a receita das vendas dos bilhetes de apostas registados, independentemente da data dos eventos.

O Decreto-Lei n.º 67/2015, de 29 de abril determina as deduções à receita:

- O montante correspondente a 2% destinado à Santa Casa da Misericórdia de Lisboa;
- O montante correspondente a 3,5% a atribuir às entidades objeto da aposta a repartir pelos clubes ou pelos praticantes, consoante o caso, e pela federação que organize o evento, incluindo as ligas, se as houver.

A Portaria n.º 315/2015, de 30 de setembro, estabelece as condições de atribuição do montante correspondente a 3,5% da receita apurada, nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 12.º do regime jurídico da exploração e prática das apostas desportivas à cota de base territorial, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 67/2015, de 29 de abril.

Nestes termos, a distribuição pelas entidades beneficiárias do valor das Deduções legais sobre receitas das apostas desportivas à cota de base territorial é a seguinte:

	(euros)	
	2015	2014
DEDUÇÕES LEGAIS SOBRE RECEITAS		
Santa Casa da Misericórdia de Lisboa	1.308.326	-
Federação Portuguesa de Futebol	1.349.795	-
Federação Portuguesa de Ténis	44.040	-
Federação Portuguesa de Basquetebol	137.896	-
Liga Portuguesa de Futebol Profissional	757.839	-
TOTAL	3.597.896	-

25. SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO

O rendimento reconhecido como subsídio à exploração resulta do financiamento de um Estágio Profissional pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional.

26. CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E DAS MATÉRIAS CONSUMIDAS

O detalhe do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas em 2014 e 2015 é como segue:

	(euros)	
	2015	2014
Bilhetes de Lotaria Instantânea	9.314.054	6.422.804
Bilhetes de Apostas Mútuas	417.742	452.163
Bilhetes de apostas desportivas à cota de base territorial	143.085	-
Papel térmico	2.279.495	2.127.139
Consumíveis para jogo	208.125	184.532
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	12.362.500	9.186.639

A reconciliação do custo das mercadorias e das matérias consumidas para os períodos findos a 31 de dezembro de 2014 e 2015 é como segue:

	(euros)	
	2015	2014
Existências iniciais	5.503.149	5.145.277
Compras	12.460.769	9.631.583
Regularizações	(382)	(87.073)
Existências finais	5.601.035	5.503.149
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	12.362.500	9.186.639

27. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Em 31 de dezembro de 2014 e 2015, o detalhe dos fornecimentos e serviços externos é como segue:

	(euros)	
	2015	2014
Comunicação	3.435.076	3.871.207
Conservação e reparação	5.079.355	8.603.011
Publicidade e propaganda	23.579.683	17.311.287
Transporte de bens e valores	1.918.734	1.920.232
Rendas de edifícios	1.573.266	1.077.193
Trabalhos especializados	8.583.412	1.649.955
Outros	4.132.008	3.379.309
Fornecimentos e serviços externos	48.301.534	37.812.196

28. GASTOS COM O PESSOAL

Os gastos com pessoal, incorridos durante os períodos de 2014 e 2015, foram como segue:

	(euros)	
	2015	2014
REMUNERAÇÕES		
Órgãos sociais e Júris dos concursos, extrações e reclamações	233.073	230.290
Pessoal	13.498.973	11.952.626
Subtotal	13.732.046	12.182.916
ENCARGOS SOCIAIS		
Benefícios de reforma	1.029.739	209.989
Encargos sobre remunerações	3.007.065	2.687.183
Gastos de ação social	31.021	37.237
Outros	115.103	321.904
Subtotal	4.182.927	3.256.314
Gastos com o pessoal	17.914.973	15.439.230

Nos períodos em análise, destacam-se:

- Reconhecimento de perdas atuariais e dos rendimentos esperados do fundo, deduzidos de encargos com serviços correntes e juros, os quais produzem um impacto em resultados de 1.029.739 euros, conforme descrito na Nota 19;
- Os gastos com pessoal, associados à imputação pelos serviços instrumentais, ascen-dem, em 2015, a 5.662.716 euros (2014: 4.659.407 euros).

O número de empregados do Departamento de Jogos a 31 de dezembro de 2015 era de 308⁴ (2014: 304).

⁴O número de colaboradores do DJSCML em 31 de dezembro de 2015 era de 308, acrescido de 9 colaboradores em ausência superior a 30 dias, a esta data.

29. JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES OBTIDOS

O detalhe dos juros e rendimentos similares do período em análise é como segue:

	(euros)	
	2015	2014
JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES		
Juros obtidos (depósitos à ordem)	5.142	29.795
Juros obtidos (depósitos a prazo)	1.568.812	3.182.810
Outros financiamentos concedidos	-	69.428
Outros juros	(16.852)	16.583
	1.557.102	3.298.615

30. OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

A rubrica de “Outros rendimentos e ganhos” é apresentada como se segue:

	(euros)	
	2015	2014
Prémios caducados	8.551.326	9.088.630
Correções relativas a períodos anteriores	782.418	530.120
Regularização dos gastos do <i>online</i>	11.220.885	1.123.590
Outros	523.963	639.529
Total de Outros rendimentos e ganhos	21.078.592	11.381.870

Prémios caducados: rendimentos derivados da caducidade de prémios de jogo apurados, findo o período de 90 dias no qual estes prémios podem ser reclamados.

31. OUTROS GASTOS E PERDAS

A rubrica de “Outros gastos e perdas” pode ser apresentada como segue:

	(euros)	
	2015	2014
Despesas bancárias	945.791	1.024.386
Outros	476.889	283.607
Total de Outros gastos e perdas	1.422.681	1.307.992

32. JUROS E GASTOS SIMILARES SUPORTADOS

O detalhe dos juros e gastos similares do período em análise é como segue:

	(euros)	
	2015	2014
Juros e gastos similares		
Outros	1.330.565	537.767
	1.330.565	537.767

33. COMPROMISSOS

Os compromissos assumidos pelo Departamento de Jogos dizem respeito apenas a locações operacionais.

Resumo das rendas vincendas relacionadas com os contratos de locação operacional em vigor à data de 31 de dezembro de 2015:

	(euros)			
Rendas vincendas	< 1ano	1 – 5 anos	> 5 anos	Total
Viaturas	200.120	185.823	-	385.943
	200.120	185.823	-	385.943

34. MATÉRIAS AMBIENTAIS

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2015, o Departamento de Jogos, no âmbito do desenvolvimento da sua atividade, não incorreu em encargos significativos de carácter ambiental.

Em 31 de dezembro de 2015 não se encontra registado nas demonstrações financeiras qualquer passivo de carácter ambiental nem é divulgada qualquer contingência, por haver a convicção de que não existem, a essa data, obrigações ou contingências provenientes de acontecimentos passados de que resultem encargos materialmente relevantes para a Entidade.

35. PARTES RELACIONADAS

O Departamento de Jogos integra a Santa Casa, que atua sob a Tutela do Ministério do Trabalho e da Solidariedade e Segurança Social.

35.1. REMUNERAÇÕES DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

Os Órgãos Sociais do Departamento de Jogos (júris dos concursos, das extrações e das reclamações e administrador executivo) foram considerados, de acordo com a NCRF 5, como sendo os únicos elementos “chave” da gestão do Departamento de Jogos. Durante o período findo em 31 de dezembro de 2015, as remunerações auferidas pelos Órgãos Sociais do Departamento de Jogos ascenderam a 233.073 euros.

	(euros)	
	2015	2014
Vencimentos	38.779	39.736
Remunerações dos Júris dos concursos, extrações e reclamações	194.294	190.554
TOTAL	233.073	230.290

O Departamento de Jogos suportou 49% dos encargos com remunerações do administrador executivo.

35.2. TRANSAÇÕES ENTRE PARTES RELACIONADAS

NATUREZA DO RELACIONAMENTO COM AS PARTES RELACIONADAS:

Entidades Contabilísticas (sem personalidade jurídica) do Universo Santa Casa da Misericórdia de Lisboa:

Santa Casa da Misericórdia de Lisboa – Serviços Centrais (Santa Casa);

Escola Superior de Saúde do Alcoitão (ESSA);

Centro de Medicina e Reabilitação do Alcoitão (CMRA)

TRANSAÇÕES E SALDOS PENDENTES

Entidades Contabilísticas (sem personalidade jurídica) do Universo Santa Casa da Misericórdia de Lisboa:

Durante os períodos de 2014 e 2015, o Departamento de Jogos efetuou as seguintes transações com estas entidades:

	(euros)	
	2015	2014
Prestação de serviços		
Santa Casa	3.348	-
ESSA	3.749	-
TOTAL	7.097	-

SALDOS DEVEDORES E CREDORES

No final dos períodos de 2014 e 2015, os saldos das partes relacionadas são compostos por movimentos de distribuição de resultados e movimentos operacionais de remunerações, aquisição de bens e serviços a terceiros, aquisição de ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis, impostos e juros.

(euros)				
	2015		2014	
	Saldo devedor	Saldo credor	Saldo devedor	Saldo credor
OUTRAS CONTAS A PAGAR/RECEBER				
Santa Casa				
Referentes a remunerações	-	733.865	233.201	-
Referentes à aquisição de bens e serviços	-	2.637.914	-	167.683
Referentes à aquisição ativos fixos	-	27.232	-	27.232
Referentes a Impostos	-	234.518	-	227.796
Referentes a juros	-	42.644	-	132.215
	-	3.676.175	233.201	554.926
Centro de Medicina de Reabilitação do Alcoitão (CMRA)				
Referentes a remunerações	-	-	-	-
Referentes à aquisição de bens e serviços	-	-	-	-
Referentes à aquisição ativos fixos	-	-	-	-
Referentes a Impostos	-	-	-	-
Referentes a juros	-	-	-	-
	-	-	-	-
Escola Superior de Saúde do Alcoitão (ESSA)				
Referentes a remunerações	-	-	-	-
Referentes à aquisição de bens e serviços	117	-	-	-
Referentes à aquisição ativos fixos	-	-	-	-
Referentes a Impostos	-	-	-	-
Referentes a juros	-	-	-	-
	117	-	-	-
OUTRAS CONTAS A PAGAR/RECEBER – RESUMO POR NATUREZA				
Referentes a remunerações	-	733.865	233.201	-
Referentes à aquisição de bens e serviços	-	2.637.798	-	167.683
Referentes à aquisição ativos fixos	-	27.232	-	27.232
Referentes a Impostos	-	234.518	-	227.796
Referentes a juros	-	42.644	-	132.215
	-	3.676.058	233.201	554.926
DISTRIBUIÇÃO DE RESULTADOS				
Santa Casa	-	34.094.770	-	24.751.891
Centro de Medicina de Reabilitação do Alcoitão	-	442.651	-	497.336
Santa Casa por Resultados Transitados	-	1.448.892	-	-
	-	35.986.313	-	25.249.227
TOTAL	-	39.662.370	233.201	25.804.153

O Administrador Executivo



(Pedro Miguel de Santana Lopes)

O Administrador Executivo



(Edmundo Emílio Mão de Ferro Martinho)

O Diretor de Gestão Financeira



(André Casanova Matos Prado Lyra)

RELATÓRIO DE AUDITORIA

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras do Departamento de Jogos da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (adiante também designados por Departamento de Jogos e SCML, respetivamente), as quais compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2015 (que evidencia um total de 420 061 510 euros e um total de Capital próprio de 35 148 149 euros, já deduzido do Resultado líquido de 601 371 200 euros, do qual 596 636 057 euros distribuídos aos beneficiários dos jogos sociais e 4 735 143 euros inerentes à constituição dos fundos), a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações no capital próprio, a Demonstração dos fluxos de caixa, do exercício findo naquela data, e o correspondente Anexo. O Departamento de Jogos integra a estrutura orgânica da SCML, não tendo personalidade jurídica própria. De acordo com os Estatutos da SCML as demonstrações financeiras do Departamento de Jogos figuram como anexo ao relatório e contas da SCML, não integrando as demonstrações financeiras da SCML.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Administrador Executivo do Departamento de Jogos a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do Departamento de Jogos, o resultado das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

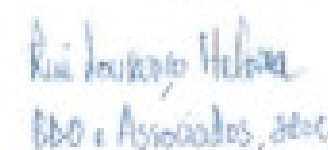
4. O exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto, o referido exame incluiu: (i) a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Administrador Executivo, utilizadas na sua preparação; (ii) a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; (iii) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e (iv) a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação constante do relatório de atividades com as demonstrações financeiras.

6. Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira do Departamento de Jogos da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, em 31 de dezembro de 2015, o resultado das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa, no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal, com as adaptações inerentes e aplicáveis às especificidades da sua atividade.


Rui Loureiro Helosa
BDO e Associados, Lda

Lisboa, 17 de março de 2016

RELATÓRIO
E CONTAS

2015



JOGOS
SANTACASA